



Travessa | Pampilhosa da Serra

Proposta de OIGP



Financiamento



Ficha Técnica do Documento

Título:	Operação Integrada de Gestão da Paisagem de Travessa
Descrição:	As OIGP definem, no espaço e no tempo, as intervenções de transformação da paisagem de reconvenção de culturas e de valorização e revitalização territorial, bem como o modelo operativo, os recursos financeiros e o sistema de gestão e de monitorização a implementar.
Data de produção:	Novembro de 2023
Data da última atualização:	30-11-2023
Versão:	Versão n.º 2
Desenvolvimento e produção:	FlorestGal S.A., Associação Florestal de Entre Douro e Tâmega
Coordenação do Projeto	Álvaro Castilho, António Nora
Equipa técnica:	António Azevedo, Pedro Alves

Índice geral

Introdução	10
A. Transformação e Valorização da Paisagem.....	12
A.1. Projeto de paisagem futura.....	12
a) Planta de Ocupação do Solo atual (POSA)	12
b) Planta de Ocupação do Solo proposta (POSP)	13
c) Matriz de Transformação da Paisagem	16
A.2. Fundamentação das soluções adotadas na proposta.....	18
A.2.1. Situação atual do território.....	18
a) Localização e enquadramento	18
b) Características biofísicas e edafoclimáticas.....	18
b.1. Parâmetros climáticos	18
b.2. Hipsometria	23
b.3. Declives	24
b.4. Exposição.....	26
b.5. Hidrografia.....	28
b.6. Solos	29
a) Ocupação do solo.....	31
b) Áreas edificadas e infraestruturas	33
c) Elementos patrimoniais e culturais	33
d) Fogos rurais.....	35
e) Outros riscos e vulnerabilidades.....	42
f) Estrutura fundiária	43
g) Socio economia relevante para a valorização e revitalização territorial	44
h) Estrutura organizativa.....	46

l) Projetos em curso ou aprovados	47
A.2.2. Demonstração dos efeitos da proposta.....	48
a) Adequação dos usos às características biofísicas e edafoclimáticas e à aptidão do solo	48
b) Valorização da biodiversidade e dos serviços dos ecossistemas.....	50
c) Conetividade ecológica	55
d) Equilíbrio do ciclo hidrológico e de maior eficiência no uso da água.....	56
e) Redução da vulnerabilidade aos fogos rurais	58
f) Minimização de outras vulnerabilidades e riscos existentes e potenciais	61
g) Salvaguarda dos valores patrimoniais, paisagísticos e outros valores culturais e identitários existentes ou potenciais.....	62
h) Promoção de povoamentos florestais ordenados, bio diversos, multifuncionais e resilientes	63
i) Fomento da agricultura, da silvopastorícia e da cinegética, enquanto atividades económicas e com função de mosaico e diversificação da paisagem...	65
j) Desenvolvimento do potencial das atividades económicas rurais de proximidade, promovendo e/ou reforçando a geração de valor	66
A.2.3. Articulação com o quadro legal	68
a) Instrumentos de gestão territorial	68
a.1. Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem	68
a.2. Programas Especiais de Áreas Protegidas.....	68
a.3. Programas Regionais de Ordenamento Florestal	68
a.4. Plano Diretor Municipal	73
a) Instrumentos de gestão integrada de fogos rurais.....	76
a.1. Programas regional e sub-regional de ação de gestão integrada de fogos rurais	76

a.2. Programa Municipal de Execução de gestão integrada de fogos rurais.....	79
a) Servidões e restrições de utilidade pública	81
a.1. Regime Florestal e Sistema Nacional de Áreas Classificadas.....	81
a.2. Reserva Ecológica Nacional e Reserva Agrícola Nacional	81
a.3. Linhas de alta tensão e antenas, Marcos Geodésicos, Sítios arqueológicos	83
a.4. Domínio hídrico.....	84
a.5. Outros regimes relevantes para a gestão	85
a) Planos de Gestão Florestal.....	88
A.2.4. Ações de divulgação e de acompanhamento junto dos atores locais e proprietários	88
B. Programação da execução	93
B.1. Unidades de intervenção	93
a) Mapeamento das Unidades de Intervenção	94
b) Quadro das unidades de intervenção.....	94
B.2. Modelo de exploração florestal	95
B.3. Modelo de exploração em áreas agrícolas	106
C. Investimento e financiamento	109
C.1. Ações de Reconversão e Valorização da Paisagem.....	109
a) Investimento estimado em ações de reconversão e valorização da paisagem	109
b) Investimento global estimado para a reconversão e valorização da paisagem	112
C.2. Sistemas culturais elegíveis para a remuneração dos Serviços de ecossistemas	113
a) Sistemas culturais elegíveis para a remuneração dos Serviços de ecossistemas.....	113

C.3. Demonstração da sustentabilidade económica e financeira da proposta	115
a) Redução da vulnerabilidade aos fogos rurais	115
b) Melhoria dos serviços de ecossistema	118
c) Gestão agrupada	119
d) Cadastro da propriedade rústica	119
e) Investimento e financiamento	120
D. Gestão e contratualização	122
D.1. Levantamento cadastral e da situação de adesão	122
D.2. Modelo de Gestão e Contratualização	123
a) Modelo de organização e funcionamento da entidade gestora	123
b) Modelo de acesso e execução dos financiamentos	125
c) Modelo de contratualização de compromissos	126
d) Modelo de intervenção para áreas sem dono conhecido e para áreas de arrendamento forçado	127
e) Modalidades de adesão	128
E. Monitorização e avaliação	129
a) Transformação da paisagem, no âmbito do financiamento do PRR	130
b) Gestão e manutenção a 20 anos, no âmbito do financiamento do Fundo Ambiental	131

Acrónimos usados

AIGP – Área Integrada de Gestão da Paisagem

BUPI- Balcão Único do Prédio

COS – Carta de ocupação do solo

GTF – Gabinete Técnico Florestal

ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

OIGP – Operação Integrada de Gestão da Paisagem

PI – Pontos de ignição

PPI – Pontos prováveis de ignição

PROF – Plano Regional de Ordenamento Florestal

RGG - Representação Gráfica Georreferenciada

SAU – Superfície Agrícola Utilizada

SGIF – Sistema de Gestão de Informação de Incêndios Florestais

Índice de figuras

Figura A.1.1 – Mapa de ocupação do solo atual (POSA) da AIGP de Travessa	12
Figura A.1.2 - Mapa de ocupação do solo proposta (POSP) da AIGP de Travessa	14
Figura A.2.1 - Enquadramento Geográfico da AIGP de Travessa	18
Figura A.2.2 - Mapa Hipsométrico da AIGP de Travessa	23
Figura A.2.3 - Mapa de Declives da AIGP de Travessa	25
Figura A.2.4 - Mapa de exposição solar das vertentes.....	27
Figura A.2.5 - Mapa da Rede hidrográfica	29
Figura A.2.6 - Mapa de Tipos de solo	30
Figura A.2.7 - Mapa da Capacidade dos solos	31
Figura A.2.8 - Mapa de povoamentos florestais	32
Figura A.2.9 - Mapa de áreas edificadas e outras infraestruturas	33
Figura A.2.10 - Mapa de Elementos patrimoniais e culturais	34
Figura A.2.11 - Mapa dos Pontos prováveis de início	37
Figura A.2.12 - Mapa dos Pontos prováveis de início (Cluster de pontos)	37
Figura A.2.13 - Mapa das áreas ardidas	38
Figura A.2.14 - Mapa das áreas ardidas dos grandes incêndios rurais	39
Figura A.2.15 - Mapa de Perigosidade conjuntural - 2022.....	41
Figura A.2.16 - Mapa de outros riscos e vulnerabilidades	42
Figura A.2.17 - Mapa da estrutura fundiária	44
Figura A.2.18 - Mapa de atividades económicas relevantes.....	46
Figura A.2.19 – Distribuição espacial dos serviços de ecossistema	52
Figura A.2.20 - Mapa da Estrutura Ecológica	55
Fonte: Adaptado de <i>“Interpretação dos índices do Sistema Canadano de Indexação do Perigo de Incêndio Florestal”</i> , Paulo Fernandes e Pedro Palheiro, 2015	58
Figura A.2.21 - Mapa de Intensidade da frente de fogo KW/m, traduzido nas classes de perigo de incêndio, para a ocupação do solo atual (POSA)	59
Figura A.2.22 - Mapa de Intensidade da frente de fogo KW/m, traduzido nas classes de perigo de incêndio, para a ocupação do solo proposta (POSP)	60
A presente OIGP define um conjunto de ações que visam a proteção e conservação destas áreas:	61

Figura A.2.23 - Mapa de zonamento funcional dos povoamentos florestais	64
Figura A.2.24 - Mapa das Sub-regiões homogêneas do PROF Centro Litoral	69
Figura A.2.25 - Mapa de enquadramento no PDM de Pampilhosa da Serra	74
Figura A.2.26 - Mapa de enquadramento no PMDFCI de Pampilhosa da Serra	80
Figura A.2.27 - Mapa de Servidões e Restrições de Utilidade Pública	82
Figura A.2.28 - Mapa de outros regimes relevantes para a gestão	87
Figura A.2.29 - Folheto Travessa	89
Figura A.2.30 - Sessões Públicas	90
Figura B.1.1 - Mapa das unidades de intervenção	94
Figura C.3-01 – Comparação da Intensidade da Frente de Fogo (POSA/POSP)	116
Figura D.1.1 - Mapa da situação cadastral e de adesão	122

Índice de gráficos

Gráfico A.2.1 - Temperatura Média Mensal, Média, Máxima e Mínima	19
Gráfico A.2.2 - Precipitação média total e precipitação máxima diária (mm)	20
Gráfico A.2.3 - Humidade relativa do ar (%).....	21
Gráfico A.2.4 - Área ocupada por classe hipsométrica (%)	24
Gráfico A.2.5 - Área ocupada por classe de declive (%)	26
Gráfico A.2.6 - Área ocupada por exposição de vertente (%)	28
Gráfico A.2.7 - Distribuição anual da área ardida e do nº de ocorrências (2001-2022)	35
Gráfico A.2.8 - Distribuição da área ardida e do n.º de ocorrências por classe de extensão (2001-2022).....	36
Gráfico A.2.9 - Distribuição da área ardida e do n.º de ocorrências pelas classes de FWI	40
Gráfico A.2.10 - Distribuição da área ardida e do n.º de ocorrências pelas classes de severidade meteorológica (DSR)	41

Índice de tabelas

Tabela A.1.1 – Matriz de transformação da paisagem.....	16
Tabela A.2.1 – Frequência (%) e velocidade média (km/h) do vento	21

Tabela A.2.2 – Evolução da ocupação do solo (ha)	31
Tabela A.2.3 – Número total de ocorrências e área ardida por causa dos incêndios....	38
Tabela A.2.4 – N.º de explorações agrícolas e superfície agrícola utilizada	45
Tabela A.2.5 – Matriz de avaliação dos serviços de ecossistema	51
Tabela A.2.6 – Ações de valorização/reconversão da estrutura ecológica.....	56
Tabela A.2.7 – Matriz de transformação – sistema húmido	57
Tabela A.2.8 – Classes de perigo de incêndio e relação com a intensidade do fogo	58
Tabela A.2.9 – Matriz de transformação da paisagem referente às classes de perigo de incêndio rural.....	60
Tabela A.2.10 – Objetivos específicos da SRH Floresta da Beira Serra	69
Tabela A.2.11 – Objetivos específicos da SRH Pampilhosa e Alvéolos.....	71
Tabela A.2.12 – Espécies a privilegiar da SRH Floresta da Beira Serra.....	71
Tabela A.2.13 – Espécies a privilegiar da SRH Pampilhosa e Alvéolos	72
Tabela A.2.14 – Matriz de transformação – Enquadramento PDM	75
Tabela A.2.15 – Enquadramento da OIGP no PMDFCI de Pampilhosa da Serra (Rede de faixas de gestão de combustível)	79
Tabela A.2.16 – Matriz de transformação - FGC rede elétrica média tensão	84
Tabela A.2.17 – Zonas de caça existente na AIGP de Travessa	85
Tabela B.2.01 – Modelos de Silvicultura	105
Tabela C.1.01 – Financiamento da Ocupação Agrícola	111
Tabela C.2.01 – Montantes globais estimados para remuneração dos serviços de ecossistemas.....	114
Tabela C.3.01 – Grau de Intensidade da Frente de Fogo	117
Tabela D.1.01 – Quadro de RGG.....	123

Listagem de anexos

Anexo 01 – Quadro das Unidades de Intervenção.

Anexo 02 – Quadro de Financiamento em ações de Reconversão e Valorização da Paisagem.

Anexo 03 – Montantes Globais estimados para Remuneração de Serviços de Ecossistemas

Introdução

A Área Integrada de Gestão da Paisagem (AIGP) de Travessa foi constituída através do Despacho n.º 7109-A/2021. Com uma área de 4 005,37 ha, localiza-se no concelho de Pampilhosa da Serra e abrange as freguesias Portela do Fojo-Machio e de Pampilhosa da Serra.

A operacionalização da AIGP de Travessa é preconizada através da presente operação integrada de gestão da paisagem (OIGP) que define, as intervenções necessárias, a calendarização das operações, o modelo operativo, os recursos financeiros necessários, assim como o sistema de gestão e de monitorização das ações de transformação da paisagem.

Com a implementação desta OIGP, pretende-se implementar a gestão agrupada dos espaços florestais, com intervenções à escala da paisagem, promovendo o património natural e a dinamização do mundo rural. Para atingir os objetivos preconizados foram definidas um conjunto de linhas de ação, que foram atendidas na elaboração da presente OIGP, destacando-se as seguintes medidas:

- Desenho funcional do território, com o objetivo da implementação de povoamentos mais bem adaptados às condições biofísicas e edafoclimáticas;
- Expansão das áreas ocupadas por floresta de outras folhosas, através do aproveitamento da regeneração natural, promovendo o crescimento destas áreas junto às linhas de águas, solos mais férteis, em encostas mais húmidas, assim como nas zonas de interface, possibilitando desta forma uma melhor compartimentação dos espaços e a criação de territórios mais resilientes à passagem do fogo;
- Criar mosaicos de descontinuidade em termos de densidade e dimensão do material combustível, originando assim maior diversidade de espaços procedendo-se assim a uma gestão dos habitats de fauna;
- Implementar a proteção do edificado isolado e dos aglomerados rurais, através da alteração dos combustíveis florestais, por uma composição mais resiliente à passagem do fogo, nas zonas de interface;
- Recuperação de linhas de água com espécies ripícolas;

- Identificar, mapear e quantificar a renumeração dos serviços de ecossistema que venham a ser identificados, com destaque para a proteção dos solos e dos recursos hídricos, prevenção de incêndios, sequestro de carbono, diversidade paisagística, fornecimento de produtos e alimentos, e atividades de recreio e lazer;
- Reabilitação de áreas degradadas, através do restauro de ecossistemas degradados e restauro pós-fogo;
- Instalação de um conjunto de culturas potenciadoras do desenvolvimento da economia local, associadas à produção agrícola, animal e florestal;
- Promoção da qualidade estética da paisagem.

A OIGP de Travessa é composta pelos seguintes conteúdos:

- Desenho da transformação e valorização da paisagem, identificando a respetiva matriz de transformação, assim como os pressupostos que sustentam a tomada de decisão.
- Programa de execução e respetivo modelo de exploração
- Orçamento necessário para efetuar a reconversão/valorização da paisagem e as respetivas fontes de financiamento
- Modelo de gestão da OIGP e a contratualização das operações a realizar com os proprietários
- Desenho do programa de monitorização das ações a realizar a avaliação dos seus resultados

A OIGP de Travessa é administrada pela seguinte entidade gestora:

Entidade: FLORESTGAL – Empresa de Gestão e desenvolvimento Florestal, S.A.

Morada: Rua Comendador Joaquim Araújo Lacerda, 16-18

3260-412 Figueiró dos Vinhos

Telefone: +351 236 550 550

Email: geral@florestgal.pt

A. Transformação e Valorização da Paisagem

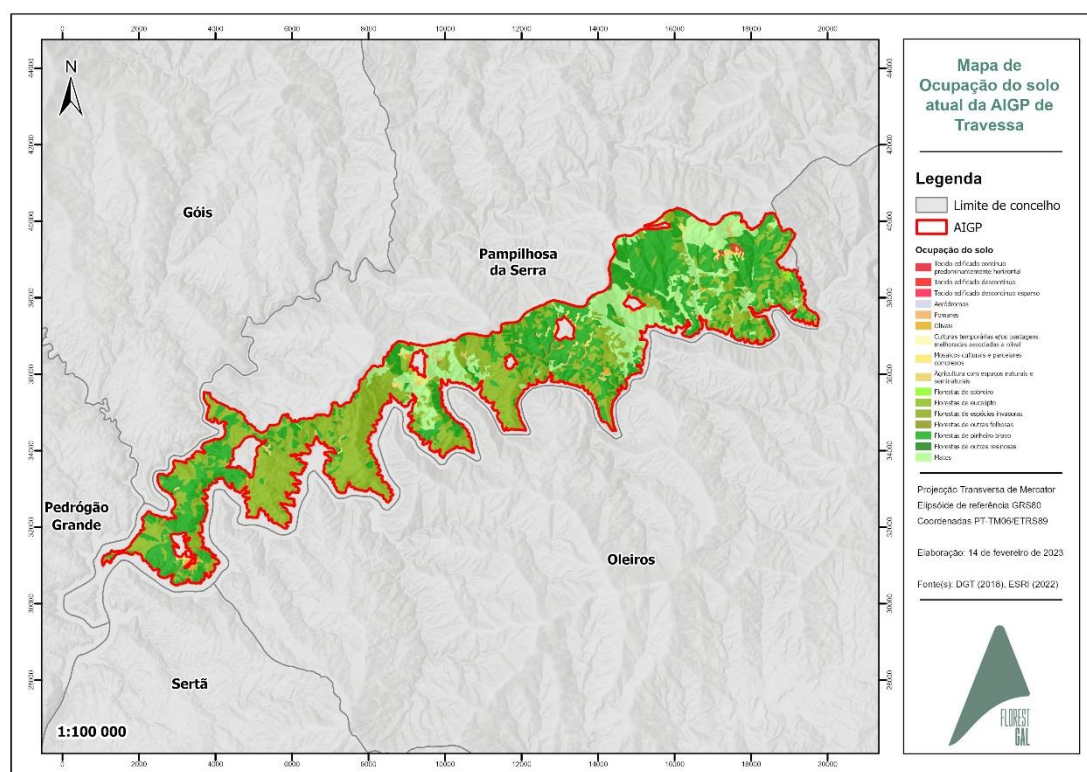
A.1. Projeto de paisagem futura

a) Planta de Ocupação do Solo atual (POSA)

Os dados referentes à ocupação do solo, foram obtidos através da informação disponibilizada pela Direção Geral do Território (COS 2018), complementados por ações de trabalho de campo.

Através da análise da ocupação do solo, é possível constatar que a área da AIGP de Travessa, com 4 005,37 ha, é na sua maioria ocupada por espaços florestais (97,01%), correspondendo a um total de 3 885,43 ha, sendo que 80,75% desta ocupação corresponde a floresta e 16,26% a incultos. A Agricultura representa 2,74% da área, com 110,01 ha e as Áreas Sociais representam apenas 0,25% com 9,94 ha.

Figura A.1.1 – Mapa de ocupação do solo atual (POSA) da AIGP de Travessa



Os povoamentos florestais com maior dimensão são os povoamentos de eucalipto, que representam 40,87% da área da AIGP, seguindo-se os povoamentos de pinheiro-bravo com 1 565,40 ha (39,08%).

b) Planta de Ocupação do Solo proposta (POSP)

A alteração da paisagem preconizada na ocupação do solo proposta (POSP), foi efetuada tendo por base as características biofísicas e edafoclimáticas do território, a redução da vulnerabilidade e o aumento da resiliência do território face aos fogos rurais, à valorização dos solos e melhor adaptabilidade das espécies, à preservação e aumento da biodiversidade, à melhoria dos serviços de ecossistema, assim como ao aumento do valor do território e dinamização da economia do mundo rural.

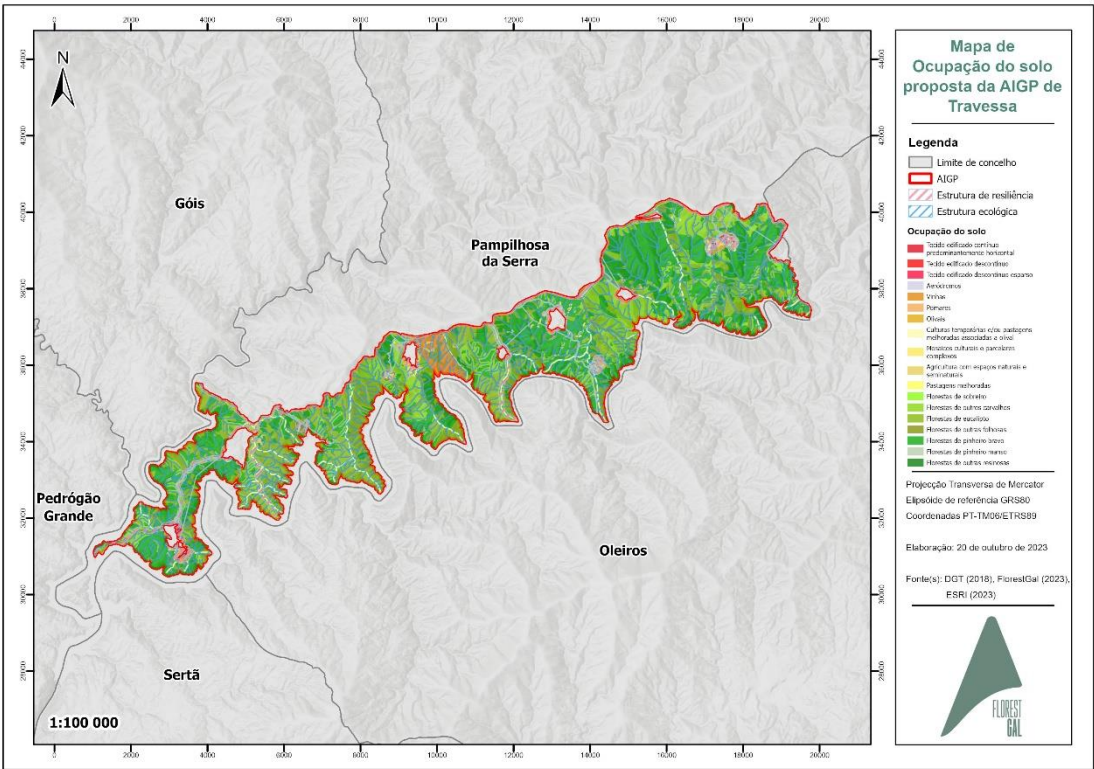
A alteração da paisagem proposta sintetiza um conjunto de aspetos distintos que se traduzem nas seguintes situações:

- elementos da paisagem que permanecem ao longo do tempo, nomeadamente: territórios artificializados, rede viária e espaços associados, afloramentos rochosos, planos de água e rede hidrográfica;
- elementos da paisagem em que a ocupação atual deve ser mantida: áreas agrícolas, e florestas de conservação;
- estrutura ecológica, constituída pelo sistema húmido e pelo sistema seco, cuja ocupação é necessário valorizar ou reconverter, para dar cumprimento à função de proteção;
- estrutura de resiliência, que incorpora as áreas com necessidade de instalação de faixas de gestão de combustível, de acordo com os instrumentos legais em vigor;
- elementos da paisagem em que a ocupação atual deve ser alterada: áreas com uma grande extensão de povoamentos monoespecíficos, povoamentos mal-adaptados, com o objetivo de aumentar a resiliência aos fogos rurais e aumento da biodiversidade.

A ocupação do solo proposta, é na sua maioria ocupada por espaços florestais (88,98%), correspondendo a um total de 3 564,16 ha, verificando-se uma redução de 321,26 ha (8,03%) relativamente à ocupação do solo atual. A área ocupada com agricultura regista um aumento de 321,26 ha em relação à ocupação atual, passando a representar 10,77% da área, com 431,26 ha. A ocupação referente às Áreas Sociais permanece inalterada.

Contudo é ao nível da composição dos povoamentos florestais que se verifica uma maior alteração, como se pode observar na matriz de transformação da paisagem, descrita na alínea c).

Figura A.1.2 - Mapa de ocupação do solo proposta (POSP) da AIGP de Travessa



A ocupação do solo proposta foi obtida através de operações de análise espacial de acordo com os seguintes critérios:

- Exposição Norte/Nascente: Foi mantida a ocupação do solo existente;
- Exposição Sul/Poente:
 - Dentro do buffer de 50 metros às linhas de água e rede viária principal, nas áreas ocupadas com eucalipto foi efetuada a alteração para áreas de floresta de outras folhosas e outros carvalhos. Nas restantes ocupações foi mantida a ocupação do solo existente;
 - Fora buffer de 50 metros às linhas de água e rede viária principal, nas áreas ocupadas com eucalipto foi efetuada a alteração para pinheiro bravo. Nas restantes ocupações foi mantida a ocupação do solo existente;

- Estrutura ecológica, sistema húmido: nas áreas ocupadas por povoamentos monoespecíficos, foi efetuada a alteração para florestas de outras folhosas. Nas restantes ocupações foi mantida a ocupação do solo existente;
- Estrutura ecológica, sistema seco: nas áreas ocupadas por povoamentos monoespecíficos, foi efetuada a alteração para pastagens melhoradas. Nas áreas ocupadas com medronheiro ou com presença de regeneração natural desta espécie, foi preconizada a manutenção e valorização destas áreas.
- Estrutura de resiliência: nas áreas ocupadas por povoamentos monoespecíficos, foi efetuada a alteração para florestas de outros carvalhos. Nas restantes ocupações foi mantida a ocupação do solo existente;

Nas estruturas de paisagem (estrutura ecológica e estrutura de resiliência) foi preconizada a valorização ou a reconversão da ocupação do solo existente, para espécies que melhor garantam as funções ecológicas e uma maior resiliência ao comportamento dos incêndios rurais.

A estrutura ecológica assegura as funções ecológicas da paisagem e a conservação dos recursos naturais. Esta estrutura engloba o sistema húmido: composto pelos cursos de água, massas de água e respetivas margens, fundos de vale; e pelo sistema seco: linhas de cumeada incluindo cabeços e cabeceiras associadas.

A definição da estrutura ecológica baseou-se nos seguintes critérios:

- Sistema seco - linhas de cumeada: buffer de 50 metros;
- Sistema húmido - linhas de água: cursos de água e respetivas margens (buffer 10 metros nas linhas de água);
- Sistema húmido - Massas de água: massas de água, albufeiras e respetiva área de proteção;
- Sistema húmido - fundos de vale: Para a definição dos fundos de vale foi utilizado o algoritmo proposto por *J.C. Gallant & T.I. Dowling 2003*.

A estrutura de resiliência tem como principal função a criação de descontinuidades na paisagem e encontra-se associada às faixas de gestão de combustível. Nestas áreas procedeu-se à alteração da ocupação do solo para espécies

mais resilientes ao comportamento do fogo, promovendo-se uma alteração do tipo e estrutura do combustível com o objetivo de diminuir a superfície percorrida por grandes incêndios, proteger infraestruturas e isolar potenciais focos de incêndio.

c) Matriz de Transformação da Paisagem

Através da análise da matriz de transformação, podemos constatar que a área ocupada com floresta continua a ser a mais representativa, contudo, observa-se uma ligeira redução. A agricultura registou um aumento considerável de 321,26 ha em relação à ocupação atual. Para esta evolução das áreas agrícolas contribuíram o incremento das áreas ocupadas por olivais (18,05 ha) e a introdução das pastagens melhoradas (162,40 ha), de vinha (66,38 ha) e dos pomares (74,43 ha).

Tabela A.1.1 – Matriz de transformação da paisagem

Ocupação do solo (COS)	Atual (POSA)		Proposta (POSP)		Variação
	ha	%	ha	%	ha
Aeródromos	0,93	0,02	0,93	0,02	0,00
Agricultura com espaços naturais e seminaturais	31,12	0,78	31,12	0,69	0,00
Culturas temporárias e/ou pastagens melhoradas associadas a olival	1,00	0,02	1,00	0,02	0,00
Florestas de espécies invasoras	1,04	0,03	0,00	0,00	-1,04
Florestas de eucalipto	1637,07	40,87	772,13	19,28	-864,94
Florestas de outras folhosas	22,67	0,57	559,98	13,98	537,31
Florestas de outras resinosas	1,96	0,05	1,96	0,05	0,00
Florestas de outros carvalhos	0,00	0,00	821,54	20,51	821,54
Florestas de pinheiro bravo	1565,40	39,08	1368,31	34,16	-197,09
Florestas de pinheiro manso	0,00	0,00	33,83	0,84	33,83
Florestas de sobreiro	6,16	0,15	6,41	0,16	0,25
Matos	651,13	16,26	0,00	0,00	-651,13
Mosaicos culturais e parcelares complexos	46,57	1,16	46,57	1,16	0,00
Olivais	30,17	0,75	48,22	1,20	18,05
Pastagens melhoradas	0,00	0,00	162,40	4,05	162,40
Pomares	1,15	0,03	75,58	1,89	74,43
Tecido edificado contínuo predominantemente horizontal	1,84	0,05	1,84	0,05	0,00
Tecido edificado descontínuo	7,07	0,18	7,07	0,18	0,00
Tecido edificado descontínuo esparsos	0,10	0,00	0,10	0,00	0,00
Vinhas	0,00	0,00	66,38	1,66	66,38
Total	4 005,37	100,00	4 005,37	100,00	

Fonte: DGT (COS2018), FlorestGal S.A.(2023)

A maior transformação da paisagem é efetuada ao nível da composição dos povoamentos florestais. A área ocupada por eucaliptos deixa de ser a espécie mais representativa, esta verificou uma redução significativa (864,94 ha). O pinheiro-bravo passou a ser a espécie com mais expressão, apesar de ter registado uma redução de 197,09 ha. Em contrapartida verificou-se um aumento da área ocupada por floresta de outras folhosas (537,31 ha) e floresta de sobreiro (0,25 ha). Verificou-se ainda a introdução de outras espécies florestais, como foi o caso da floresta de outros carvalhos (821,54 ha) e de pinheiro manso (33,83 ha).

A.2. Fundamentação das soluções adotadas na proposta

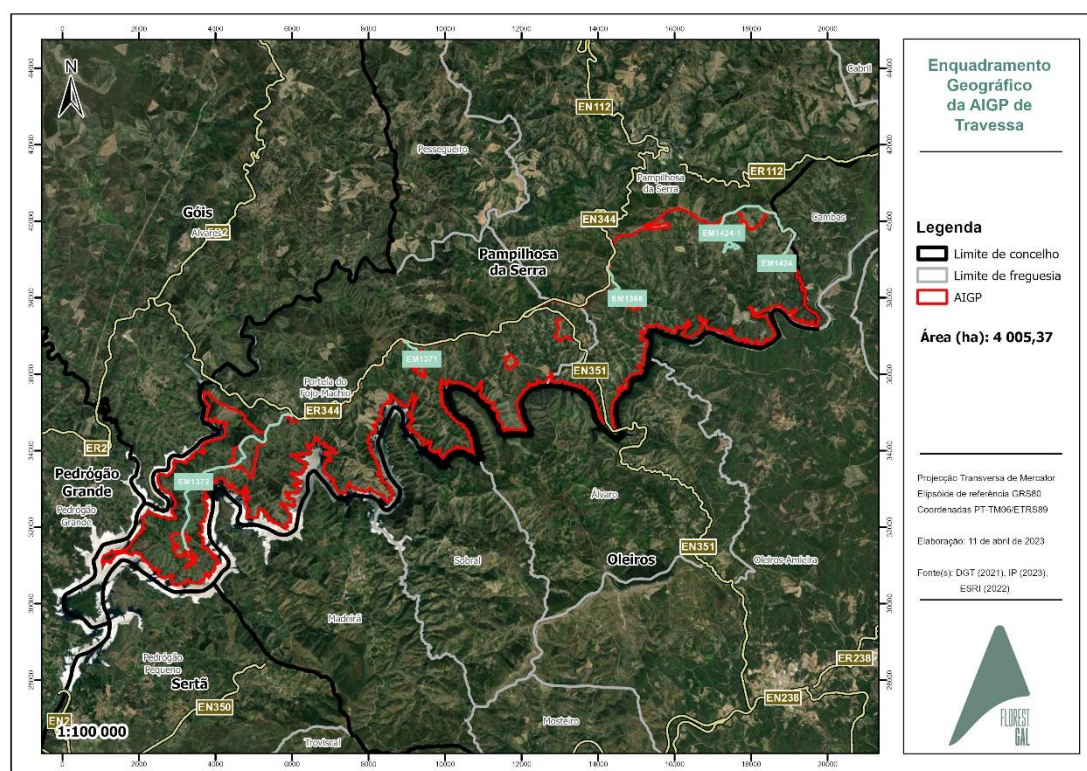
A.2.1. Situação atual do território

a) Localização e enquadramento

Situada na Região Centro – NUT's II e na sub-região da Região de Coimbra – NUT's III, a área de intervenção, com uma área de 4 005,37 ha abrange as freguesias Portela do Fojo-Machio e de Pampilhosa da Serra, no concelho de Pampilhosa da Serra.

O principal acesso à área de intervenção é efetuado através da EN 344, da EN 351, da EM 1424, da EM 1424-1, da EM 1368, da EM 1371 e da EM 1372.

Figura A.2.1 - Enquadramento Geográfico da AIGP de Travessa



b) Características biofísicas e edafoclimáticas

b.1. Parâmetros climáticos

O clima exerce influência sobre diversos aspetos do meio físico, nomeadamente as características dos cursos de água, dos solos, da vegetação, assim como interfere nas

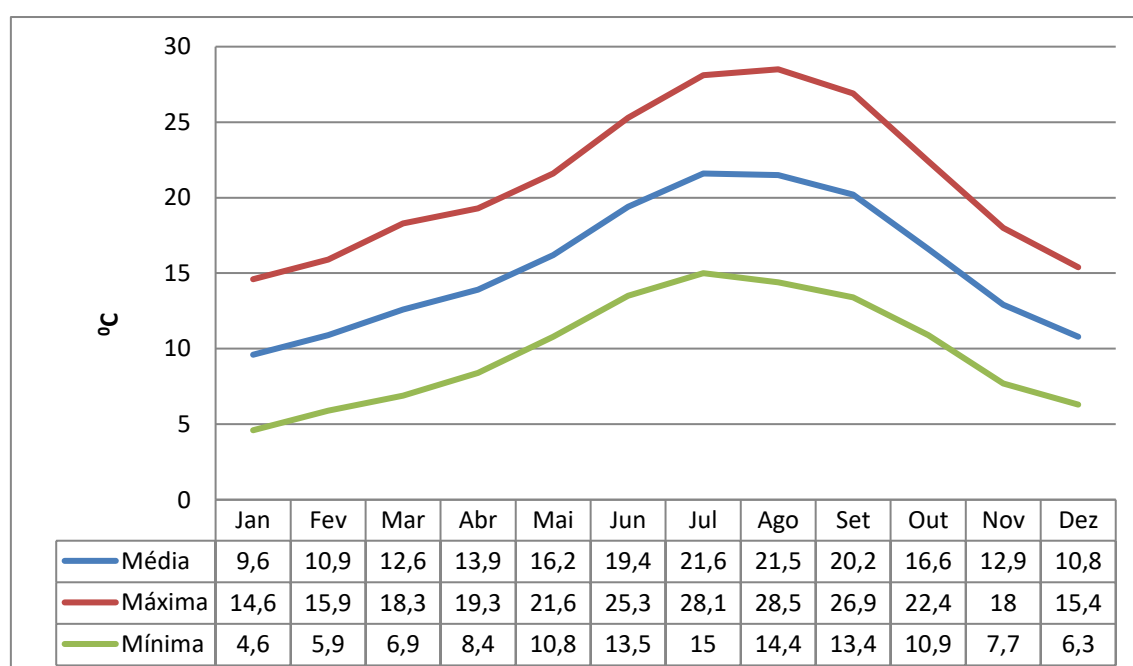
formas de relevo, através dos processos erosivos (*Bento Gonçalves, 2007*). A caracterização climática da área de intervenção teve por base os valores das normais Climatológicas do Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA) relativos à estação da Coimbra (Bencanta), dados relativos ao período 1971-2000. Importante salientar, que poderá haver algumas diferenças entre os valores observados da estação da Coimbra e os observados na área de intervenção.

A temperatura constitui um dos parâmetros climáticos fundamentais para o estudo do clima de uma determinada região.

A temperatura média anual registada na Estação de Coimbra (Bencanta), no período considerado, é de 15,5 °C, sendo a temperatura média do mês mais frio de 9,6 °C em janeiro, e a do mês mais quente de 21,6 °C em julho. Deste modo, a análise dos dados climatológicos permite-nos constatar o carácter moderado do clima local, que regista uma amplitude térmica média de 12 °C.

Através da análise do Gráfico A.2.1 **Erro! A origem da referência não foi encontrada.**, podemos verificar que as temperaturas médias mínimas e máximas registadas são de, respetivamente 5 °C no mês de janeiro e 28,8 °C em agosto.

Gráfico A.2.1 - Temperatura Média Mensal, Média, Máxima e Mínima

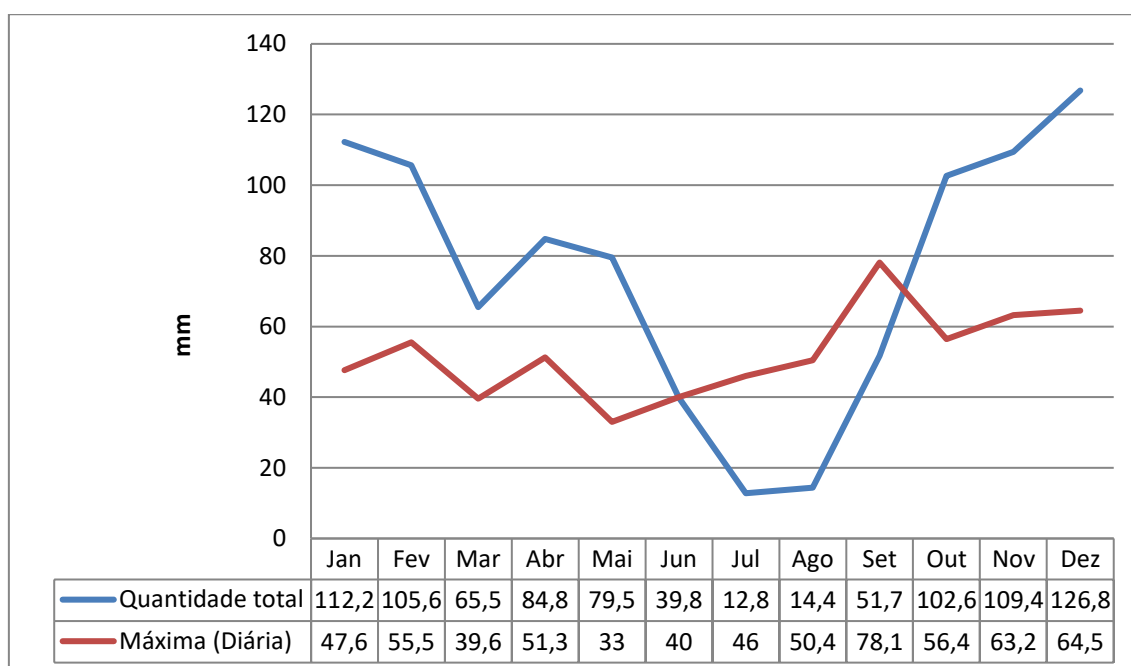


Fonte: Normais Climatológicas para a Estação de Coimbra / Bencanta (1971-2000), IPMA.

A precipitação constitui um elemento climático de extrema importância ao nível da vegetação, ocupação do solo e nas atividades humanas.

Através da análise do Gráfico A.2.2, podemos constatar que os valores máximos de precipitação ocorrem em dezembro (126,8 mm), e os mínimos em julho (12,8 mm). O valor máximo diário verifica-se em setembro (78,1 mm).

Gráfico A.2.2 - Precipitação média total e precipitação máxima diária (mm)



Fonte: Normais Climatológicas para a Estação de Coimbra / Bencanta (1971-2000), IPMA.

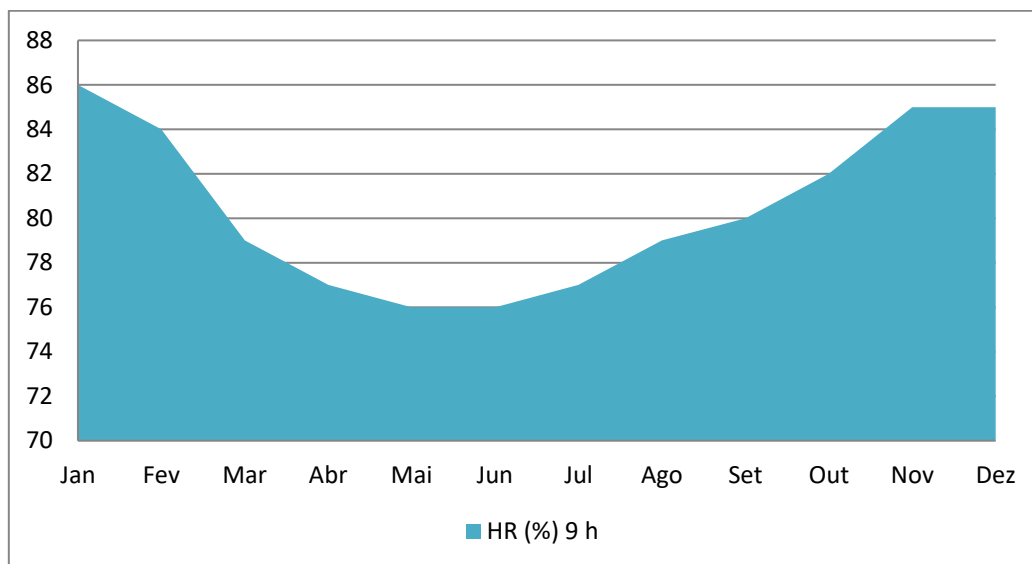
A humidade relativa do ar encontra-se diretamente relacionada com a temperatura e com a natureza das massas de ar no local. Este aspeto reveste-se de uma grande influência ao nível das atividades humanas, assim como na propagação dos incêndios rurais.

Através da análise dos valores observados na Estação de Coimbra (Bencanta), podemos considerar o clima da região como húmido, uma vez que esta apresenta valores médios anuais de 80,5% às 9 horas.

Através da análise dos dados podemos verificar que a humidade relativa média registada na estação da Coimbra (Bencanta) varia entre os 76% em maio e junho e os 86% em janeiro. Apesar da variação sazonal, sendo mais elevada nos meses de inverno,

a humidade relativa média registada caracteriza-se por valores elevados ao longo de todo o ano, superiores a 76%.

Gráfico A.2.3 - Humidade relativa do ar (%)



Fonte: Normais Climatológicas para a Estação de Coimbra / Bencanta (1971-2000), IPMA.

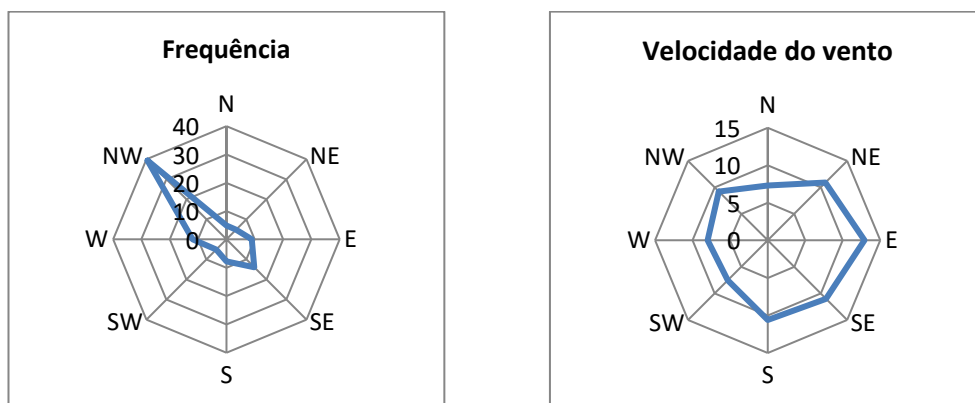
O vento é um elemento do clima fundamental, que se encontra associado à temperatura, evaporação e à humidade. Este reveste-se de uma extrema importância no que se refere ao comportamento dos incêndios rurais, relacionando a sua direção com a ocorrência de incêndios.

Tabela A.2.1 – Frequência (%) e velocidade média (km/h) do vento

	N		NE		E		SE		S		SW		W		NW		C
	F	V	F	V	F	V	F	V	F	V	F	V	F	V	F	V	F
Jan	5,9	6,8	6,7	10,4	14,6	14,2	24,9	12,6	13,6	11,7	6	9	7,8	8,3	17,4	8,7	3,1
Fev	5,2	6,4	7,2	10	13,8	14,1	20	12,9	10,6	12	7,1	10	9,7	9,3	22,2	8,4	4,2
Mar	4,7	7,5	5,9	13,8	10,9	14,8	19,1	13,8	11,4	12,6	6,8	9,6	11,6	8,5	26,2	8,8	3,4
Abr	6,5	8,4	6,4	13,4	8,8	14	12,8	11,2	7,4	10,9	5,4	8,1	12,3	8,6	38,1	10	2,3
Mai	5	8,4	2,5	11	4,3	13	8,8	11,7	6,8	10,8	5,6	8	14,7	8,8	51	10,2	1,3
Jun	3,6	7,8	2,6	11,9	4	13	6,1	8,6	3,3	10,6	3,2	7,9	14,2	8,6	61,4	10,3	1,6
Jul	3,7	7,6	1,5	9,3	2,6	11,5	3	7,5	1,8	7,5	2,5	5	14,6	8	69,6	10,7	0,7
Ago	3,7	7,9	2,1	10,7	2,7	11,5	3,5	7,5	2,2	7,2	2,7	4,4	15,7	8,2	66,1	10,4	1,3
Set	4,6	6,7	3,8	9,4	4,4	11,6	8,8	9,9	5,2	10,1	4,8	6,1	14,8	7,4	48,9	8,8	4,7
Out	5	6,6	5,6	10,3	9	10,5	15,3	11,6	9,3	10,3	5,3	6,5	11,3	6,4	33	7,5	6,2
Nov	4,5	6,5	7,3	10,8	14,6	13,1	22,1	13,7	11,2	12,4	6,7	7,2	8,3	6,9	20,8	8,2	4,5
Dez	6,1	6,5	7,3	10,2	16,9	13	22,7	11,2	10,1	11	5,4	8,7	8,6	7,4	18,3	8,3	4,6
Ano	4,9	7,3	4,9	10,9	8,9	12,9	13,9	11	7,7	10,6	5,1	7,5	12	8	39,4	9,2	3,2

Fonte: Normais Climatológicas para a Estação de Coimbra / Bencanta (1971-2000), IPMA

Os ventos dominantes na área em estudo são os do quadrante Noroeste, com uma média anual de 39,4%, seguindo-se os ventos do quadrante Sudeste, com uma média anual de 13,9% e os ventos do Oeste com uma média anual de 12%.



Fonte: Normais Climatológicas para a Estação de Coimbra / Bencanta (1971-2000), IPMA

Em termos de velocidades médias, os registos mais elevados são de 12.9 km/h, provenientes do quadrante Este, e de 10,9 km/h correspondentes a Nordeste.

Durante os meses de verão, os ventos mais fortes são em junho quadrante Nordeste (11,9 km/h); em julho quadrante Este (10,5 km/h), em agosto quadrante Este (11,5 km/h) e por fim, em setembro quadrante Este (11,6 km/h).

A classificação de Koppen caracteriza, de um modo geral, o clima dos lugares e regiões com base nos valores médios da temperatura do ar, da quantidade de precipitação e na sua distribuição.

Com base nos critérios de Koppen, o clima da região em estudo será do tipo Csb, com o seguinte significado:

C – Clima mesotérmico (temperado) húmido, em que a temperatura média do mês mais frio é inferior a 18°C, mas superior a -3°C, enquanto o mês mais quente apresenta valores superiores a 10°C;

s – Estação seca no Verão, a precipitação do mês mais seco do semestre quente é inferior a 1/3 da do mês mais chuvoso do semestre mais frio e inferior a 40mm.

b – Verão pouco quente, mas extenso, a temperatura média do ar no mês mais quente do ano é inferior a 22°C e com um período maior que quatro meses com temperaturas superiores a 10°C;

b.2. Hipsometria

A altitude é uma das características topográficas que afetam o comportamento dos incêndios rurais. Esta condiciona a temperatura e a precipitação (*Ventura e Vasconcelos, 2006; cit. in Verde 2008:38*), pelo que exerce desta forma uma forte influência na distribuição e na quantidade da vegetação existente.

A área da AIGP de Travessa, varia a sua altitude entre os 294,76 metros junto ao Rio Zêzere e os 848,92 metros em Urra. A maior parte da área, cerca de 37%, encontra-se situada entre os 300 e os 400 metros de altitude.

Figura A.2.2 - Mapa Hipsométrico da AIGP de Travessa

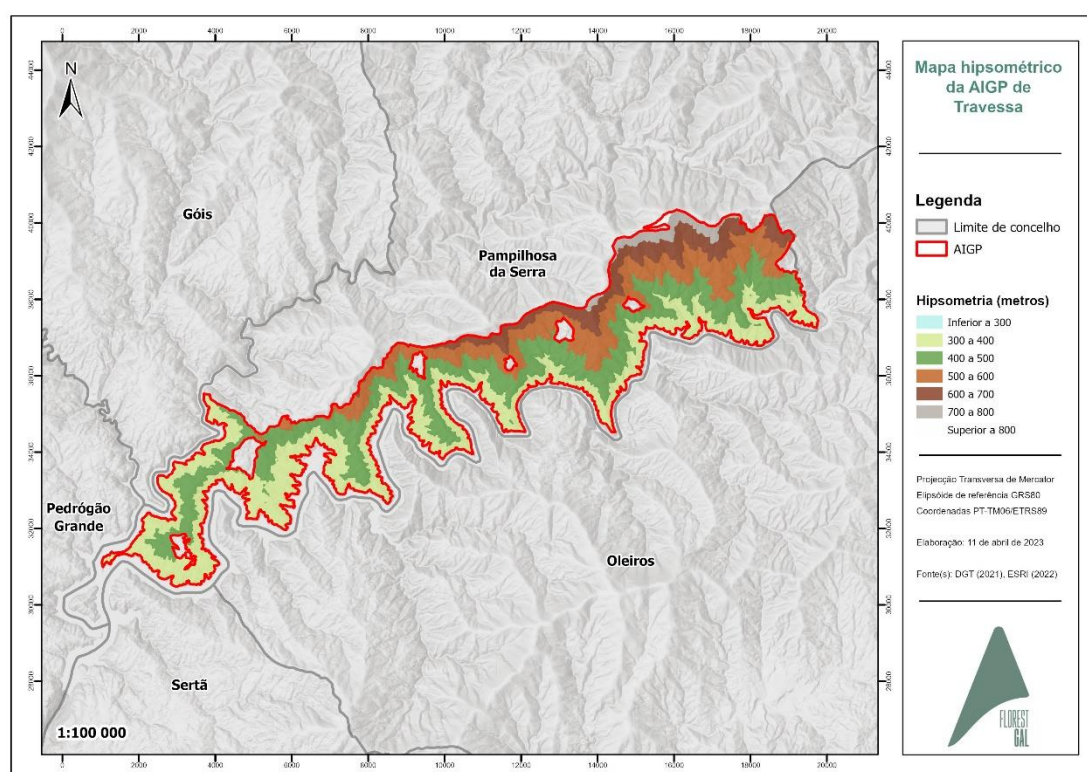
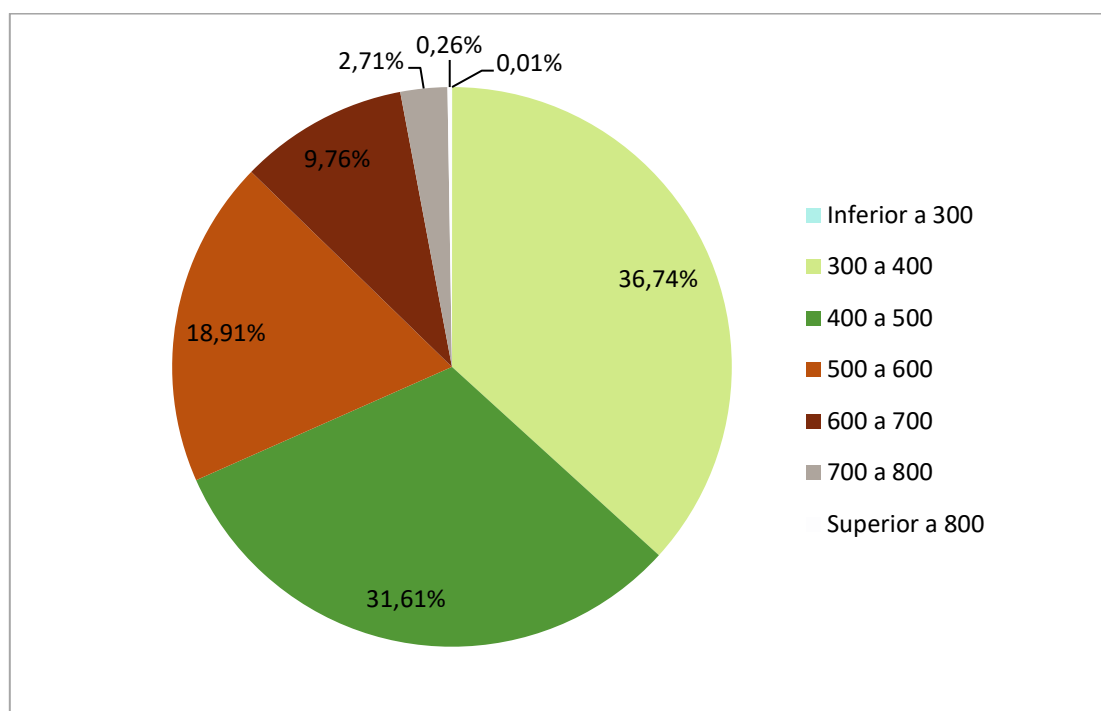


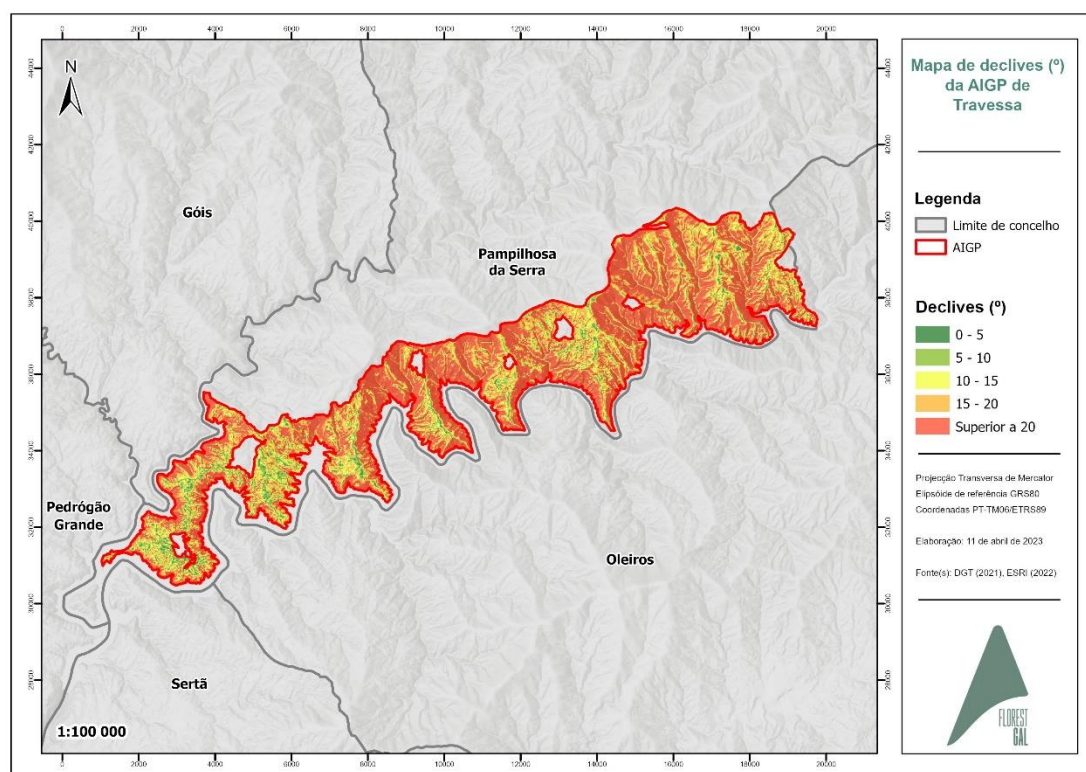
Gráfico A.2.4 - Área ocupada por classe hipsométrica (%)



b.3. Declives

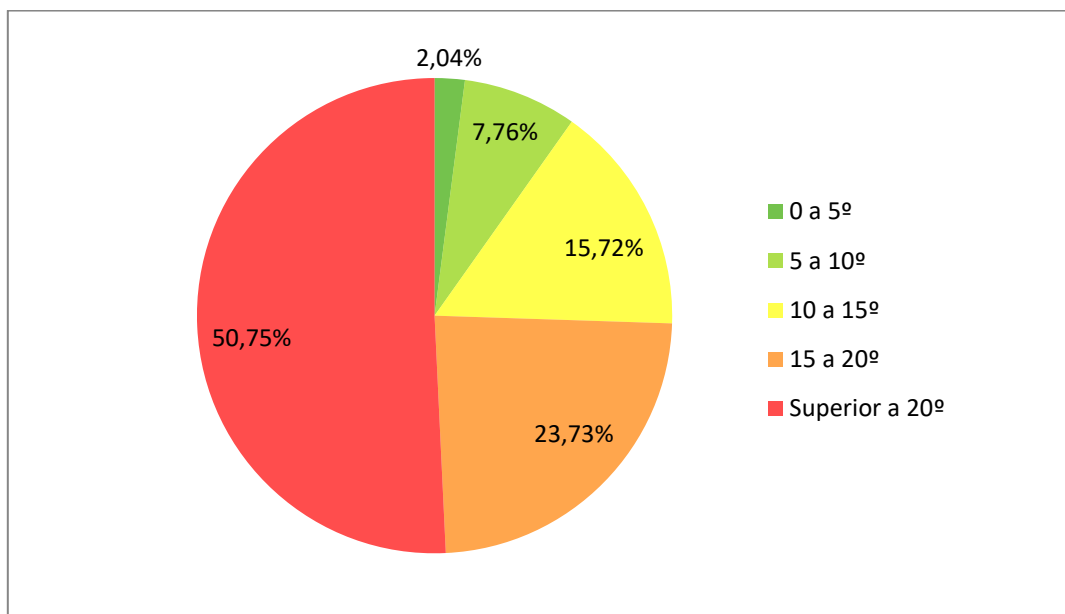
O declive é uma das características topográficas que mais condiciona o comportamento dos incêndios rurais, exercendo uma influência considerável sobre a velocidade de propagação. Deste modo, quanto mais inclinada for a vertente, maior será a velocidade de um fogo ascendente de encosta, assim como o comprimento da sua chama (*Silva et al, 2002*). As correntes de vento ascendentes e a inclinação natural das chamas sobre os combustíveis facilitam a transferência de energia por convecção na frente do fogo (*Serra et al, 2006*). No entanto a influência do declive no comportamento do fogo é variável consoante a carga de combustível. O incremento da velocidade de propagação do fogo com o declive deve-se ao facto de os combustíveis situados a montante da frente das chamas serem eficientemente secos e aquecidos até à temperatura de ignição.

Figura A.2.3 - Mapa de Declives da AIGP de Travessa



Para a caracterização desta variável procedeu-se a uma agregação dos dados em 5 classes. O cálculo dos declives é um elemento de análise do terreno indispensável para análise da dinâmica do meio físico, sendo um dos indicadores indispensáveis ao planeamento.

Relativamente à distribuição da área ocupada por classe de declives, de referir que a classe com maior representatividade é a dos declives Superiores a 20 graus (50,75% do total da AIGP). Segue-se a classe dos 15 aos 20 graus (23,73%). A classe de declives com menor área ocupada é a classe dos 0 aos 5 graus, com apenas 2,04%.

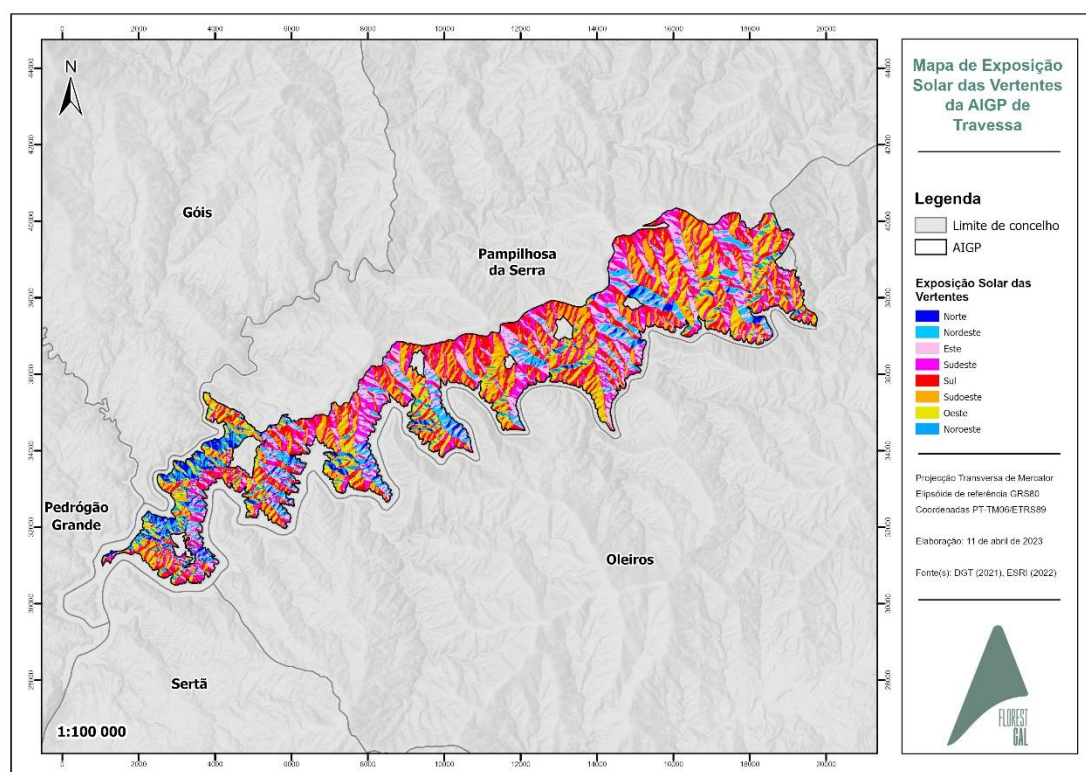
Gráfico A.2.5 - Área ocupada por classe de declive (%)

b.4. Exposição

A exposição das vertentes é outro dos fatores considerados como relevantes para a propagação dos incêndios rurais, pois ela relaciona-se essencialmente com a quantidade de insolação, ou até mesmo com o vento e a humidade. A quantidade de radiação solar recebida varia consoante a exposição. Assim, o microclima, sobretudo humidade relativa, a temperatura e a direção dos ventos varia localmente, o que determina a existência ou predominância de algumas espécies florestais.

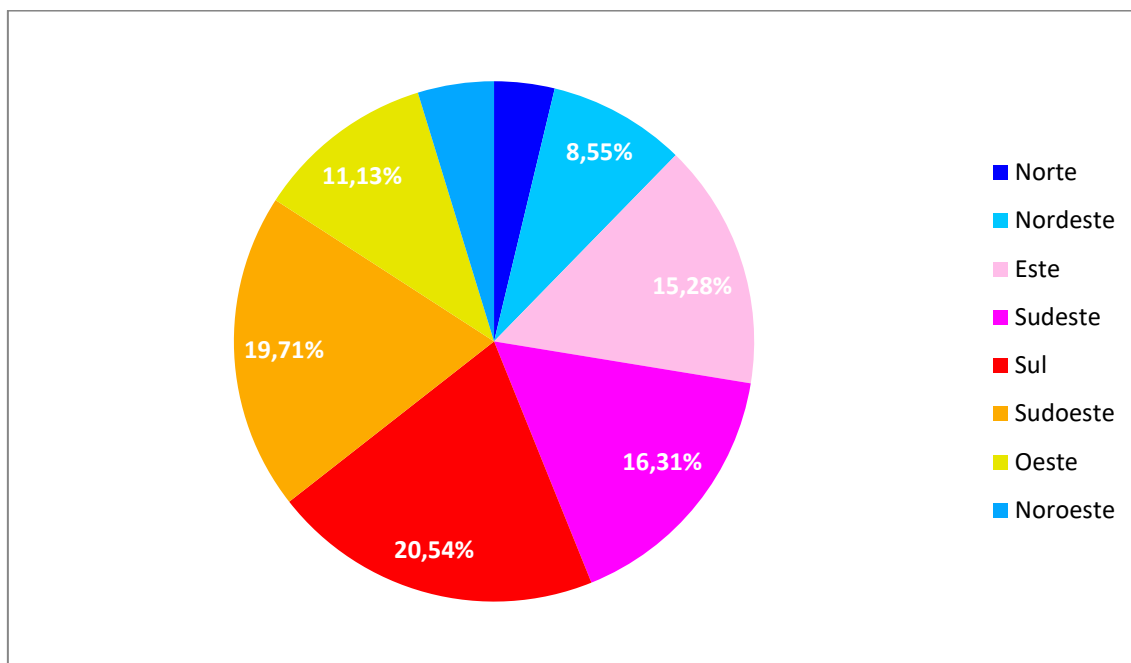
As vertentes voltadas a sul e sudoeste apresentam normalmente condições mais favoráveis à propagação dos incêndios rurais, uma vez que os combustíveis sofrem uma maior dissecação e o ar é também mais seco, devido à maior quantidade de radiação solar incidente.

Figura A.2.4 - Mapa de exposição solar das vertentes



Quanto à distribuição da área ocupada por orientação das vertentes, verifica-se que as vertentes orientadas a Sul (20,54%) são aquelas com maior representatividade no território, em oposição, às vertentes voltadas a Norte 3,75%. As vertentes voltadas a Sudeste, Sul e Sudoeste apresentam, normalmente, condições mais favoráveis à propagação dos incêndios rurais, uma vez que os combustíveis sofrem uma maior dissecação e o ar é também mais seco, devido à maior quantidade de radiação solar incidente. Estas representam no seu conjunto um total de 56,56% da área de intervenção.

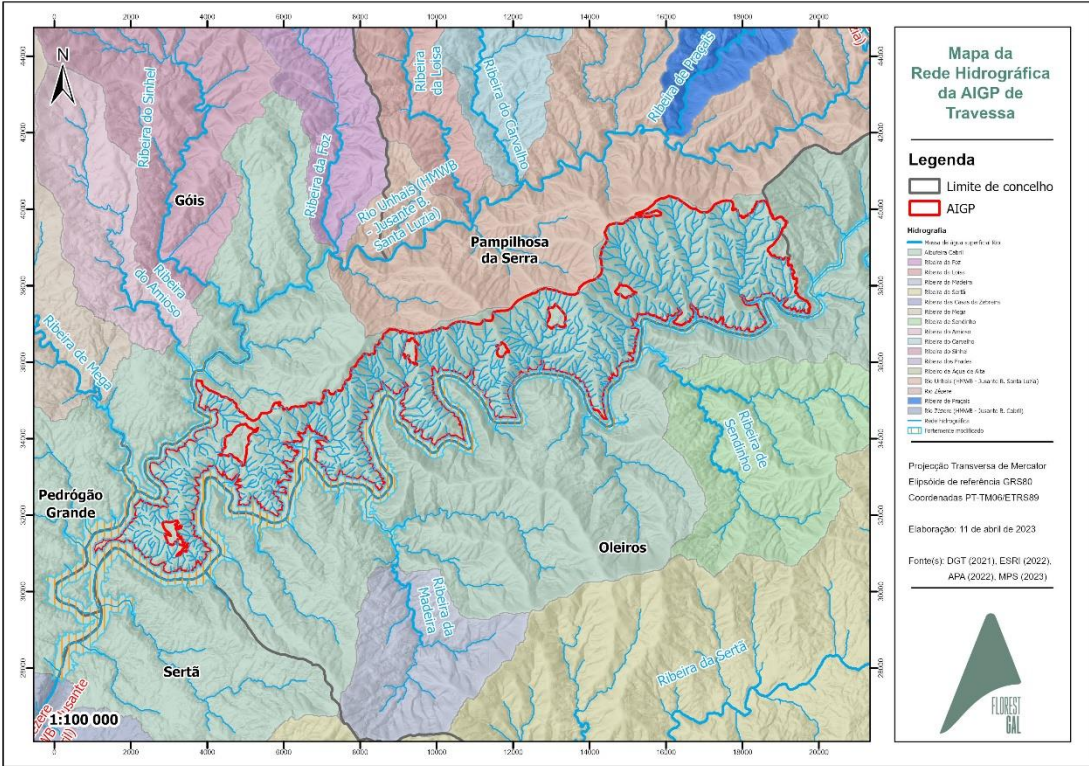
Gráfico A.2.6 - Área ocupada por exposição de vertente (%)



b.5. Hidrografia

A área da AIGP de Travessa encontra-se inserida na bacia hidrográfica da Albufeira Cabril. Como principal curso de água destaca-se aqui a massa de água superficial da Albufeira de Cabril. Estes cursos de água principais, assim com o um conjunto de cursos de água não permanentes, assumem de forma indireta uma importância estratégica, ao criar condições naturais para o desenvolvimento de galerias ripícolas com folhosas de reduzida combustibilidade que servem de barreira à progressão dos incêndios rurais. Assumem ainda vital importância ecológica pela biodiversidade das espécies quer da fauna quer da flora dos estratos arbustivos e subarbustivos.

Figura A.2.5 - Mapa da Rede hidrográfica



b.6. Solos

Os solos constituem um fator determinante no planejamento e gestão florestal, pelo que o conhecimento das suas características é indispensável para a determinação da sua aptidão cultural. Estes possuem influência na adaptabilidade das diferentes espécies florestais, assim como desempenham um importante papel na oferta dos diferentes serviços de ecossistema.

A identificação dos solos, foi efetuada com base na carta dos solos do Atlas do Ambiente. Através da sua análise podemos verificar a área de intervenção é composta pelos seguintes tipos de solos:

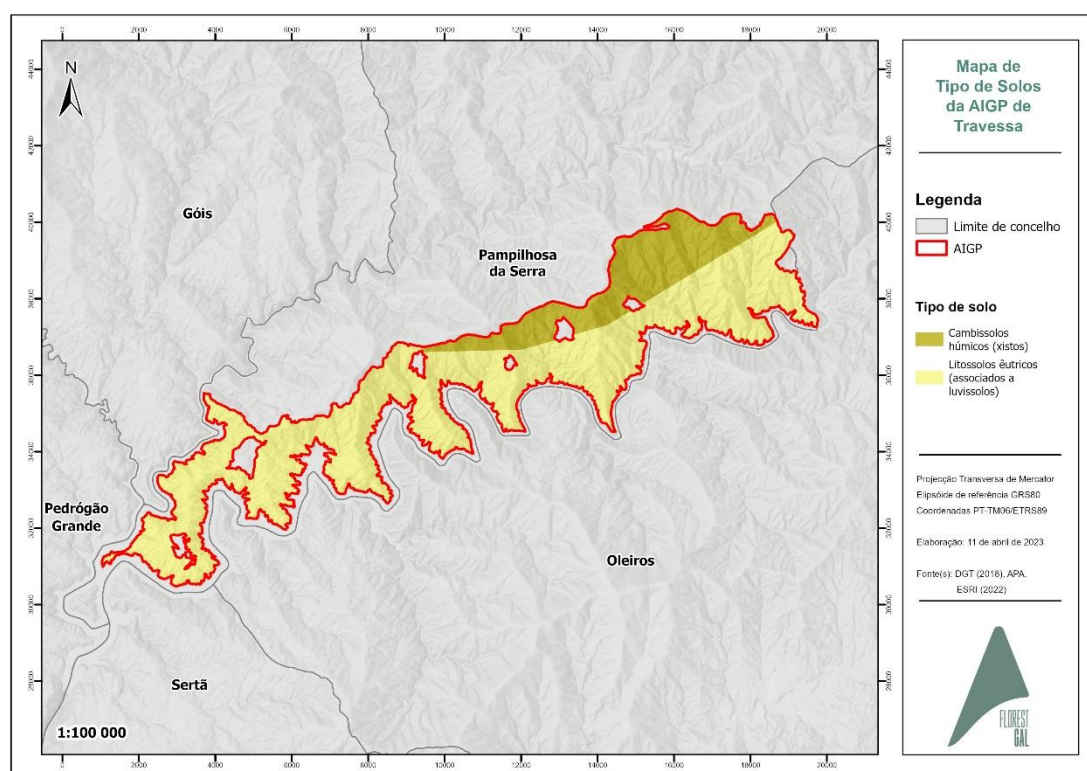
- Litossolos: Litossolos Êutricos - associados a Luvisolos (78,93%)
- Cambisolos: Cambissolos húmicos - xistos (21,07%)

No que diz respeito aos Litossolos, estes caracterizam-se por solos pouco profundos que assentam diretamente sobre rocha-mãe. Este tipo de solos, não têm

estrutura, são esqueléticos e possuem pouca matéria orgânica. São solos típicos de zonas montanhosas, geralmente sujeitas a um forte processo erosivo.

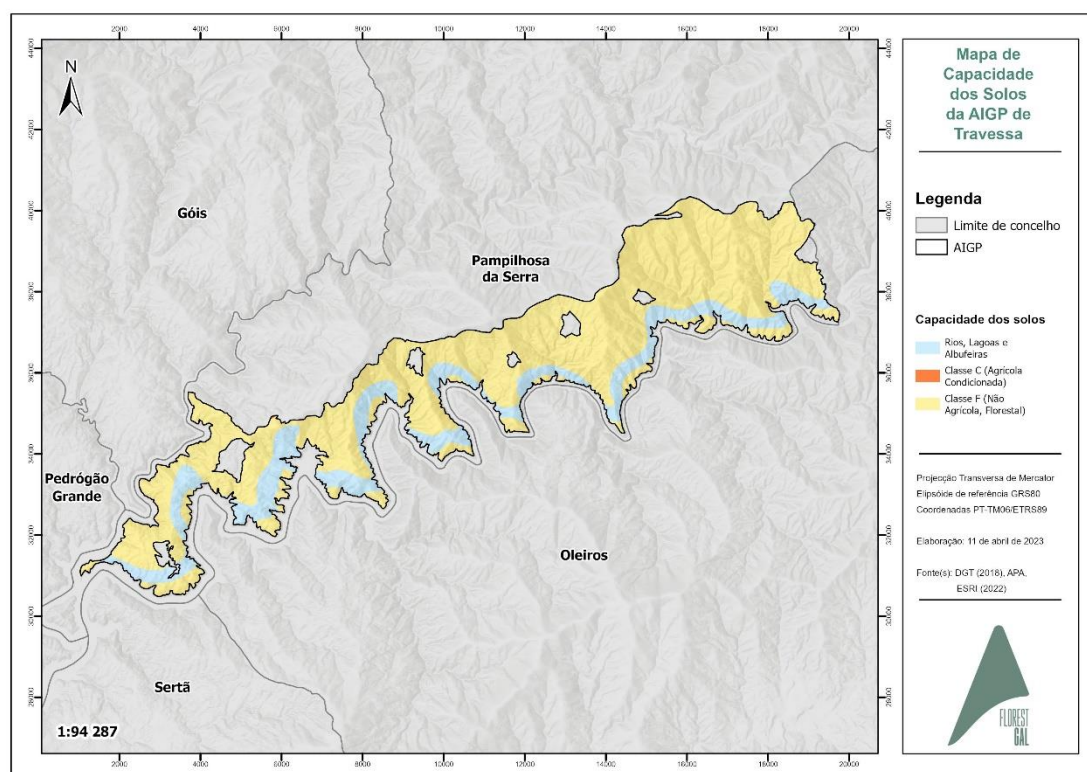
Relativamente aos Cambissolos, estes caracterizam-se por serem solos pouco desenvolvidos e pouco profundos. Uma das características deste tipo de solo é a sua textura franco-arenosa ou mais fina.

Figura A.2.6 - Mapa de Tipos de solo



No que se refere à aptidão dos solos da área de intervenção, verifica-se que a quase totalidade da área (79,08%) é composta por solos com aptidão florestal, Classe F. A classe Rios, Lagoas e Albufeiras representa 20,91% do território e apenas 0,01% apresenta capacidade agrícola condicionada, classe C.

Figura A.2.7 - Mapa da Capacidade dos solos



a) Ocupação do solo

A área da AIGP de Travessa, com 4 005,37 ha, é na sua maioria ocupada por espaços florestais (97,03%), correspondendo a um total de 3 886,57 ha, sendo que 79,17% desta ocupação corresponde a floresta e 17,87% a incultos. A Agricultura representa 2,72% da área, com 108,86 ha e as Áreas Sociais representam 0,25% com 9,94 ha.

Tabela A.2.2 – Evolução da ocupação do solo (ha)

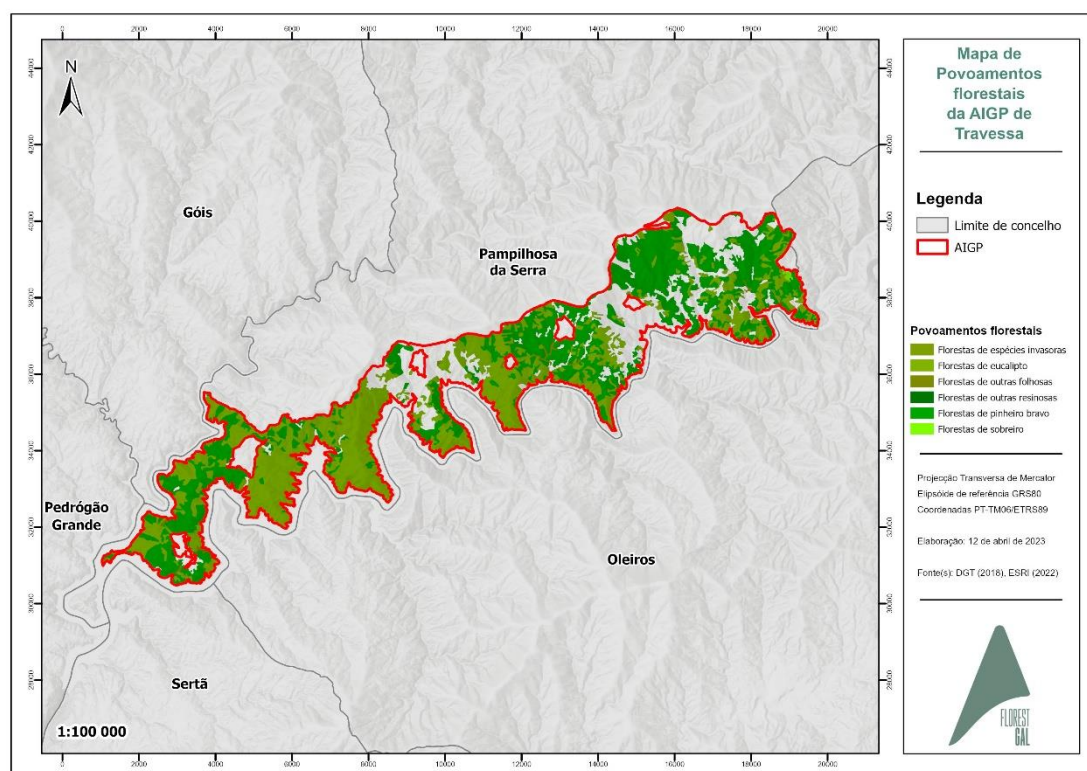
Ocupação do solo	1995	2007	2010	2015	2018	Variação (1995-2018)	
						Área (ha)	%
Floresta	3306,86	3162,87	3170,55	3169,91	3170,96	-135,9	-4,11
Incultos	547,61	723,73	716,04	716,65	715,60	167,99	30,68
Agricultura	141,72	108,84	108,84	108,86	108,86	-32,86	-23,19
Áreas sociais	9,20	9,94	9,94	9,94	9,94	0,74	8,04

Fonte: DGT (2023)

Através da análise da evolução da ocupação do solo (1995-2018), podemos verificar um aumento da área ocupada por incultos, tendo-se verificado um aumento de 167,99 ha, e uma redução da área ocupada por floresta. No período considerado, verificou-se um declínio das áreas agrícolas, com uma redução de 32,86 ha.

Os povoamentos florestais com maior dimensão são os povoamentos de eucalipto, que representam 49,80% da área da AIGP. A segunda classe mais representativa é a floresta de pinheiro-bravo (49,30%). Os povoamentos florestais de outras folhosas, representam apenas 0,62%, com 19,80 ha, localizam-se em linhas de água, prestando um importante contributo na compartimentação do espaço florestal.

Figura A.2.8 - Mapa de povoamentos florestais

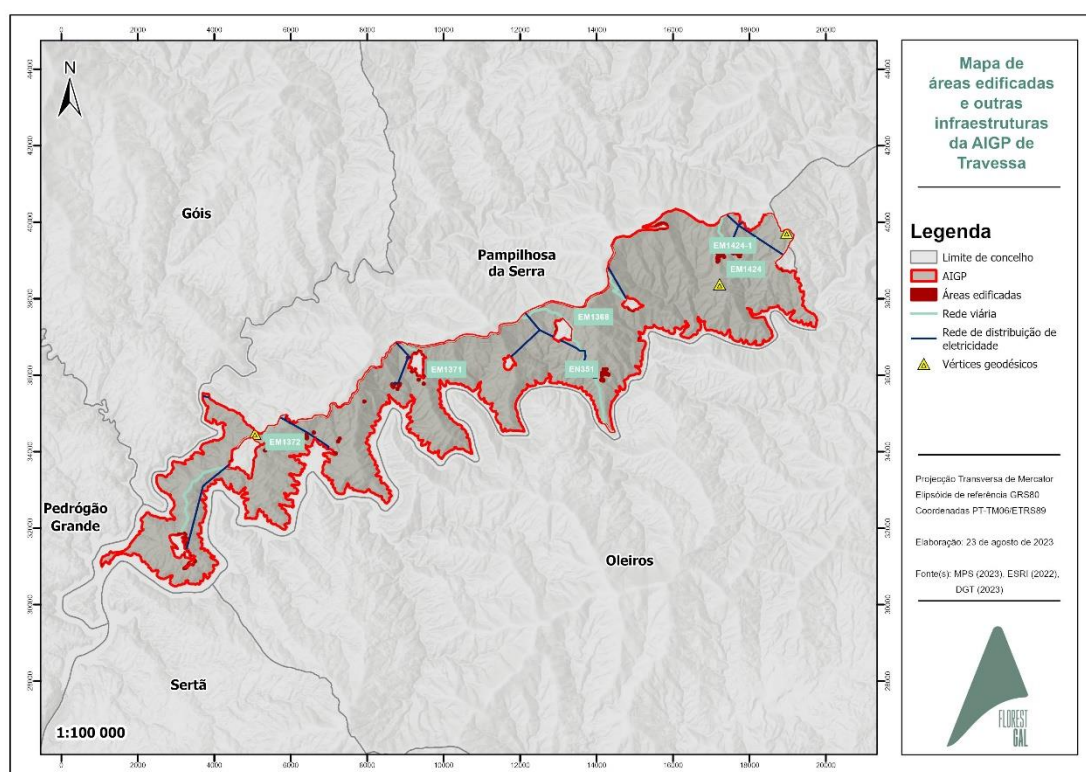


b) Áreas edificadas e infraestruturas

Na área da AIGP de Travessa podemos verificar a existência de alguns núcleos residenciais (=> 10 Edifícios), associados aos lugares de Lobatos, Lobatinhos, Lomba do Barco, Maria Gomes, Padrões, Sobral Magro, Trinhão e Vale Serrão. Estes núcleos habitacionais são complementados por um conjunto de edifícios dispersos.

No que se refere a outras infraestruturas relevantes, destaca-se a rede rodoviária (ER 344, EM 1368, EM 1371, EM 1372, EM 1424 e EM 1424-1), assim como a rede de distribuição de energia em média tensão e a existência de 3 vértices geodésicos.

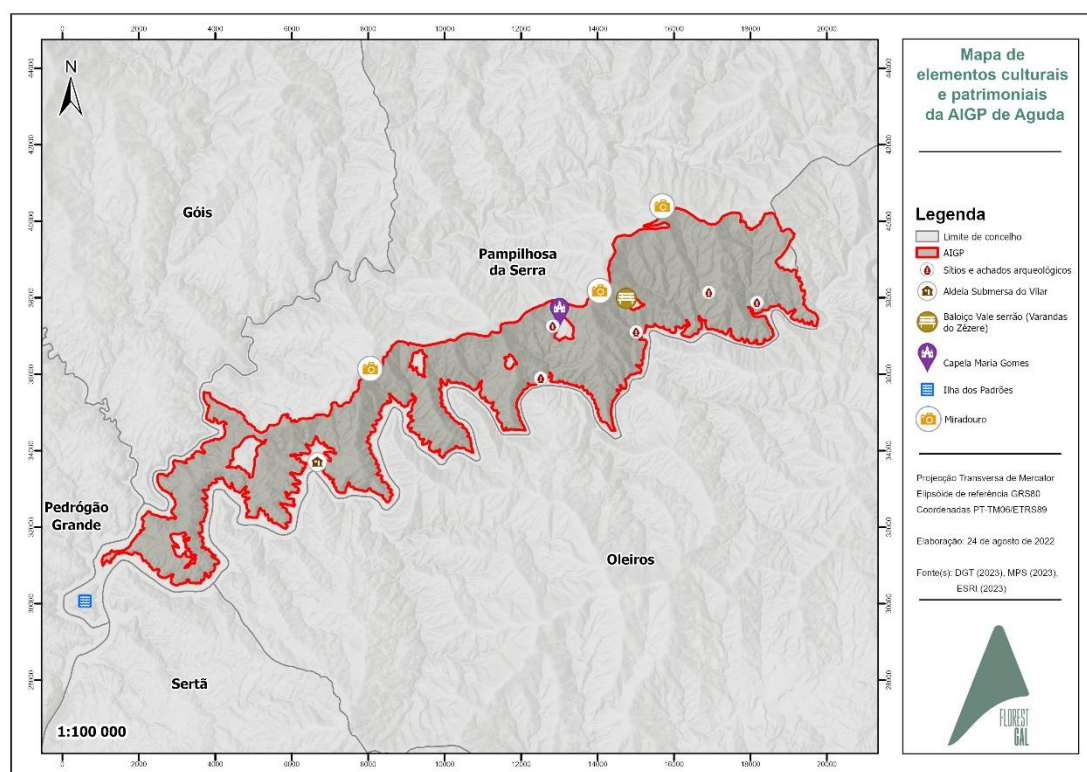
Figura A.2.9 - Mapa de áreas edificadas e outras infraestruturas



c) Elementos patrimoniais e culturais

Na área de intervenção, assim como na sua área envolvente, verifica-se a existência de valores patrimoniais, históricos e culturais que valorizam a área em estudo, pelo que devem ser considerados na proposta de alteração da paisagem. As opções de gestão devem atender a sua existência, pelo que as práticas silvícolas devem dedicar uma atenção especial de forma a evitar a sua degradação ou desaparecimento.

Figura A.2.10 - Mapa de Elementos patrimoniais e culturais



Na área da AIGP destaca-se ao nível do património histórico um conjunto de achados arqueológicos associados à exploração de metais como o chumbo, o estanho, o ferro e o ouro. Neste conjunto destacam-se as minas do Rio Zêzere, do Vale Serrão e Covão de Macieira, assim como fragmentos cerâmicos no Cabeço do Redondo e fragmentos de cerâmica, ferro e telhas em Maria Gomes. Ao nível do património histórico destaca-se ainda a Capela Maria Gomes, construída em 1989 no lugar de uma antiga ermida, onde se pode observar o retábulo em talha dourada com a imagem de S. Simão.

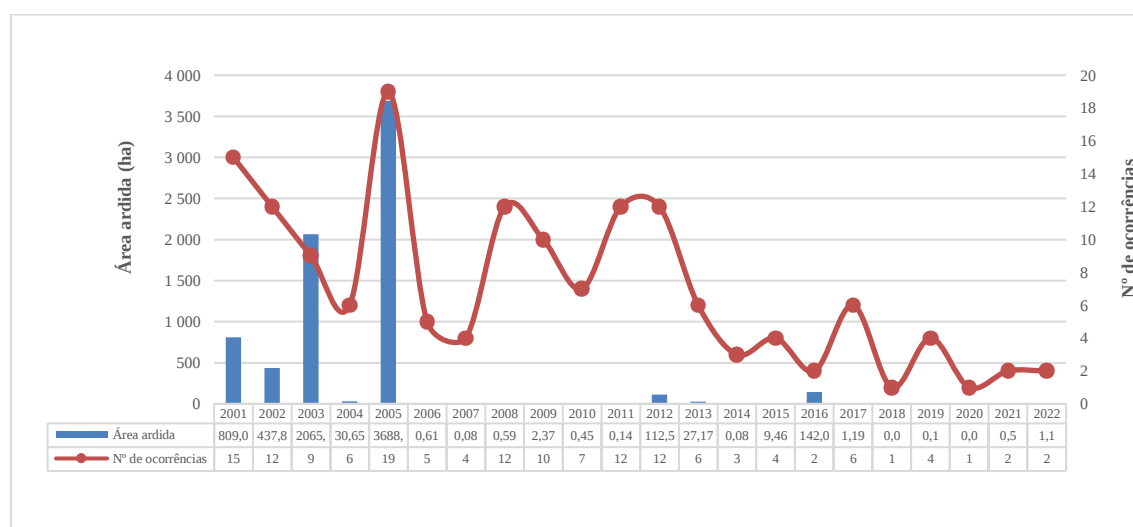
Para além do património cultural, o conjunto de elementos paisagísticos constituem um elemento identitário da região, pelo que devem ser valorizados e geridos no sentido de potenciar um foco atratividade. Neste âmbito destaca-se a paisagem envolvente ao rio Zêzere e ao rio Unhais. Este património paisagístico é complementado por um conjunto pontos de interesse, nomeadamente a ilha dos Padrões que se situa no limite dos distritos de Leiria, Coimbra e Castelo Branco, na confluência dos rios Zêzere e Unhais, tratando-se de um lugar procurado por visitantes e por praticantes de

desportos náuticos. Destaca-se ainda a aldeia submersa de Vilar, os miradouros de Meandros do Zêzere, Vale Serrão e Cabeço da Urra, assim como o baloiço do Vale Serrão.

d) Fogos rurais

No período compreendido entre 2001 e 2022 registaram-se, segundo os dados disponibilizados pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, um total de 154 incêndios. Neste conjunto destacam-se os anos de 2001 e 2005, como aqueles em que se verificou um maior número de incêndios, contabilizando-se 15 e 19 ocorrências respetivamente. No sentido inverso encontram-se os anos de 2018 e 2020, como aqueles em que se verificou um menor número de incêndios, com apenas 1 ocorrência de incêndio rural.

Gráfico A.2.7 - Distribuição anual da área ardida e do nº de ocorrências (2001-2022)

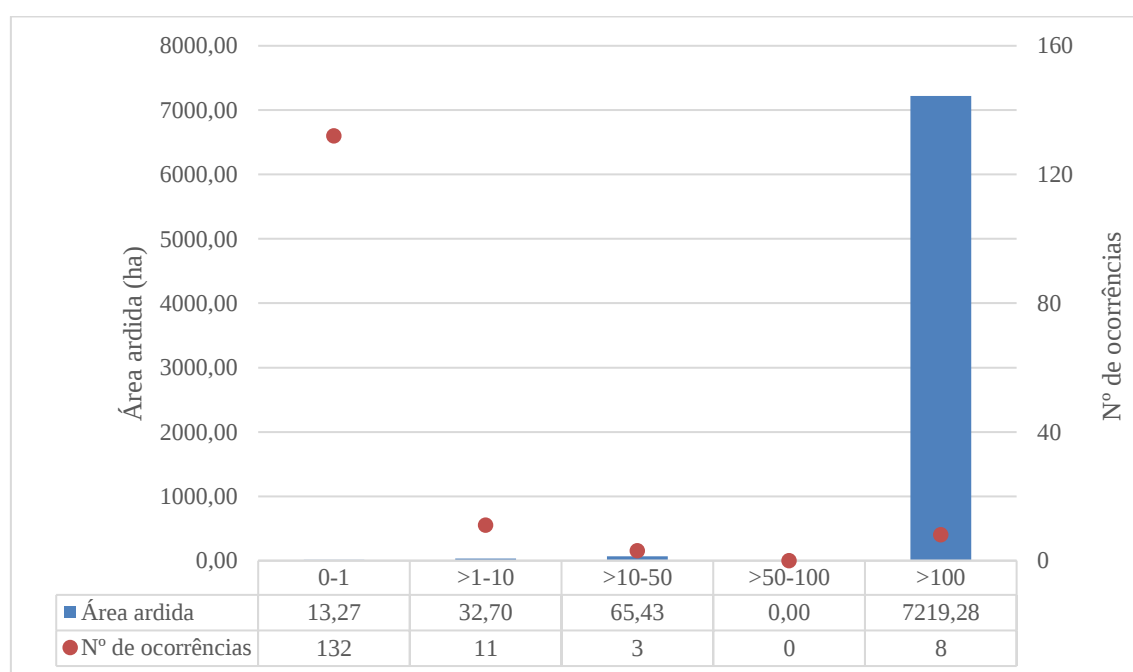


Fonte: SGIF (12/04/2023).

No que se refere à área ardida, no período de referência, foram consumidos pelas chamas cerca de 7 330,68 ha de espaços rurais. Relativamente ao ano em que se verificou maior área ardida, o ano de 2005 destaca-se claramente, com 3 688,70 ha consumidos pelas chamas.

A análise dos incêndios por classe de extensão demonstra que a existência de muitas ocorrências não é sinónimo de muita área ardida, verificando-se mesmo uma tendência proporcionalmente inversa entre a frequência e a extensão dos incêndios. Deste modo, podemos observar que a ocorrência de fogachos (menos de 1 ha) é significativa, contabilizando-se 132 ocorrências, que representam 85,71% do número de ocorrências e são responsáveis por apenas 0,18% do total da área ardida.

Gráfico A.2.8 - Distribuição da área ardida e do n.º de ocorrências por classe de extensão (2001-2022)



Fonte: SGIF (12/04/2023).

Os grandes incêndios (> 100ha) representam apenas 5,19% das ocorrências, mas são responsáveis por cerca de 98,48% da área ardida.

Na Figura A.2.11, estão representados os pontos prováveis de início de ignições na AIGP de Travessa. Na sua análise conclui-se que o maior número de ocorrências, concentram-se nos lugares de Amoreira Cimeira, Amoreira Fundeira, Folgares, Maria Gomes, Pampilhosa da Serra, Portela do Fojo e Vale da Fonte.

Figura A.2.11 - Mapa dos Pontos prováveis de início

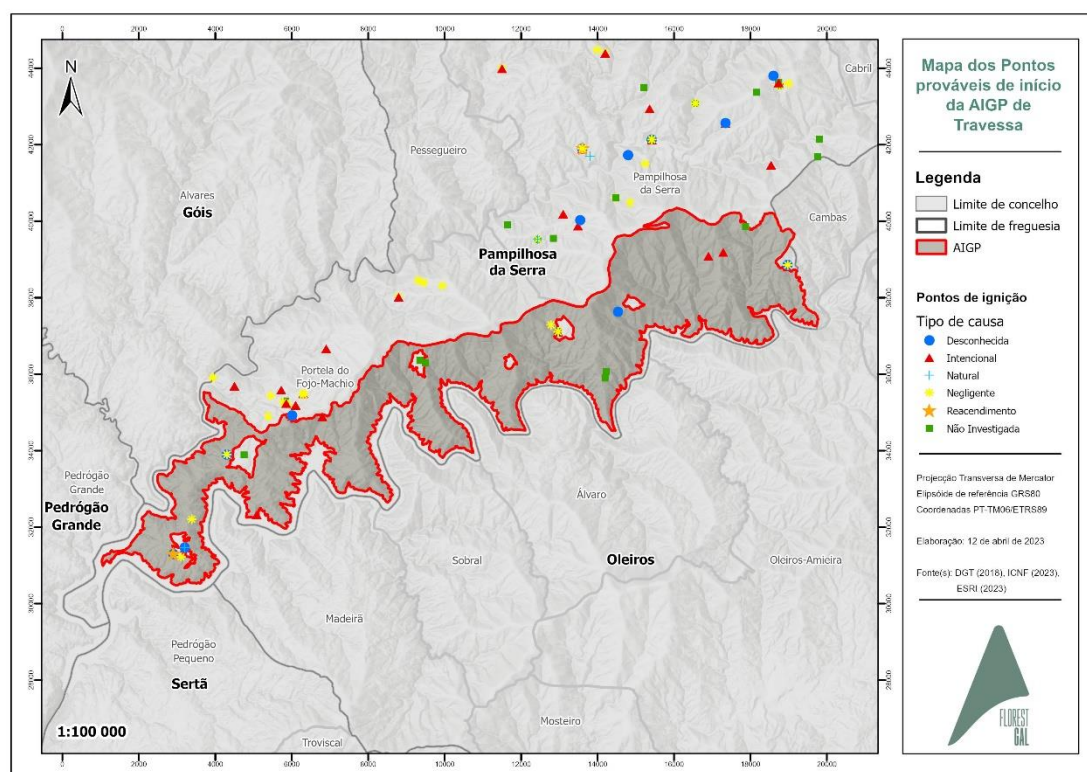


Figura A.2.12 - Mapa dos Pontos prováveis de início (Cluster de pontos)

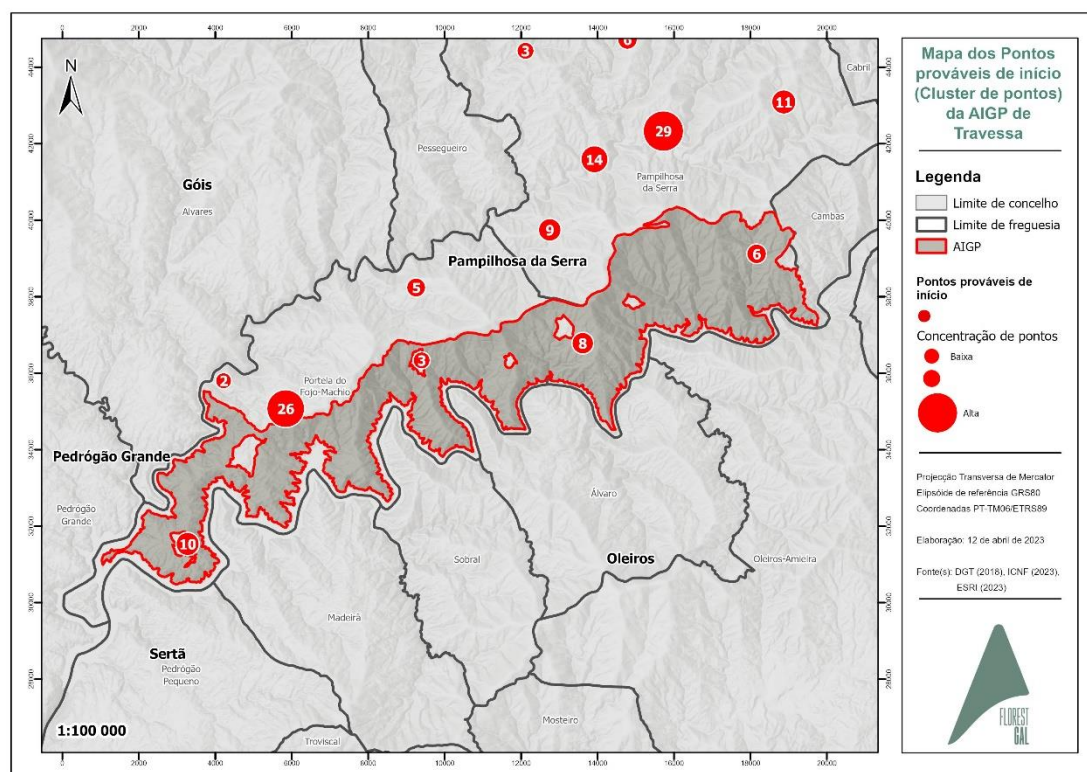


Tabela A.2.3 – Número total de ocorrências e área ardida por causa dos incêndios

	Desconhecida	Intencional	Não investigada	Natural	Negligente	Reacendimento	Total
N.º de ocorrências	23	35	39	3	52	2	154
Área ardida (ha)	4,64	188,35	5,82	0,08	7 131,79	0,01	7 730,68

Fonte: SGIF (12/04/2023).

Após análise da tabela anterior, e de acordo com a informação do ICNF, conclui-se que nas freguesias da AIGP de Travessa, a maior parte dos incêndios são por causa Negligente (52), seguidos da causa Intencional (23). Das 154 ocorrências não foi possível apurar causa em 23 ocorrências e não foram investigadas 39.

Através da análise da cartografia das áreas ardidas podemos verificar que no período compreendido entre 1990-2021, a área da serra da AIGP de Travessa registou uma área ardida de 8 344 ha.

Figura A.2.13 - Mapa das áreas ardidas

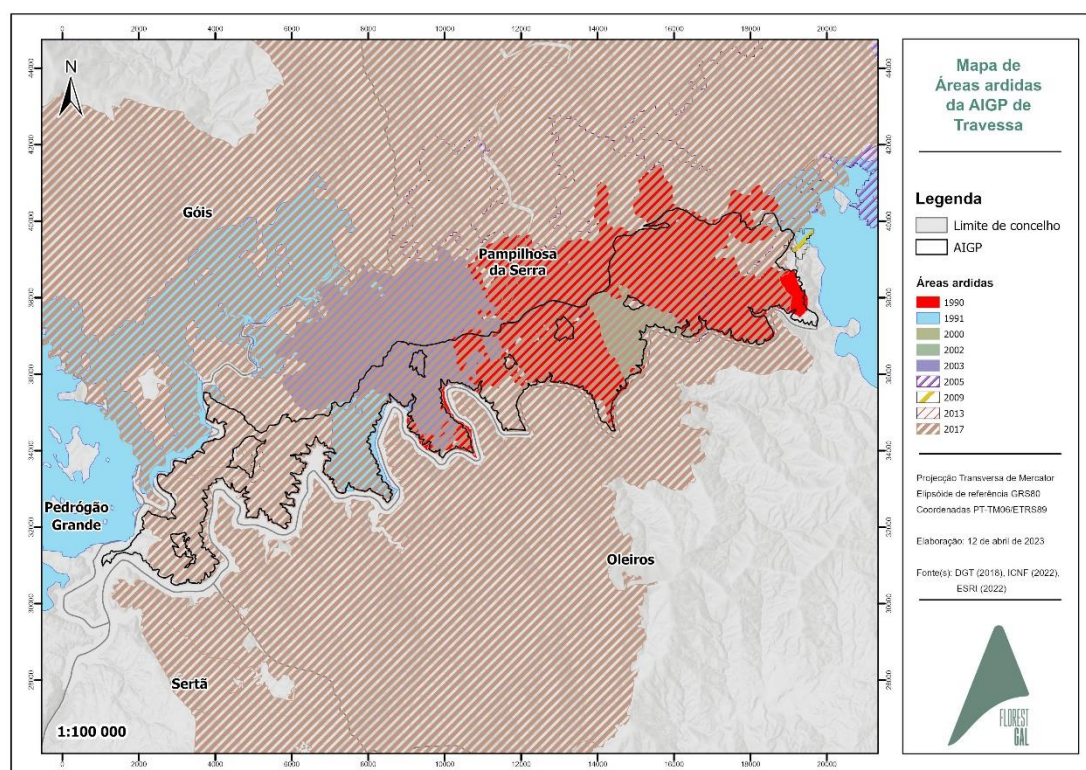
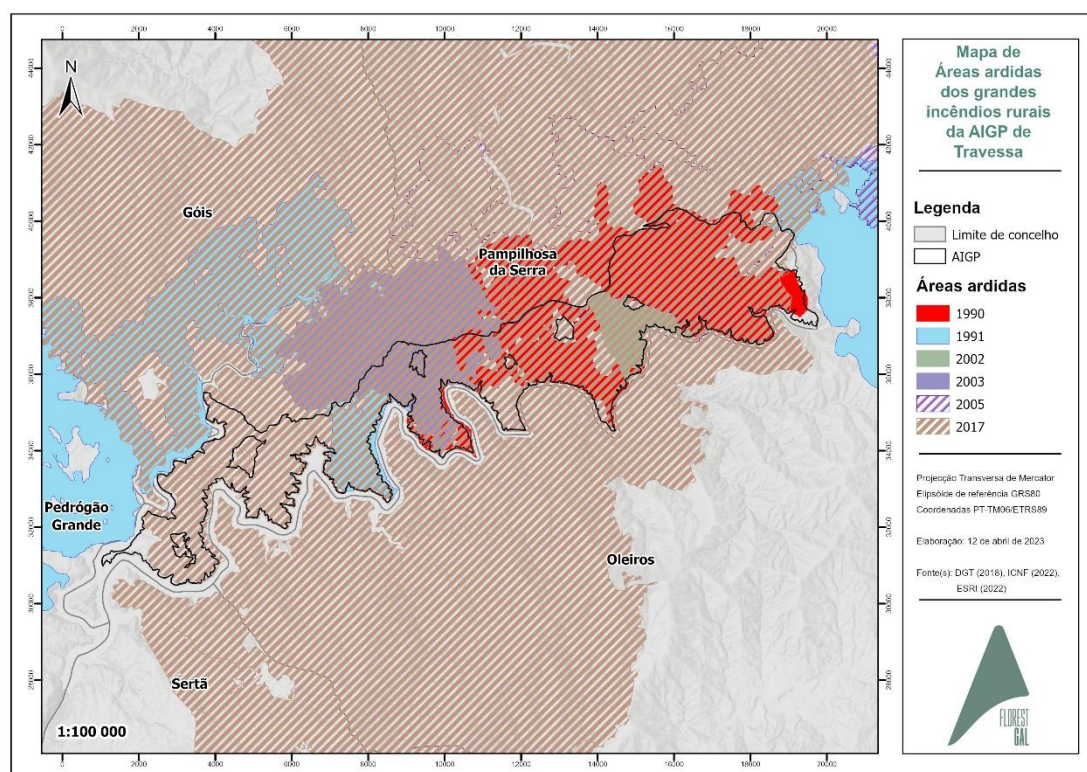


Figura A.2.14 - Mapa das áreas ardidas dos grandes incêndios rurais

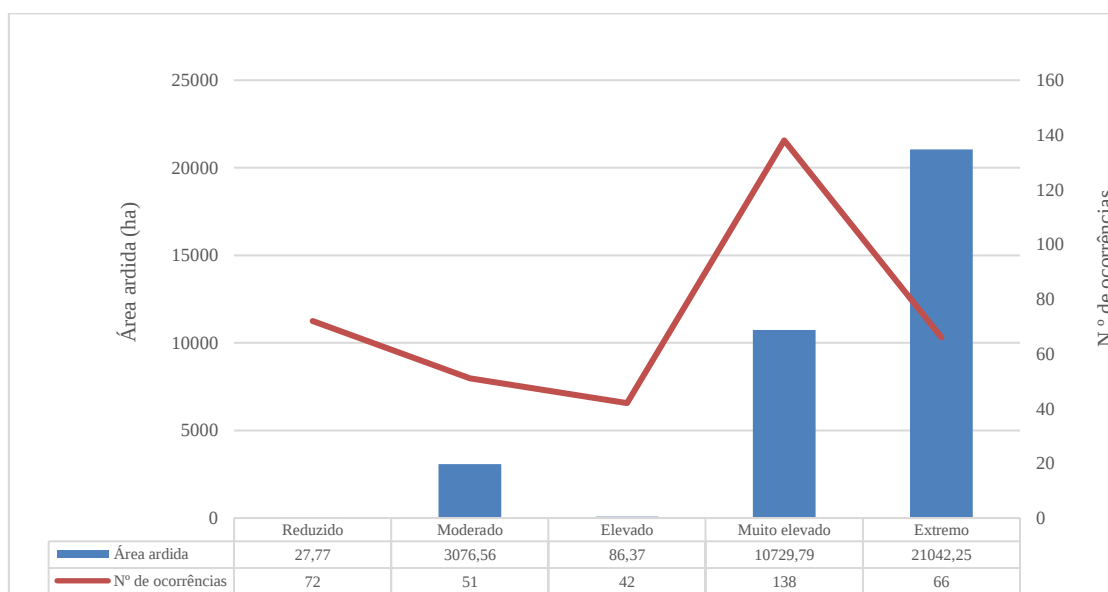


No período considerado, verificou-se a ocorrência de 7 grandes incêndios (> 100 ha), que resultaram em 8 155,10 ha, que significa 97,74% do total da área ardida no período em análise.

No gráfico seguinte podemos observar a forma como as ocorrências de incêndios rurais se distribuem pelas classes de FWI no período compreendido entre 2001-2022, para o concelho de Pampilhosa da Serra. Através da sua análise podemos verificar que as classes muito elevado e extremo concentram mais de metade do total do n.º de ocorrências (55,28%), destaca-se aqui a classe muito elevado que é responsável por 37,40% das ocorrências.

No que se refere às áreas ardidas são as classes mais elevadas (muito elevado e extremo), aquelas que concentram uma maior percentagem de área ardida com 90,87% do total, em que a classe FWI extremo engloba 60,18% da área ardida.

Gráfico A.2.9 - Distribuição da área ardida e do n.º de ocorrências pelas classes de FWI



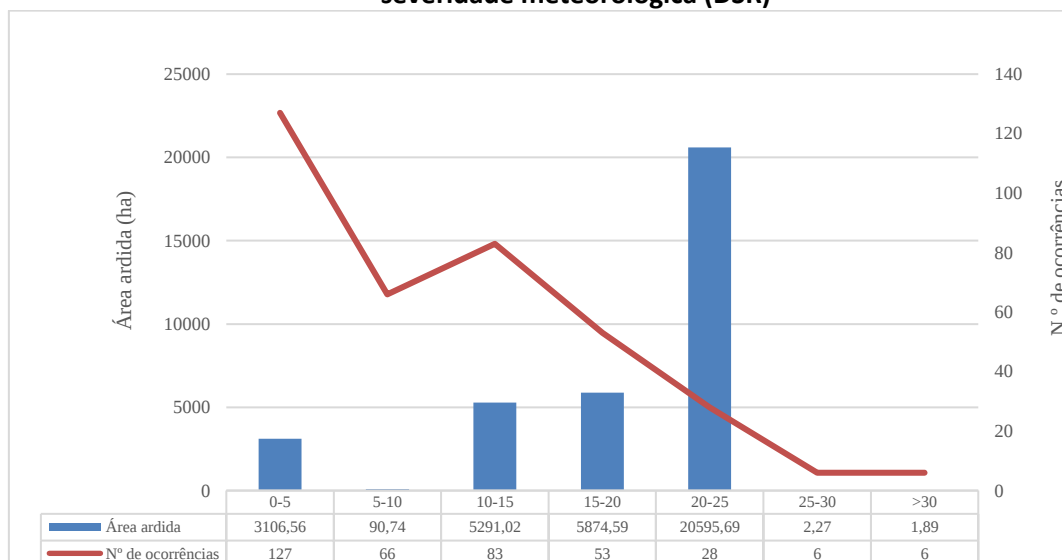
Fonte: SGIF (12/04/2023).

Para avaliar a relação das condições meteorológicas associadas aos incêndios recorre-se à análise do Índice de Severidade Diário (DSR) – calculado a partir do índice meteorológico de perigo de incêndio (*FWI - Fire Weather Index*) - que pretende representar a dificuldade de controlo de um incêndio rural, estando diretamente associado ao esforço requerido para a sua supressão, quanto mais elevado for o valor atingido, maior é a dificuldade de supressão. Os valores de DSR elevados correspondem a níveis de severidade meteorológica elevada, geralmente caracterizados por temperaturas elevadas, vento forte, ausência de precipitação e humidade relativa baixa.

O gráfico seguinte apresenta a distribuição do n.º de incêndios rurais e respetiva área ardida por classes de severidade meteorológica. Através da sua análise podemos concluir que os incêndios que ocorrem na classe de DSR 0-5 são mais frequentes (34,42%), verificando-se a partir desta classe uma tendência decrescente.

No que se refere à área ardida, verifica-se que é na classe de DSR 20-25 que se concentra uma maior área ardida (58,91%).

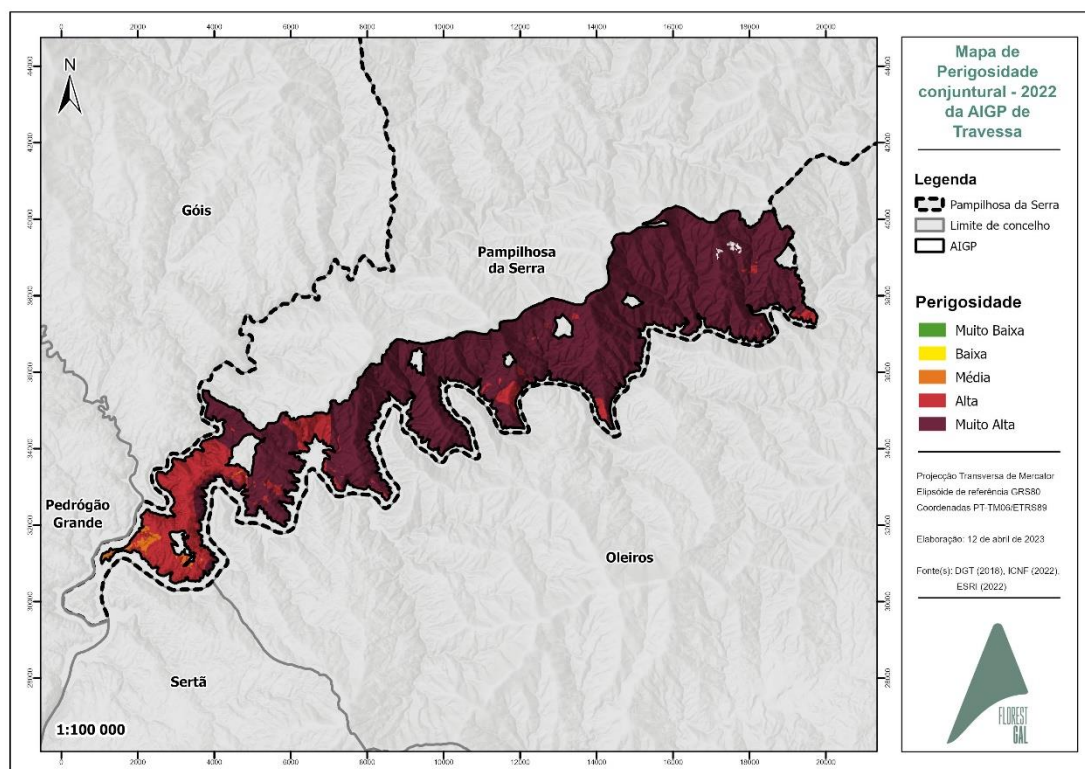
Gráfico A.2.10 - Distribuição da área ardida e do n.º de ocorrências pelas classes de severidade meteorológica (DSR)



Fonte: SGIF (12/04/2023).

Analisando a perigosidade de incêndio rural, verifica-se que a área de intervenção se encontra quase na sua totalidade classificada nas classes mais elevadas de perigosidade (Alta e Muito alta).

Figura A.2.15 - Mapa de Perigosidade conjuntural - 2022



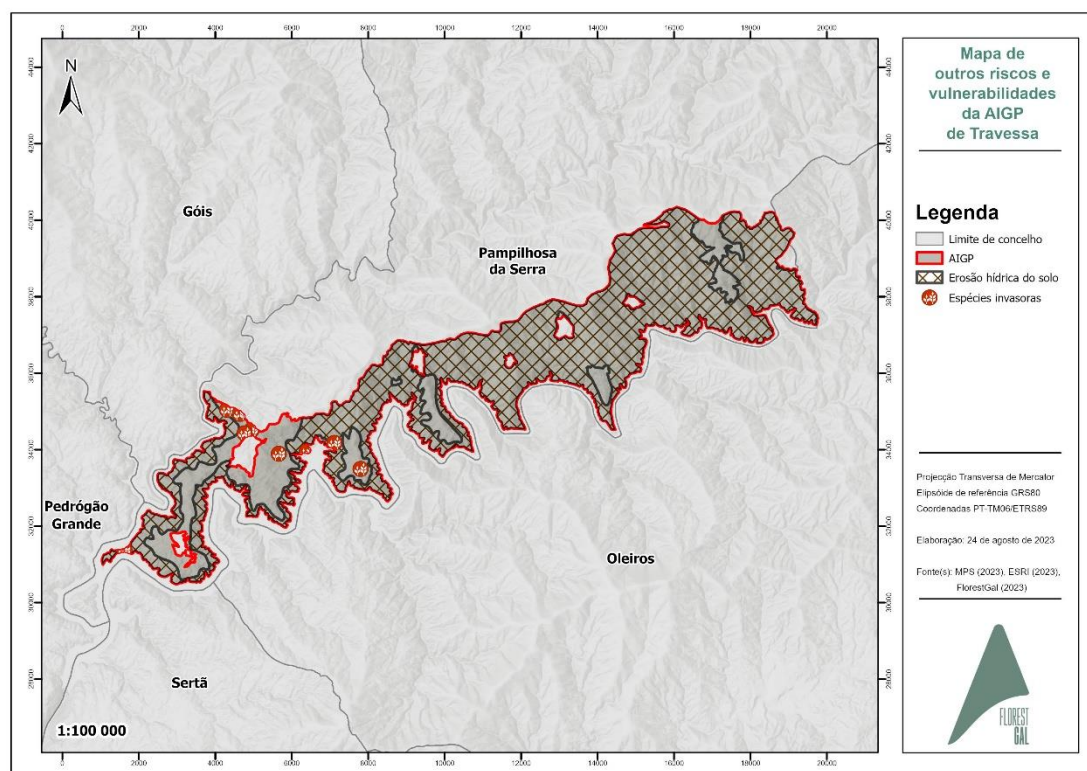
e) Outros riscos e vulnerabilidades

A existência de invasoras lenhosas constitui uma das principais ameaças à biodiversidade, colocando em causa a preservação dos valores naturais existente no território, assim como os serviços prestados pelos ecossistemas. O rápido desenvolvimento e proliferação destas espécies traduz-se numa ameaça para as espécies nativas, atendendo ao facto de conseguirem competir de um modo mais eficaz pelos recursos disponíveis.

A presença de espécies invasoras acarreta impactos negativos para o território, nomeadamente: perdas consideráveis na produção florestal e agrícola, custos significativos com medidas de controlo e erradicação, diminuição da disponibilidade de água, alteração da composição do solo e competição com espécies autóctones.

Na área da AIGP de Travessa, através do trabalho de campo efetuado, foram identificadas algumas áreas com a presença de acácia spp.

Figura A.2.16 - Mapa de outros riscos e vulnerabilidades



As áreas de elevado risco de erosão hídrica do solo, constituem uma tipologia que integra a Reserva Ecológica Nacional (REN), e são as áreas que devido às suas

características de solo e de declive, estão sujeitas à erosão excessiva de solo por ação do escoamento superficial.

Os processos de erosão do solo encontram-se diretamente relacionados com as características do território (topografia, declive, vegetação), assim como aos efeitos das ações de alteração do coberto vegetal, das atividades agrícola e florestal ou dos incêndios rurais. Neste sentido, importa identificar as áreas com maior risco de erosão, para apoio à definição de estratégias de proteção a adotar.

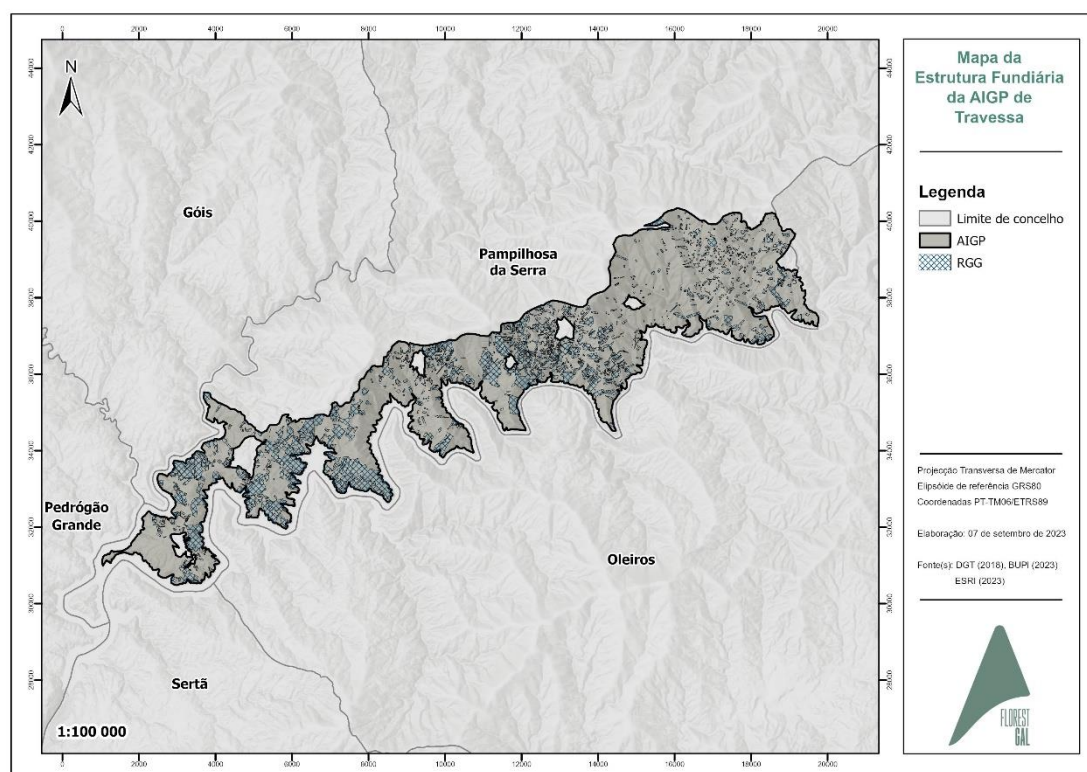
Através da análise da imagem anterior, verifica-se que 79,49% da área da AIGP de Travessa, encontra-se inserida em áreas com elevado risco de erosão do solo.

f) Estrutura fundiária

A estrutura da propriedade aliada à ausência de cadastro e ao abandono do mundo rural têm constituído um dos principais entraves ao desenvolvimento sustentado de políticas de ordenamento florestal.

Na área da AIGP de Travessa a estrutura da propriedade caracteriza-se por um elevado número de parcelas de pequena dimensão, fragmentadas e dispersas no território. De acordo com os dados provisórios do cadastro simplificado – BUpi, dados referentes a 1 de setembro, encontram-se executadas 2 867 RGG's referentes a 2 857 matrizes, correspondentes a uma área de 1 314 ha, o que perfaz uma dimensão média de 0,46 ha por prédio rústico.

Figura A.2.17 - Mapa da estrutura fundiária



g) Socio economia relevante para a valorização e revitalização territorial

De acordo com os resultados dos Censos 2021, considerando as subsecções estatísticas inseridas na área da AIGP, verifica-se que a área de intervenção possui uma população total de 237 habitantes. Ao nível da estrutura etária verifica-se um forte envelhecimento da população residente, onde 68,35% da população tem, de acordo com os dados obtidos, 65 ou mais anos. O envelhecimento da população associado ao êxodo rural, contribuíram para a desertificação e abandono do meio rural, constituindo este um dos principais constrangimentos para o desenvolvimento do mundo rural.

Ao nível económico, o setor terciário constitui o maior empregador, nas freguesias de Pampilhosa da Serra e Portela do Fojo-Machio.

O declínio da atividade agrícola, motivado por constrangimentos naturais, demográficos e estruturais, apresenta importantes consequências à escala da paisagem, contribuindo para um aumento da suscetibilidade e vulnerabilidade aos incêndios rurais.

Através da análise dos dados referentes ao Recenseamento Agrícola, para as freguesias de Pampilhosa da Serra e Portela do Fojo-Machio, podemos constatar que de acordo com os dados publicados verificou-se um aumento do abandono da atividade agrícola, entre 1989 e 2019. No período considerado verificou-se uma redução do número de explorações, assim como da superfície agrícola utilizada (SAU).

Tabela A.2.4 – N.º de explorações agrícolas e superfície agrícola utilizada

	Freguesia	1989	1999	2009	2019	Variação (%)	
						1989-2019	2009-2019
N.º de explorações	Pampilhosa da Serra	141	61	57	66	-53,19	15,79
	Portela do Fojo-Machio	81	37	91	48	-40,74	-47,25
Superfície agrícola utilizada (SAU) - ha	Pampilhosa da Serra	85	72	96	84	-1,18	-12,50
	Portela do Fojo-Machio	101	57	105	49	-51,49	-53,33
SAU - média	Pampilhosa da Serra	0,6	1,2	1,7	1,2	100	-29,41
	Portela do Fojo-Machio	1,2	1,5	1,2	1	-16,67	-16,67

Fonte: INE (31/03/2021).

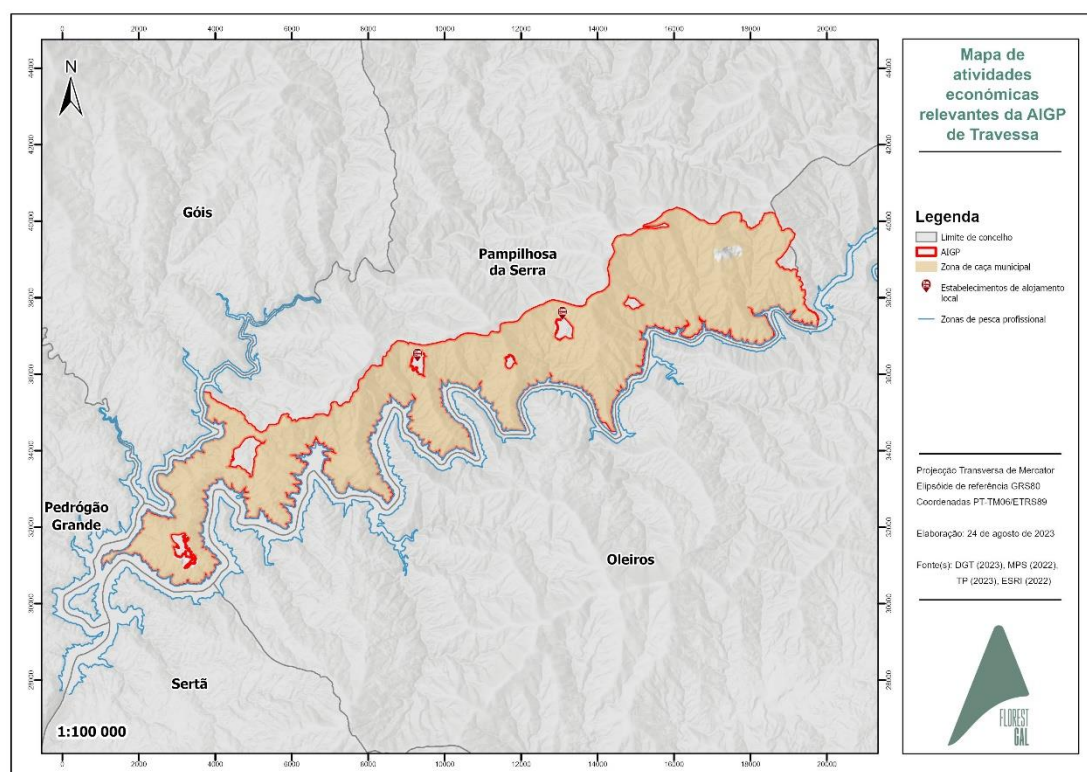
A área da AIGP de Travessa encontra-se inserida na zona de caça municipal das freguesias de Machio e Portela do Fojo e da Pampilhosa da Serra.

Relativamente às zonas de pesca, destaca-se a o rio Zêzere e o rio Unhais, os quais foram autorizados como zona de pesca profissional em águas livres.

Ao nível de estabelecimentos turísticos verifica-se, na área da AIGP, a existência de 2 alojamentos locais com a capacidade instalada para hospedar 14 utentes.

Os referidos locais de atração turística devem ser alvo de ações de silvicultura preventiva, no sentido de assegurar a segurança das populações.

Figura A.2.18 - Mapa de atividades económicas relevantes



h) Estrutura organizativa

No que se refere às estruturas organizativas com importância para o desenvolvimento da área de intervenção e que podem desempenhar um papel relevante para a execução de projetos e ações, destacam-se aqui a Associação para o Desenvolvimento Pinhais do Zêzere, com área uma de intervenção que abrange a totalidades dos concelhos de Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Pampilhosa da Serra e Pedrógão Grande.

Ao nível do sector agroflorestal, destaca-se aqui a presença de duas organizações de produtores, nomeadamente a Associação de Produtores Agroflorestais do concelho de Figueiró dos Vinhos e da FICAPE - Cooperativa Agrícola do Norte do Distrito de Leiria, C.R.L., com área de intervenção nos concelhos de Figueiró dos Vinhos, Castanheira de Pera, Pedrógão Grande e ainda aos concelhos limítrofes.

I) Projetos em curso ou aprovados

Na área da AIGP de Travessa não existem planos de gestão florestal aprovados.

Por outro lado, na AIGP da Travessa encontra-se aprovada a candidatura do Condomínio da Aldeia de Lobatos/Lobatinhos. Relativamente à povoação de Vale Serrão, esta também possui uma candidatura aprovada, mas a sua área não está considerada na delimitação da AIGP aprovada e, por conseguinte, também não foi considerada nesta proposta de OIGP.

O Programa Condomínios de Aldeia tem como objetivo apoiar e aumentar a resiliência das aldeias localizadas em territórios vulneráveis de floresta. O Programa apoia um conjunto de ações destinadas a assegurar a alteração do uso e ocupação do solo e a gestão de combustíveis em redor dos aglomerados populacionais.

Na povoação do Trinhão encontra-se aprovado, no âmbito do PDR 2020, o financiamento para a instalação de uma vinha numa área de 10 ha. Este financiamento, no valor de 172 090,00 €, foi referenciado na elaboração desta proposta de OIGP, conforme indicado no quadro relativo ao investimento global estimado para a reconversão e valorização da paisagem.

A.2.2. Demonstração dos efeitos da proposta

a) Adequação dos usos às características biofísicas e edafoclimáticas e à aptidão do solo

A alteração da paisagem preconizada na ocupação do solo proposta (POSP), foi efetuada tendo por base as características biofísicas e edafoclimáticas do território, como o clima, declive, altitude e exposição, assim como tendo por base a aptidão do solo, que na área da AIGP de Travessa é composta, quase na sua totalidade (79,08%), por solos com aptidão florestal. Outros fatores foram tidos em consideração na proposta de transformação da paisagem, nomeadamente a redução da vulnerabilidade e o aumento da resiliência do território face aos fogos rurais, a valorização dos solos e melhor adaptabilidade das espécies, a preservação e aumento da biodiversidade, a melhoria dos serviços de ecossistema, assim como ao aumento do valor do território e dinamização da economia do mundo rural.

Na presente OIGP foi preconizada a reconversão de 47,41% da área, em que as opções de transformação incidiram essencialmente, nos povoamentos de outros carvalhos e povoamentos de outras folhosas. Com menos expressão, mas com um papel fundamental na estruturação da paisagem, salienta-se a introdução de espécies como o pinheiro manso, áreas de pastagens melhoradas, a produção de frutos secos, assim como a expansão de áreas associadas ao sobreiro e ao olival.

A ocupação do solo proposta foi obtida numa lógica funcional da paisagem, atendendo aos seguintes parâmetros:

- Nas áreas envolventes às ocupações agrícolas e nas zonas de interface foi efetuada a reconversão da paisagem, com áreas associadas ao pinheiro manso e olival;
- Nas áreas associadas às galerias ripícolas foi efetuada a valorização da vegetação característica existente e a reconversão para este tipo de vegetação, para garantir a função de proteção às linhas de água e caracterizada, de acordo com a nomenclatura COS2018, como florestas de outras folhosas;

- Nas áreas envolventes às linhas de cumeada, ocupadas por povoamentos monoespecíficos, foi efetuada a alteração para pastagens permanentes de sequeiro. Nestas áreas, não existem, de uma forma geral, pastagens espontâneas com capacidade para fazer face às necessidades alimentares dos herbívoros. Estas pastagens deverão ser instaladas/melhoradas por métodos tecnicamente viáveis. Por forma caracterizar esta ocupação proposta de acordo com a nomenclatura da COS2018, estas áreas foram denominadas de “pastagens melhoradas”. Nas áreas ocupadas com medronheiro ou com presença de regeneração natural desta espécie, foi preconizada a sua manutenção e valorização. Nas restantes áreas foi mantida a ocupação do solo existente.
- Nas encostas com uma exposição Norte/Nascente, caracterizando-se estas como áreas com maior potencial produtivo, foi mantida a ocupação do solo existente;
- Nas encostas com uma exposição Sul/Poente:
 - Nas áreas envolventes às galerias ripícolas e à rede viária principal, ocupadas com eucalipto é proposta a sua alteração para florestas de outras folhosas e florestas de outros carvalhos (nomenclatura COS). Nas restantes ocupações de solo foram mantidas as ocupações existentes;
 - Na restante área, foi preconizada a reconversão de áreas ocupadas com eucalipto para pinheiro-bravo. Todas as outras ocupações do solo existentes foram mantidas, com exceção das áreas que evidenciaram uma boa adaptabilidade e com gestão ativa.
- Nas áreas ocupadas por povoamentos monoespecíficos, associadas à estrutura de resiliência, foi efetuada a alteração para florestas de outros carvalhos. As restantes ocupações foram mantidas.

O declive é um aspeto importante a considerar nas ações a realizar, realçando-se a interdição de realização de operações mecânicas nas áreas com um declive superior a 25%.

b) Valorização da biodiversidade e dos serviços dos ecossistemas

Os espaços florestais assumem um papel de extrema relevância na conservação da biodiversidade e na regulamentação dos ecossistemas.

Na elaboração da presente OIGP foi utilizada a definição de serviços de ecossistema definida pelo CISCES (*Common International Classification of Ecosystem Services*). Este sistema define três categorias principais de serviços de ecossistema:

- **Serviços de Provisão** – produtos obtidos dos ecossistemas, como a produção agrícola e pecuária, a madeira, plantas silvestres para consumo, fibras e outros produtos, a água para consumo humano;
- **Serviços de Regulação e Manutenção** – benefícios obtidos por manutenção das condições naturais, como o sequestro de carbono, a proteção do solo contra a erosão, a regulação hidrológica, a polinização ou a manutenção de habitats;
- **Serviços Culturais** – baseiam-se na capacidade da paisagem para o desenvolvimento de atividades de recreio e lazer, a qualidade estética da paisagem, ou o seu valor cultural.

O mapeamento dos serviços de ecossistema para os dois cenários em análise (POSA e POSP), torna-se fundamental para determinar o impacto da transformação da paisagem ao nível da quantificação e distribuição espacial da provisão de serviços de ecossistema.

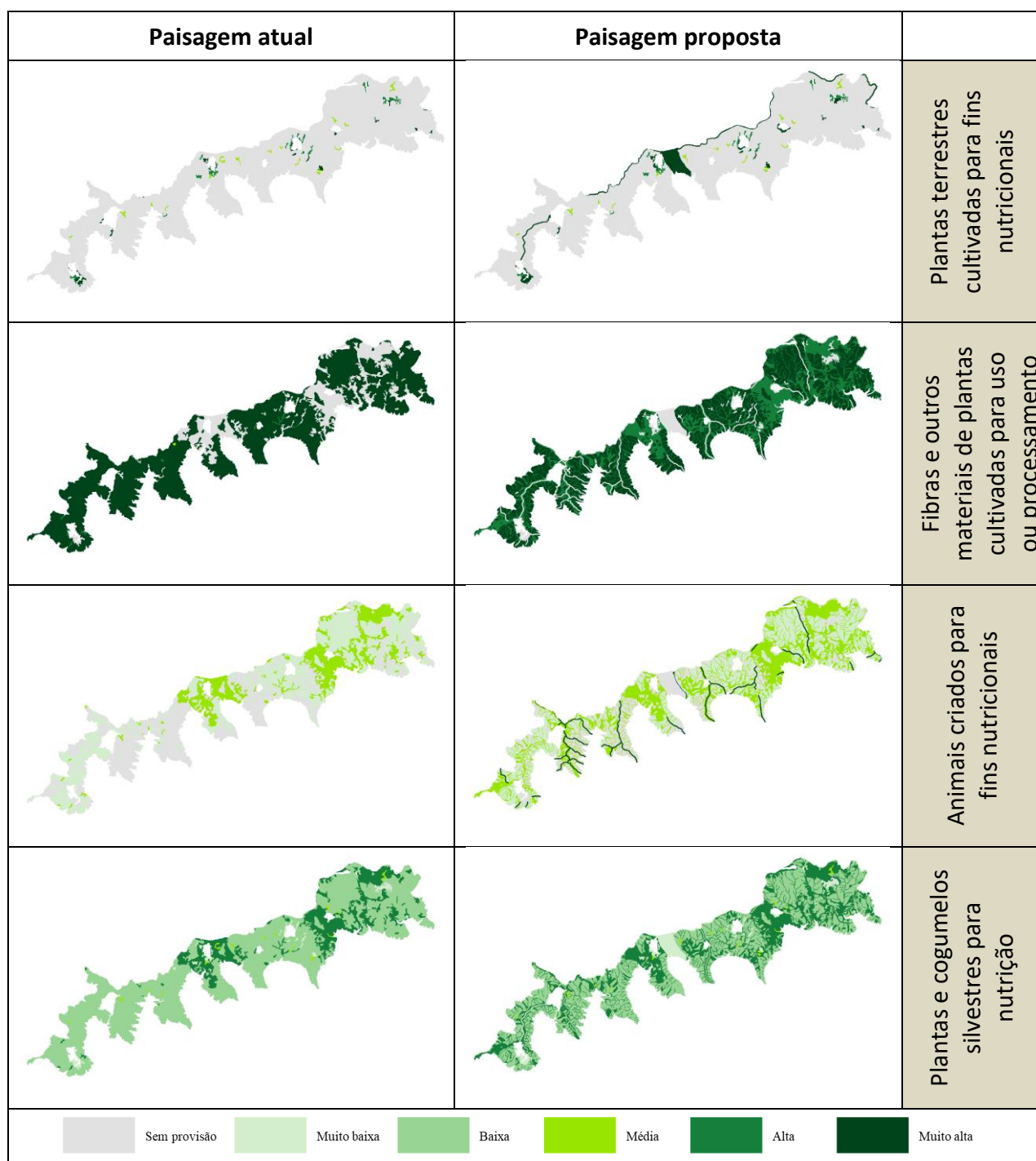
A metodologia adotada baseou-se no modelo matricial (*Burkhard et al. 2009, 2012*), que consiste da elaboração de uma matriz para as diferentes classes de ocupação do solo relativamente a seu potencial de provisão dos serviços de ecossistema.

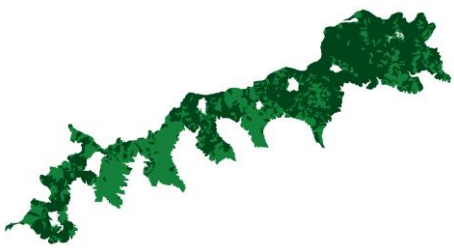
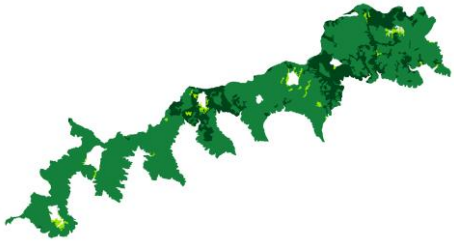
Nesta matriz o potencial de cada classe de ocupação do solo para a oferta de serviços de ecossistema é expresso numa escala que varia entre 0 (sem potencial de provisão) e 5 (capacidade de provisão muito elevada).

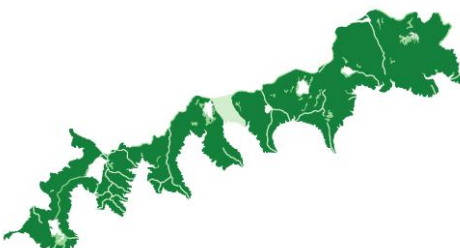
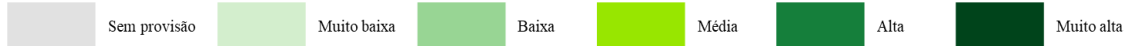
Tabela A.2.5 – Matriz de avaliação dos serviços de ecossistema

Classes de ocupação do solo		Serviços de ecossistema											
		Serviços de aprovisionamento					Serviços de regulação e manutenção				Serviços culturais		
		Plantas terrestres cultivadas para fins nutricionais	Fibras e outros materiais de plantas cultivadas para uso ou processamento direto	Animais criados para fins nutricionais	Plantas e cogumelos silvestres para nutrição	Animais silvestres para nutrição	Controlo de erosão e regulação do ciclo hidrológico	Polinização e dispersão de sementes	Manutenção de populações e habitats	Regulação da composição química da atmosfera e oceanos	Recreio e turismo de natureza	Identidade cultural	Valor estético da paisagem
Territórios artificializados	Territórios artificializados										2	4	4
Agricultura	Culturas temporárias e/ou pastagens melhoradas associadas a olival	5		3	1	2	5	3	2	2	3	4	4
	Vinhas	5			1	3	3	2	1	1	3	5	4
	Pomares	5			1	2	5	4	2	2	3	4	4
	Olivais	5			1	2	5	3	2	2	3	4	4
	Mosaicos culturais e parcelares complexos	4			1	3	4	3	2	2	3	3	4
	Agricultura com espaços naturais e seminaturais	3		3	3	5	4	4	3	2	4	4	4
Pastagens	Pastagens melhoradas			5	2	5	5	3	3	1	3	3	3
Florestas	Florestas de sobreiro		5	3	4	5	5	4	4	4	5	4	5
	Florestas de outros carvalhos		4	3	4	5	5	4	4	4	5	4	5
	Florestas de eucalipto		5		2	3	4	4	1	4	1	1	1
	Florestas de outras folhosas		4	3	4	5	5	4	5	4	5	4	5
	Florestas de outras resinosas		4	1	2	3	5	4	3	4	3	4	4
	Florestas de pinheiro bravo		5	1	2	3	5	4	3	4	3	4	4
	Florestas de pinheiro manso		4	1	4	3	5	4	3	4	4	4	4
	Florestas de espécies invasoras		3		1	3	5	3	1	4	1	1	1
Matos	Matos			3	4	5	5	5	4	3	4	3	4

Figura A.2.19 – Distribuição espacial dos serviços de ecossistema



Paisagem atual	Paisagem proposta	
		Animais silvestres para nutrição
		Controle de erosão e regulação do ciclo hidrológico
		Polinização e dispersão de sementes
		Manutenção de populações e habitats
Sem provisão Muito baixa Baixa Média Alta Muito alta		

Paisagem atual	Paisagem proposta	
		Regulação da composição química da atmosfera e oceanos
		Recreio e turismo de natureza
		Identidade cultural
		Valor estético da paisagem
		

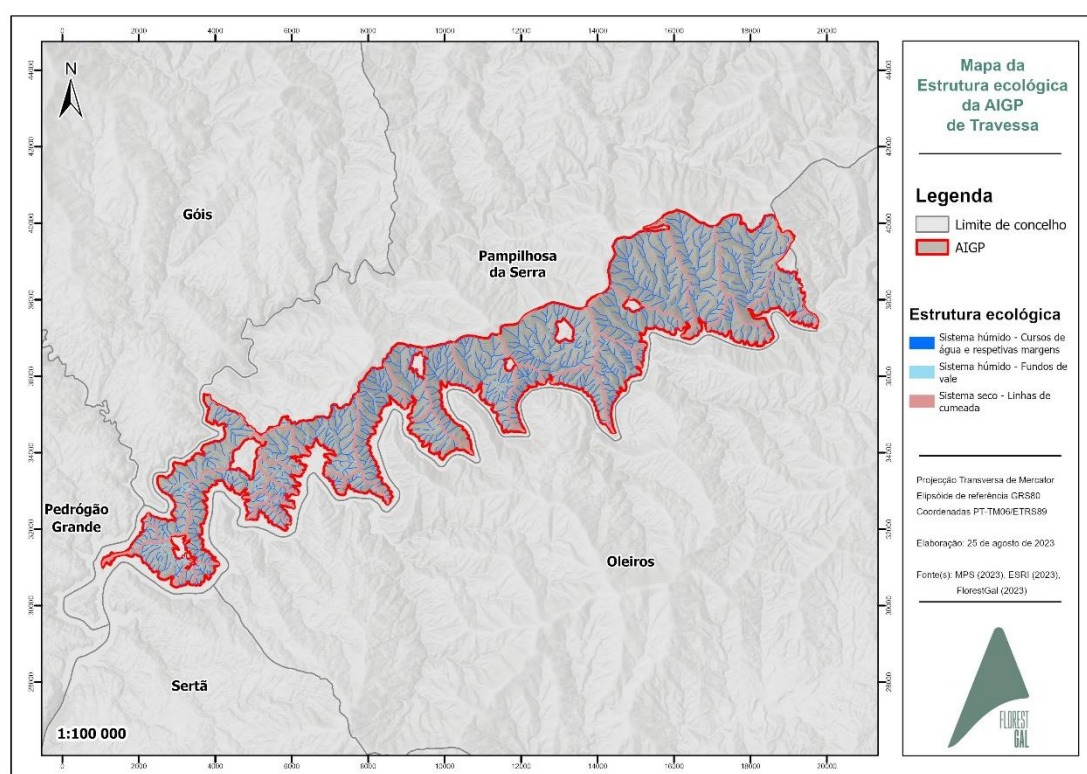
Através da análise da distribuição espacial do provisionamento dos serviços de ecossistema, para os dois cenários em análise, podemos concluir que a ocupação do solo proposta apresenta uma variação positiva na maioria dos serviços de ecossistema analisados. Deste modo podemos afirmar que a transformação da paisagem preconizada, traduz-se numa melhor capacidade do território em fornecer serviços de ecossistema, cumprindo com um dos objetivos principais da presente OIGP.

c) Conetividade ecológica

Os corredores ecológicos constituem um elemento fundamental de carácter estruturador da paisagem, assegurando o funcionamento ecológico e a conservação dos valores naturais, assim como promovem uma continuidade natural do território.

Estas áreas serviram de base para a definição da estrutura ecológica da OIGP de Travessa que inclui o sistema húmido, constituído por cursos de água permanentes e temporários e respetivas margens, massas de água, fundos de vales e o sistema seco, que engloba as áreas envolventes às linhas de fecho.

Figura A.2.20 - Mapa da Estrutura Ecológica



Na estrutura ecológica procedeu-se à conservação dos ecossistemas, através de um conjunto de ações de valorização e reconversão da paisagem, mencionadas no quadro seguinte.

Tabela A.2.6 – Ações de valorização/reconversão da estrutura ecológica

Sistema	Ações	Área (ha)
Sistema húmido: cursos de água	Manutenção e reconversão de áreas para a atividade agrícola junto aos cursos de água	44,34
	Revitalização e recuperação das galerias ripícolas	426,84
Sistema húmido: fundos de vale	Fomento e reforço da agricultura	5,25
	Valorização e reconversão com espécies autóctones	20,08
Sistema seco: linhas de cumeada	Reconversão e aproveitamento de regeneração natural de áreas com medronheiro	77,88
	Valorização e transformação com espécies autóctones	9,44
	Instalação de pastagens melhoradas	162,14

d) Equilíbrio do ciclo hidrológico e de maior eficiência no uso da água

A rede hidrográfica constitui em elemento fundamental na estruturação da paisagem. Se por um lado reveste-se de extrema importância ao criar condições naturais para o desenvolvimento de galerias ripícolas com folhosas de reduzida combustibilidade que servem de barreira à progressão dos incêndios rurais. Assumem ainda vital importância ecológica pela biodiversidade das espécies quer da fauna quer da flora dos estratos arbustivos e subarbustivos. A correta gestão deste recurso possibilita o controlo do seu efeito erosivo, assim como possibilita, em complemento com levadas e valas drenantes, a distribuição da humidade pelas encostas. A abertura de minas em galeria para alimentar fontes, criando pontos de água para visitantes e para a fauna selvagem, são operações integradas, que diferenciam e enriquecem a base ecossistémica dos sítios (*Bento et al., 2011*).

A presente OIGP preconizou a alteração da paisagem na área envolvente aos cursos de água e nos fundos de vale, com o objetivo de promover a preservação dos leitos e respetivas margens, assim como potenciar a infiltração da água e o abastecimento dos lençóis freáticos.

Tabela A.2.7 – Matriz de transformação – sistema húmido

Ocupação do solo (COS)	Atual (POSA)		Proposta (POSP)		Variação
	ha	%	ha	%	ha
Aeródromos	0,04	0,01	0,04	0,01	0,00
Agricultura com espaços naturais e seminaturais	10,61	2,09	10,61	2,90	0,00
Culturas temporárias e/ou pastagens melhoradas associadas a olival	0,40	0,08	0,40	0,08	0,00
Florestas de espécies invasoras	0,02	0,00	0,00	0,00	-0,02
Florestas de eucalipto	198,65	39,06	0,02	0,00	-198,63
Florestas de outras folhosas	9,89	1,94	446,38	87,77	436,49
Florestas de outras resinosas	0,57	0,11	0,57	0,11	0,00
Florestas de outros carvalhos	0,00	0,00	0,52	0,10	0,52
Florestas de pinheiro bravo	175,16	34,44	0,58	0,11	-174,59
Florestas de pinheiro manso	0,00	0,00	2,58	0,51	2,58
Florestas de sobreiro	1,57	0,31	1,58	0,31	0,01
Matos	87,62	17,23	0,00	0,00	-87,62
Mosaicos culturais e parcelares complexos	14,68	2,89	14,68	2,89	0,00
Olivais	8,29	1,63	10,26	2,02	1,97
Pastagens melhoradas	0,00	0,00	3,08	0,61	3,08
Pomares	0,24	0,05	6,32	1,24	6,08
Tecido edificado contínuo predominantemente horizontal	0,21	0,04	0,21	0,04	0,00
Tecido edificado descontínuo	0,64	0,13	0,64	0,13	0,00
Vinhas	0,00	0,00	10,12	1,99	10,12
Total	508,61	100	508,58	100	

Através da análise da matriz de transformação do sistema húmido, podemos verificar uma redução de 373,22 ha de povoamentos monoespecíficos, e um aumento de 436,49 ha de espécies ripícolas e autóctones.

e) Redução da vulnerabilidade aos fogos rurais

No sentido de testar a resiliência das opções de alteração da paisagem proposta, foram efetuados testes com base em simulações de comportamento do fogo, tendo por base dois cenários distintos: a paisagem atual e a paisagem proposta. Neste âmbito procurou-se identificar as alterações entre os dois cenários em análise, sendo estas avaliadas através da diferença de comportamentos da intensidade da frente de fogo (Kw/m).

O quadro seguinte amostra as respetivas classes da intensidade da frente de fogo e respetiva descrição e interpretação, traduzidas numa escala de perigo de incêndio, sugerida por Fernandes e Palheiro (2015).

Tabela A.2.8 – Classes de perigo de incêndio e relação com a intensidade do fogo

Classe	Intensidade (kW/m) Comprimento da chama (m)	Descrição e dificuldade de controlo por ataque direto
I. Reduzido	0 - 499 0 - 1,3	Fogo de superfície, controlável com material de sapador em toda a extensão do seu perímetro.
II. Moderado	500 – 1 999 1,4 – 2,5	Fogo vigoroso de superfície. Os meios terrestres são efetivos em toda a extensão do perímetro do incêndio.
III. Elevado	2 000 – 3 999 2,6 – 3,5	Fogo de superfície de elevada intensidade, com períodos de fogo de copas. O sucesso do ataque à cabeça do fogo exigirá provavelmente meios aéreos.
IV. Muito Elevado	4 000 – 9 999 ≥ 3,6	Fogo passivo de copas. O ataque à cabeça do fogo é possível apenas com meios aéreos pesados, mas o seu sucesso não é garantido. Considerações de segurança e efetividade aconselham que os esforços de controlo com meios terrestres incidam apenas nos flancos e retaguarda do fogo.
V. Extremo	≥ 10 000	São expectáveis fogos de copas ativos. A velocidade de propagação, o potencial de focos secundários, e a probabilidade do fogo transpor obstáculos são extremos. O ataque à cabeça do fogo não é possível. A ação dos meios terrestres deve-se limitar à retaguarda e flancos do fogo. O ataque indireto usando o fogo pode ser efetivo.

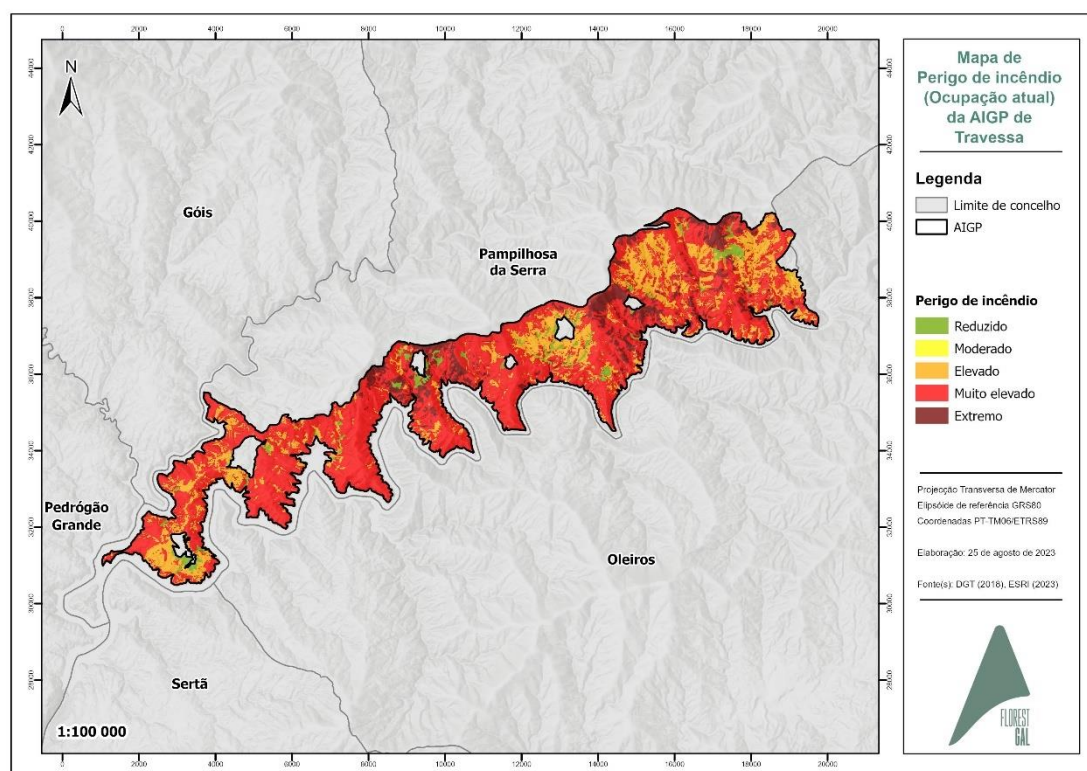
Fonte: Adaptado de “Interpretação dos índices do Sistema Canadano de Indexação do Perigo de Incêndio Florestal”, Paulo Fernandes e Pedro Palheiro, 2015

As simulações de comportamento do fogo foram realizadas, utilizando o software FlamMap, com base na orografia (altimetria, declives e exposição solar das vertentes) e num modelo de combustíveis, classificado de acordo com os modelos definidos por Fernandes (2009).

No que se refere aos parâmetros da simulação foi definida uma velocidade do vento a 10 metros de 15 km/h, considerando os pontos cardiais e colaterais. A humidade do combustível vivo foi definida como 60%, para os combustíveis herbáceos e 90%, para os combustíveis lenhosos. Para o combustível morto de 1h, 10h e 100h, foi definido o teor de humidade de 6%, 7% e 8% respetivamente.

O resultado final de cada um dos cenários foi obtido através da conjugação dos valores máximos de cada uma das simulações efetuadas (pontos cardeais e colaterais) traduzidas nas respetivas classes de perigo de incêndio.

Figura A.2.21 - Mapa de Intensidade da frente de fogo KW/m, traduzido nas classes de perigo de incêndio, para a ocupação do solo atual (POSA)



Ao analisar a distribuição das áreas de perigo de incêndio rural, para a ocupação atual, podemos afirmar que a classe mais representativa é o nível muito elevado, contabilizando cerca de 65,33% da área da AIGP, seguido pela classe elevado, com 21,94%.

Figura A.2.22 - Mapa de Intensidade da frente de fogo KW/m, traduzido nas classes de perigo de incêndio, para a ocupação do solo proposta (POSP)

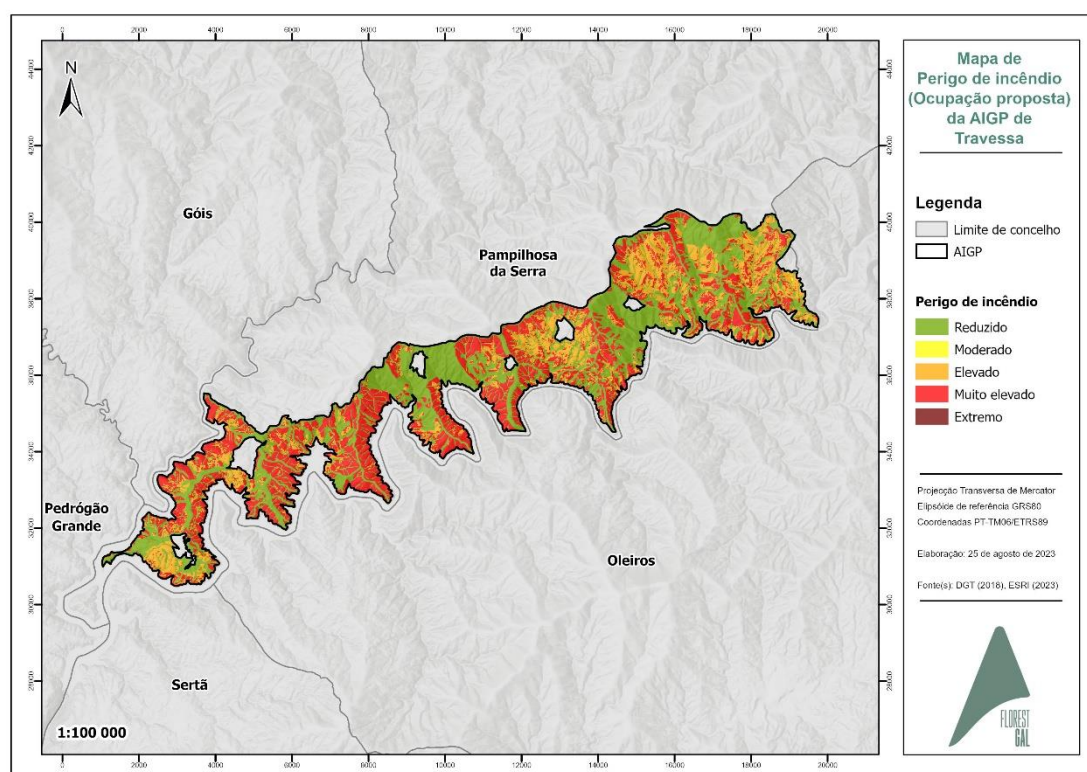


Tabela A.2.9 – Matriz de transformação da paisagem referente às classes de perigo de incêndio rural

Intensidade da frente de fogo	% da área ocupada		
	POSA	POSP	Variação
Reduzido	3,55	45,55	42,00
Moderado	0,03	0,07	0,04
Elevado	21,94	19,45	-2,49
Muito Elevado	65,33	34,87	-30,45
Extremo	9,15	0,06	-9,09

Ao analisar a distribuição das áreas de perigo de incêndio rural, para a ocupação proposta (POS), podemos verificar uma redução de 42,03% nas classes mais elevadas e um aumento de 42,00% na classe reduzida.

Através da análise das simulações efetuadas para os dois cenários distintos, podemos constatar que a ocupação do solo proposta se traduz numa paisagem mais resiliente ao comportamento dos fogos rurais.

f) Minimização de outras vulnerabilidades e riscos existentes e potenciais

As áreas de elevado risco de erosão hídrica do solo, representam 79,49% da área da AIGP de Travessa e englobam as áreas que devido às suas características de solo e de declive, estão sujeitas à erosão excessiva de solo por ação do escoamento superficial.

A presente OIGP define um conjunto de ações que visam a proteção e conservação destas áreas:

- Em áreas menos produtivas optou-se por promover a reconversão de áreas de eucalipto por áreas de pinheiro bravo, devido ao seu maior potencial de adaptação a este tipo de áreas;
- Nas áreas envolventes às linhas de água, optou-se pela instalação de espécies autóctones, que desempenham funções de proteção e conservação do solo;
- Aproveitamento da regeneração natural;
- As ações de mobilização do solo, encontram-se interditas nas áreas mais declivosas (> a 25%);
- Nas áreas onde for possível a mobilização do solo, esta deve ser minimizada e seguir a orientação das curvas de nível;
- Nas áreas mais sensíveis a ação de controlo da vegetação espontânea deve ser efetuada de forma localizada, parcial ou em faixas, desde que isso não acarrete um aumento significativo em termos de risco de incêndio, potenciando deste modo uma maior proteção do solo, aumento da matéria orgânica do solo, maior taxa de retenção de água, evitando o escoamento superficial;

- Nas áreas mais sensíveis, os resíduos resultantes das operações florestais podem pontualmente ser utilizados como barreiras contra a erosão, colocados em linha com as curvas de nível e deste que isso não acarrete um incremento significativo do risco de incêndio.

Na área da AIGP de Travessa, através do trabalho de campo efetuado, foram identificadas algumas áreas com a presença de acácia spp.

Atendendo ao rápido desenvolvimento e proliferação destas espécies, associados à dificuldade e custos inerentes à sua erradicação, a presente proposta preconiza um conjunto de ações que têm como objetivo monitorizar e reduzir os efeitos negativos:

- identificação de espécies invasoras, através de ações de inventário;
- controlo da espécie invasora através do corte e em casos específicos complementado com ações químicas localizadas;
- eliminação da regeneração natural existente;
- reconversão das áreas ocupadas com espécies invasoras, por ocupações melhor adaptadas às condições edafoclimáticas e à aptidão do solo;
- monitorização e avaliação da evolução de espécies invasoras e da eficácia dos tratamentos efetuados.

Independentemente da metodologia utilizada, o controlo de espécies invasoras deve ser realizado em três fases distintas: um controlo inicial, com o objetivo de reduzir/erradicar a área afetada por espécies invasoras, um controlo de seguimento para caso seja necessário complementar a ação de controlo inicial e um controlo de manutenção para eliminar potenciais focos das espécies invasoras e limitar a sua expansão.

g) Salvaguarda dos valores patrimoniais, paisagísticos e outros valores culturais e identitários existentes ou potenciais

Na área da AIGP de Travessa, verifica-se a existência de um conjunto de valores patrimoniais, culturais e paisagísticos que conferem valor à área de intervenção, os quais foram considerados na elaboração da proposta de transformação da paisagem. Destacam-se aqui um conjunto de achados arqueológicos associados à exploração de

metais como o chumbo, o estanho, o ferro e o ouro. Para além do património cultural, o conjunto de elementos paisagísticos constituem um elemento identitário da região, pelo que devem ser valorizados e geridos no sentido de potenciar um foco atratividade. Neste âmbito destaca-se a paisagem envolvente ao rio Zêzere e ao rio Unhais.

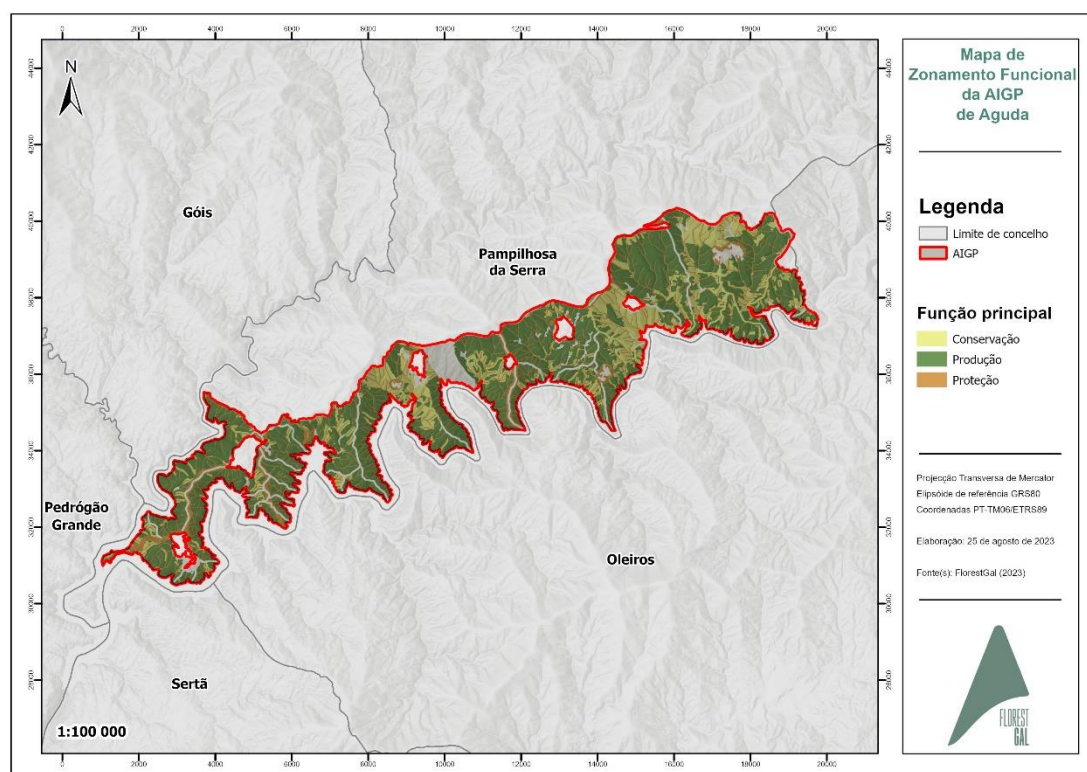
A proposta de transformação da paisagem, procedeu à valorização dos espaços naturais existentes, ao incremento dos mosaicos agrícolas, assim como promoveu a reconversão de áreas ocupadas com povoamentos monoespecíficos, por espécies autóctones, com o objetivo de proporcionar uma melhoria significativa da qualidade estética da paisagem, potenciando uma maior heterogeneidade dos espaços.

Para além da melhoria estética da paisagem, a transformação proposta confere uma maior compartimentação do território, tornando-o mais resiliente ao comportamento do fogo, assim como aumenta a segurança dos visitantes que procuram estes espaços.

h) Promoção de povoamentos florestais ordenados, bio diversos, multifuncionais e resilientes

Com o objetivo de promover uma gestão florestal sustentável, a ocupação do solo proposta procedeu a um zonamento funcional dos povoamentos florestais da área de intervenção abrangendo a vertente da produção, da conservação e da proteção. Com este zonamento funcional pretende-se promover o ordenamento do espaço florestal, a manutenção dos ecossistemas, assim como proceder a uma compartimentação do território que resulte numa maior resiliência perante os fogos rurais.

Figura A.2.23 - Mapa de zonamento funcional dos povoamentos florestais



Nas áreas onde, atualmente, verifica-se a função produtiva registou-se uma redução significativa das áreas ocupadas por eucalipto (-864,94 ha), permanecendo apenas as que apresentam potencial produtivo, ou que evidenciaram possuir gestão ativa, assim como das áreas de pinheiro-bravo (-197,09) ha.

Na função de conservação, incluem-se os povoamentos existentes de espécies autóctones, assim como foi proposta a reconversão de áreas produtivas para florestas de outros carvalhos (251,60 ha) e florestas outras folhosas (15,50 ha).

As áreas com a função principal de proteção incluem, com objetivos distintos, a proteção dos recursos hídricos e respetivas margens, os fundos de vale, assim como a proteção a infraestruturas e áreas edificadas. Nas áreas associadas ao sistema húmido, a ocupação do solo proposta procedeu à valorização e reconversão com espécies ripícolas (424,34 ha) e nas áreas envolventes a infraestruturas e áreas edificadas, optou-se pela instalação de espécies mais resilientes ao comportamento do fogo, como é o caso de povoamentos de outros carvalhos (131,96 ha).

i) Fomento da agricultura, da silvopastorícia e da cinegética, enquanto atividades económicas e com função de mosaico e diversificação da paisagem

A ocupação do solo proposta visa a constituição de uma paisagem multifuncional, mais resiliente em relação aos fogos rurais e com o incremento e diversificação de atividades económicas geradoras de um maior rendimento para os territórios rurais.

A agricultura reveste-se de uma importância fundamental, ao proporcionar uma economia de proximidade capaz de gerar empregos e de fixar pessoas nos territórios rurais. Neste âmbito a proposta de transformação da paisagem procurou valorizar e incrementar os sistemas agrícolas e agroflorestais, verificando-se um aumento de 158,86 ha da área em comparação com a ocupação atual. Esta transformação foi efetuada com o incremento de áreas de olival, numa lógica de continuidade face às culturas existentes, assim como pela introdução de espécies com o objetivo da produção de frutos secos.

Para além do aspeto económico associado a esta transformação, ao localizarem-se essencialmente na área envolvente aos aglomerados populacionais, desempenha um importante papel na compartimentação do território, aumentando por esta via a resiliência face aos fogos rurais, como também possibilita a redução dos custos associados com a gestão de combustível.

A silvopastorícia e a caça reveste-se de uma importante atividade económica associada aos espaços florestais, podendo ainda desempenhar um papel ativo na gestão dos ecossistemas. A dinamização destas atividades pode ser efetuada através da instalação de pastagens permanentes, para a alimentação do gado e da caça, assim como funcionam como zonas de atração, protegendo de forma passiva os povoamentos florestais. Deste modo a ocupação do solo proposta preconiza a instalação de pastagens melhoradas em 4,05% do território, em detrimento de áreas florestais. Estas áreas localizam-se nas áreas envolventes às linhas de cumeada, possibilitando também uma melhor compartimentação dos espaços florestais, possibilitando um aumento da resiliência face aos fogos rurais, ao promover uma alteração do comportamento do fogo.

É espectável que a transformação da paisagem proposta, ao proporcionar uma maior biodiversidade, contribua para o incremento da atividade cinegética.

j) Desenvolvimento do potencial das atividades económicas rurais de proximidade, promovendo e/ou reforçando a geração de valor

A fraca rentabilidade que os proprietários florestais obtêm dos espaços florestais, associada à suscetibilidade e vulnerabilidade que estes espaços se encontram sujeitos face aos incêndios rurais, constituem o principal entrave ao desenvolvimento sustentável destes territórios.

As AIGP integram um conjunto de medidas previstas pelo Programa de Transformação da Paisagem, como parte de uma estratégia orientada para os territórios vulneráveis de floresta com elevada perigosidade de incêndio.

Com isto, pretende-se: territórios menos vulneráveis a fogos rurais, valorizar a aptidão dos solos e melhorar os serviços prestados pelos ecossistemas, acrescentar valor do território e dinamizar a economia das comunidades.

A OIGP de Travessa procura dar resposta aos objetivos estabelecidos, através de um conjunto de ações que visam promover a transformação da paisagem. Neste sentido a ocupação do solo proposta (POSP), preconiza uma paisagem mais resiliente aos fogos rurais, multifuncional e bio diversa, com o incremento da geração de valor para os territórios rurais. Esta transformação será operacionalizada através de um correto ordenamento dos espaços florestais, da introdução de novas economias associadas aos territórios rurais e através da renumeração dos serviços de ecossistemas.

Através da ocupação do solo proposta a atividade florestal continua a figurar como a principal fonte de receita, através da exploração de bens de uso direto como é o caso dos produtos lenhosos. Neste âmbito os povoamentos de pinheiro-bravo passam a figurar, apesar da redução verificada, como a principal espécie. Contudo optou-se por diversificar a oferta disponível, com aumento considerável das áreas ocupadas com outros carvalhos, outras folhosas e com menos expressão, as áreas ocupadas com sobreiro, assim como foi efetuada a introdução de espécies como o pinheiro manso. Estas opções para além da diversificação proporcionada em termos de matéria-prima, possibilita também a exploração de outros subprodutos como é o caso da resina, frutos secos e da cortiça.

A proposta de transformação da paisagem, como é possível constatar no subcapítulo A2.2 na alínea b), proporciona também melhores condições para exploração de plantas silvestres, para o pastoreio e para as atividades de caça e pesca.

Ainda no âmbito dos bens de uso direto, as atividades associadas ao turismo, recreio e lazer, possuem um grande potencial de expansão. Na área da AIGP de Travessa existem um conjunto de elementos patrimoniais e paisagísticos, caracterizados no subcapítulo A2.1 na alínea e), que se encontram integrados no património da região pelo que devem ser valorizados e geridos no sentido de potenciar um foco atratividade. Neste sentido a proposta de transformação propôs a valorização destes espaços, assim como a reconversão da área envolvente com espécies autóctones, com o objetivo de proporcionar uma melhor qualidade estética da paisagem e dos ecossistemas associados.

Ao nível da agricultura a presente proposta promoveu a valorização destes espaços, associados à expansão das áreas de cultivo de olival, assim como a introdução de novas culturas associadas à produção de frutos secos.

No que se refere aos bens de uso indireto, associados ao sequestro de carbono, proteção do solo, proteção e conservação dos recursos hídricos, manutenção de habitats e conservação da paisagem e da biodiversidade foi promovida, uma valorização da renumeração dos serviços de ecossistema. De acordo com os critérios estabelecidos, verificou-se um aumento de 21,62% da área elegível para a renumeração dos serviços de ecossistema. Este tema será desenvolvido no subcapítulo c2.

A.2.3. Articulação com o quadro legal

a) Instrumentos de gestão territorial

a.1. Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem

Os Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem (PRGP) constituem uma das medidas do Programa de Transformação da Paisagem (PTP), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2020, de 24 de junho e destinam-se a planear e programar a transformação da paisagem em territórios da floresta vulneráveis, com o objetivo de obter uma paisagem multifuncional e resiliente, novas atividades económicas e a remuneração dos serviços dos ecossistemas.

No momento de elaboração da presente OIGP, não se encontrava nenhum PRGP aprovado ou em elaboração, para a área de incidência da AIGP de Travessa.

a.2. Programas Especiais de Áreas Protegidas

Os Programas Especiais das Áreas Protegidas (PEAP) visam a prossecução de objetivos indispensáveis à tutela de interesses públicos e de recursos de relevância nacional com repercussão territorial e estabelecem regimes de salvaguarda de recursos e valores naturais, através de medidas que instituem ações permitidas, condicionadas ou interditas, prevalecendo sobre os planos territoriais de âmbito intermunicipal e municipal.

A área da AIGP de Travessa não se encontra abrangida por nenhum Programa Especial de Áreas Protegidas.

a.3. Programas Regionais de Ordenamento Florestal

No que se refere ao planeamento florestal a área de intervenção encontra-se submetida ao Programa Regional de Ordenamento Florestal do Centro Litoral. Enquadra-se nas sub-regiões homogéneas Floresta da Beira Serra e Pampilhosa e Alvéolos. Nestas sub-regiões homogéneas, com igual nível de prioridade, visa-se a implementação e o desenvolvimento das seguintes funções gerais dos espaços

florestais: Função geral de produção; Função geral de proteção; Função geral de silvopastorícia, caça e pesca nas águas interiores.

Figura A.2.24 - Mapa das Sub-regiões homogêneas do PROF Centro Litoral

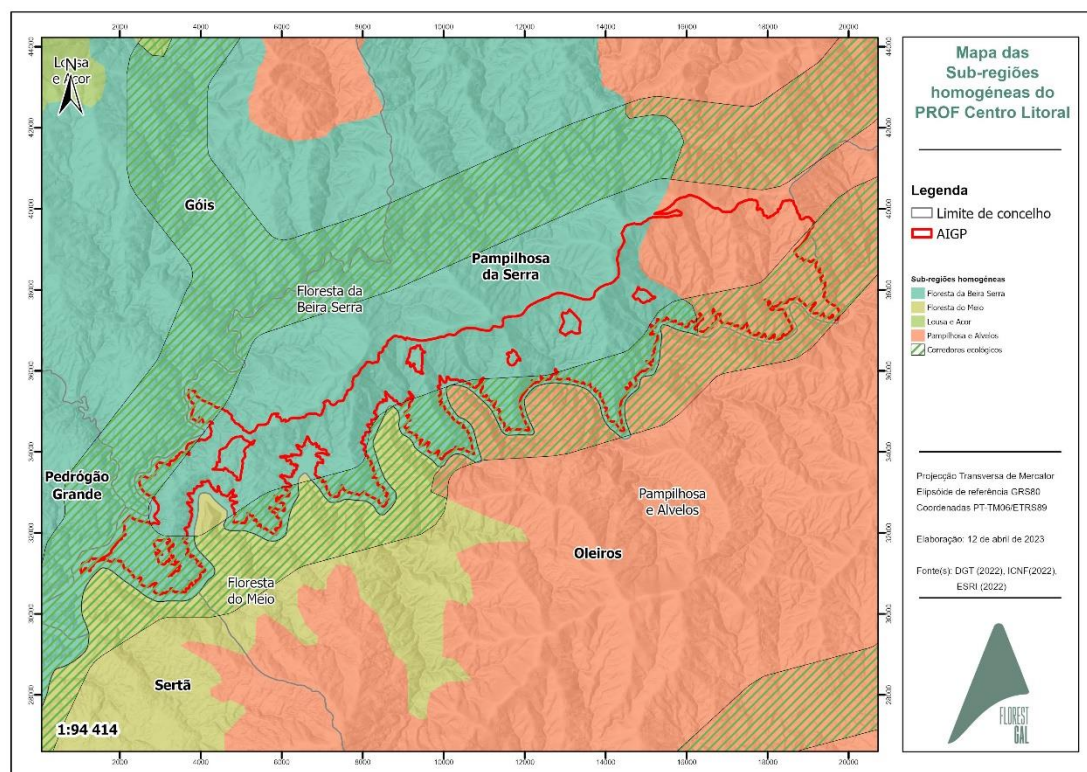


Tabela A.2.10 – Objetivos específicos da SRH Floresta da Beira Serra

	Objetivos específicos
Aumento do rendimento potencial	Selecionar espécies com boa aptidão produtiva e, em igualdade de outros fatores, menos suscetíveis ao fogo
	Selecionar espécies com boa aptidão produtiva adaptáveis a sistemas de produção conjuntos com caça e silvopastorícia
	Selecionar espécies com boa aptidão produtiva e suscetíveis de produção de cogumelos e plantas aromáticas e medicinais
	Selecionar espécies com boa aptidão produtiva, valorizadoras da paisagem tradicional da SRH
	Melhorar a gestão dos povoamentos existentes
	Aproveitar o potencial da regeneração natural

	Objetivos específicos
Diminuir a perigosidade	Aumentar a fração dos sistemas e espécies florestais com menor suscetibilidade ao fogo
	Ajustar o regime cinegético e silvo pastoril à função de gestão de combustível
	Aplicar ao ordenamento orientações provenientes da resposta aos incêndios de 2017
Conservação do solo	Aplicação sistemática das normas de conservação do solo e da água na instalação e gestão de povoamentos e na gestão dos sistemas florestais
Conservação da biodiversidade	Promover a diversificação de habitats no contexto dos sistemas e espécies a privilegiar
	Promover a diminuição do risco de destruição de habitats e espécies classificadas e destruição maciça de habitat
	Promover objetivos e avaliação da conservação da biodiversidade aplicáveis a grandes áreas em gestão conjunta, incluindo Planos de Ação de espécies
	Diminuir a ocupação por espécies exóticas invasoras (visando à erradicação)
Gestão conjunta	Fomentar/apoiar a gestão, incluindo a gestão conjunta
	Selecionar espécies e sistemas que permitam rendimento suficiente para uma gestão conjunta eficaz
	Integrar as metas de gestão de combustível nos PGF
	Integrar as metas de conservação do solo e da água nos PGF
	Integrar as metas de conservação da natureza nos PGF
	Integrar a gestão da caça e a silvopastorícia no âmbito dos objetivos e medidas aplicáveis às áreas em gestão conjunta
	Promover áreas de utilização turística com gestão conjunta
Sistemas conjuntos com ordenamento cinegético	Aumentar a produtividade cinegética
	Integrar a exploração silvo pastoril de pequenos ruminantes como um modo de gestão do combustível aplicável aos sistemas de produção florestal
	Recuperar e valorizar a dimensão turística da caça
Agricultura, plantas aromáticas e medicinais	Promover o aumento da micorrização orientada para a produção de cogumelos, promovendo a recolha nas áreas agrupadas
	Promover a apicultura nas áreas agrupadas
	Promover a produção de plantas aromáticas e medicinais em áreas agrupadas
Utilização turística	Valorizar os espaços florestais através da sua utilização turística
	Valorizar a utilização turística através do consumo de produtos tradicionais produzidos nos espaços florestais

Tabela A.2.11 – Objetivos específicos da SRH Pampilhosa e Alvéolos

	Objetivos específicos
Aumento do rendimento potencial	Selecionar espécies com boa aptidão produtiva e, em igualdade de outros fatores, menos suscetíveis ao fogo
	Selecionar espécies com boa aptidão produtiva adaptáveis a sistemas de produção conjuntos com caça e silvopastorícia
	Selecionar espécies com boa aptidão produtiva e suscetíveis de produção de cogumelos e plantas aromáticas e medicinais
	Selecionar espécies com boa aptidão produtiva, valorizadoras da paisagem tradicional da SRH
	Melhorar a gestão dos povoamentos existentes
	Aproveitar o potencial da regeneração natural
Diminuir a perigosidade	Aumentar a fração dos sistemas e espécies florestais com menor suscetibilidade ao fogo
	Ajustar o regime cinegético e silvo pastoril à função de gestão de combustível
	Aplicar ao ordenamento orientações provenientes da resposta aos incêndios de 2017
Conservação do solo	Aplicação sistemática das normas de conservação do solo e da água na instalação e gestão de povoamentos e na gestão dos sistemas florestais
Conservação da biodiversidade	Promover a diversificação de habitats no contexto dos sistemas e espécies a privilegiar

Tabela A.2.12 – Espécies a privilegiar da SRH Floresta da Beira Serra

Espécie	Grupo I	Grupo II
Pinheiro-bravo	X	-
Eucalipto	X	-
Medronheiro	X	-
Cedro-do-buçaco	-	X
Castanheiro	-	X
Cipreste-comum	-	X
Nogueira-preta	-	X
Nogueira	-	X
Cerejeira-brava	-	X
Pseudotsuga	-	X
Pinheiro-manso	X	-
Carvalho-português	X	-
Carvalho-negral	-	X
Carvalho-alvarinho	X	-
Azinheira	-	X
Sobreiro	X	-

Tabela A.2.13 – Espécies a privilegiar da SRH Pampilhosa e Alvéolos

Espécie	Grupo I	Grupo II
Pinheiro-bravo	X	-
Eucalipto	X	-
Medronheiro	X	-
Cedro-do-oregon	-	X
Cedro-do-buçaco	-	X
Castanheiro	X	-
Cipreste-comum	-	X
Freixo	-	-
Nogueira-preta	-	X
Nogueira	X	-
Cerejeira-brava	-	X
Pseudotsuga	-	X
Pinheiro-manso	-	X
Choupos	-	-
Carvalho-português	X	-
Carvalho-negral	-	X
Carvalho-alvarinho	X	-
Azinheira	-	X
Carvalho americano	-	X
Sobreiro	X	-

Para atingir os objetivos específicos das sub-região homogéneas sub-regiões homogéneas Floresta da Beira Serra e Pampilhosa e Alvéolos, a OIGP de Travessa preconiza as seguintes opções:

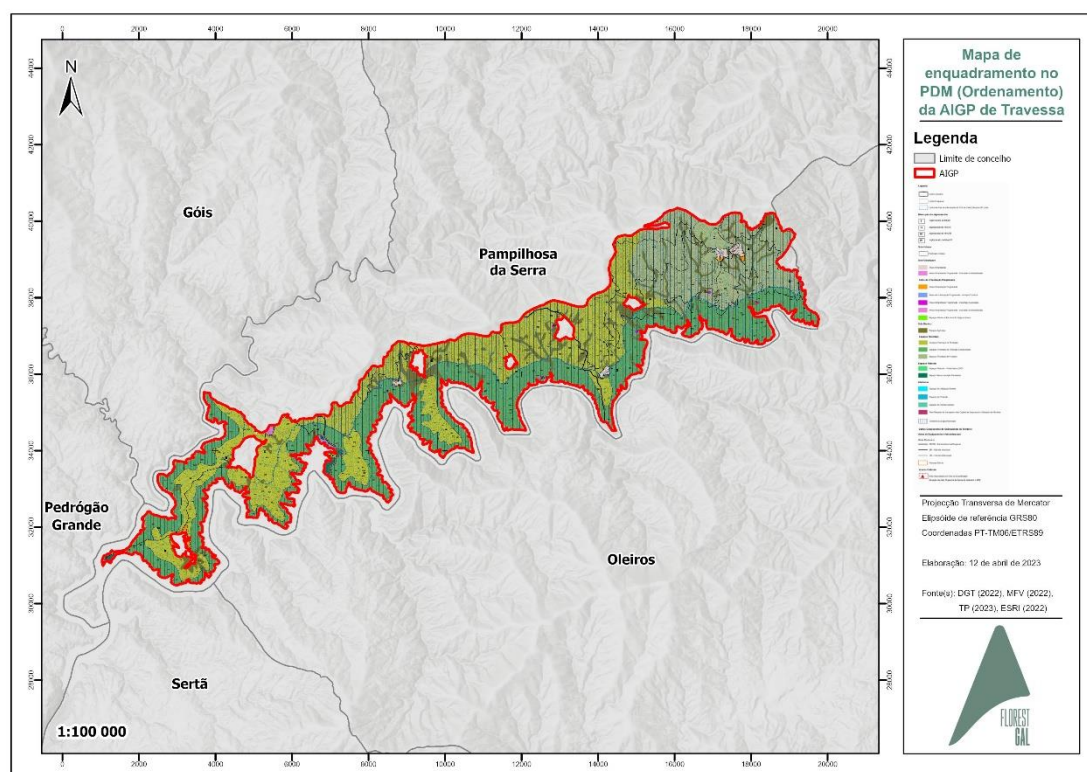
- Alteração do desenho funcional do território, com o objetivo de adequar os povoamentos florestais às condições biofísicas e edafoclimáticas;

- Promover a recuperação de espaços florestais degradados e com menores índices de produtividade;
- Recuperação de linhas de água com espécies ripícolas;
- Expansão das áreas ocupadas por floresta de outras folhosas, através do aproveitamento da regeneração natural, promovendo o crescimento destas áreas junto às linhas de águas, solos mais férteis, em encostas mais húmidas, assim como nas zonas de interface, possibilitando desta forma uma melhor compartimentação dos espaços e a criação de territórios mais resilientes à passagem do fogo;
- Diversificação das explorações através da instalação de um conjunto de culturas potenciadoras do desenvolvimento da economia local, associadas à produção agrícola, animal e florestal;
- Implementar a proteção das zonas de interface dos aglomerados rurais, através da alteração dos combustíveis florestais, por uma composição mais resiliente à passagem do fogo, nas zonas de interface;
- Promoção e implementação de práticas de gestão florestal sustentável, com vista à obtenção de produtos de melhor qualidade, da proteção do solo e dos recursos hídricos, assim como a manutenção da biodiversidade;
- Promoção e aumento da área florestal certificada;
- Fomentar a atividade silvo pastoril em conjugação com a exploração florestal e gestão de combustível, concentrando esta atividade nos corredores secos;
- Promoção da qualidade estética da paisagem.

a.4. Plano Diretor Municipal

No que se refere ao enquadramento no Plano Diretor Municipal a área de intervenção encontra-se inserida maioritariamente em Espaços Florestais de Produção e na Estrutura Ecológica Municipal.

Figura A.2.25 - Mapa de enquadramento no PDM de Pampilhosa da Serra



De acordo com o regulamento do PDM, estes espaços destinam-se ao desenvolvimento de atividades florestais e têm por objetivo o desenvolvimento da floresta ou das atividades com ela relacionadas.

Nos Espaços Florestais de Produção aplicam -se as seguintes disposições:

- a) É permitido o exercício da atividade industrial desde que vise o aproveitamento e ou valorização dos recursos endógenos;
- b) As manchas arborizadas com resinosas e eucaliptos não podem exceder 50 ha sem que sejam cantonadas por faixas de folhosas, nomeadamente ao longo das linhas de água;
- c) As espécies folhosas autóctones devem constituir pelo menos 15 % dos novos povoamentos e instaladas em faixas secundárias de gestão de combustível.

A área da AIGP da Travessa encontra-se também inserida em Espaços Florestais de Proteção e em Espaços Florestais de Produção Condicionada.

Nos Espaços Florestais de Proteção, os usos e atividades permitidos devem ainda ter como objetivo, a proteção e conservação dos solos e a manutenção e melhoria das condições de infiltração de água no solo, a promoção da biodiversidade biológica e paisagística e incremento do potencial recreativo da paisagem.

Os Espaços Florestais de Produção Condicionada encontram-se sujeitos às seguintes condicionantes:

a) Constituem objetivos de ordenamento destes espaços, sem prejuízo do disposto na demais legislação aplicável, a exploração florestal de bens e serviços associados a estes espaços, devendo ser promovida a biodiversidade, nomeadamente através do aumento gradual da área ocupada por espécies folhosas autóctones.

b) As manchas arborizadas com resinosas e eucaliptos não podem exceder 100 ha sem que sejam cantonadas por faixas de folhosas, nomeadamente ao longo das linhas de água.

c) As espécies folhosas autóctones constituem pelo menos 30% dos novos povoamentos e devem ser instaladas em faixas, em manchas, ou ao longo da rede divisional e das linhas de água.

Com o objetivo o objetivo de enquadrar a ocupação do solo com o definido no PDM, foi preconizada a reconversão de 33,24% de áreas afetadas à floresta de produção, compostas por povoamentos monoespecíficos, para uma maior diversidade de espécies, compostas essencialmente por floresta de outras folhosas e outros carvalhos, com função principal de conservação e proteção.

Tabela A.2.14 – Matriz de transformação – Enquadramento PDM

Matriz de transição (POSA >>> POSP)	ha	%
Florestas de eucalipto >>> Florestas de outras folhosas	243,95	22,92
Florestas de eucalipto >>> Florestas de outros carvalhos	305,98	28,74
Florestas de eucalipto >>> Florestas de pinheiro manso	0,15	0,01
Florestas de eucalipto >>> Florestas de sobreiro	0,25	0,02

Matriz de transição (POSA >>> POSP)	ha	%
Florestas de eucalipto >>> Olivais	1,93	0,18
Florestas de eucalipto >>> Pastagens melhoradas	111,44	10,47
Florestas de eucalipto >>> Pomares	19,76	1,86
Florestas de pinheiro-bravo >>> Florestas de outras folhosas	193,76	18,20
Florestas de pinheiro-bravo >>> Florestas de outros carvalhos	61,73	5,80
Florestas de pinheiro-bravo >>> Florestas de pinheiro manso	33,68	3,16
Florestas de pinheiro-bravo >>> Olivais	8,97	0,84
Florestas de pinheiro-bravo >>> Pastagens melhoradas	42,06	3,95
Florestas de pinheiro-bravo >>> Pomares	40,86	3,84
Total	1 064,50	100

a) Instrumentos de gestão integrada de fogos rurais

a.1. Programas regional e sub-regional de ação de gestão integrada de fogos rurais

De acordo com o que está definido no Decreto-Lei 82/2021, de 13 de outubro, na sua redação atual, nos seus artigos 31.^º e seguintes, o Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais (PNGIFR) é um plano plurianual que define a visão, missão e políticas de gestão do fogo rural e de proteção contra incêndios rurais.

O Plano Nacional de Ação (PNA) é parte integrante do PNGIFR e define os grandes projetos nacionais, por objetivo estratégico.

Os Programas Regionais de Ação (PRA) de Gestão Integrada de Fogos Rurais transportam o Plano Nacional de Ação (PNA) para a escala regional, identificando, de entre os projetos nele inscritos, os que devem ser prioritariamente implementados, e definem a rede primária de faixas de gestão de combustível.

Relativamente à rede primária definida ao nível do PRA centro, será instalada com orientações técnicas definidas no “Manual de rede primária” emitido pela Divisão de proteção florestal e valorização de áreas públicas, em 20 de maio de 2014, com ligeiras

alterações para incluir o que está previsto no Artigo 48º do Decreto-Lei n.º 82/2021 de 13 de outubro e tem por base os seguintes princípios:

- É apoiada em rede viária florestal de largura não inferior a 6 m;
- Junto à rede viária fundamental é criada uma faixa de interrupção de combustíveis (FIC), com 10 m para cada um dos lados, em que se deve remover a totalidade do coberto arbóreo e arbustivo (exceto quando se trate de espécies protegidas);
- Contígua à FIC, cria-se uma faixa de redução de combustíveis (FRC), de largura de 20m em que o coberto arbóreo deverá preferencialmente, apresentar um espaçamento entre copas de 4 m, garantindo a descontinuidade horizontal deste estrato;
- Segue-se uma faixa de redução de combustíveis (FRC) em que é possível existir coberto arbóreo com maior densidade, apresentando preferencialmente um distanciamento entre copas de 2 m.
- Nas FRC devem remover-se os combustíveis de superfície (herbáceo, subarbustivo e arbustivo), deve promover-se a abertura dos povoamentos e a supressão da parte inferior das copas.

Os Programas Sub-Regionais de Ação (PSA) de gestão integrada de fogos rurais adaptam à escala das NUT III o Programa Regional de Ação que lhes dá origem, identificando de entre os projetos nele inscritos aqueles que devem ser prioritariamente implementados, e têm um caráter executivo e de programação operacional, devendo cumprir as orientações e prioridades regionais, numa lógica de contribuição para o todo nacional.

Nas áreas estratégicas de mosaicos de gestão de combustíveis, que serão definidas em sede de PSA, estão previstas ações de controlo da vegetação espontânea com recurso aos meios adequados, para promover a redução da carga de combustíveis, ações de correção de densidades e desramações.

Segundo informação publicitada no site da AGIF, o PRA Centro foi aprovado a 26 de outubro de 2022 e o PSA Região de Leiria encontra-se em elaboração (www.agif.pt/pt/centro a 29 de novembro de 2023).

As intervenções previstas nesta OIGP contribuem positivamente para atingir as metas definidas nas fichas

de projeto abaixo indicadas, que estão a ser trabalhadas ao nível da Comissão Sub-regional da Região de Leiria:

- Ficha de projeto 1.2.2.2 – Património florestal com gestão certificada numa ótica de circularidade
 - Meta 1 – Listar tipologias de produtos florestais aptos a gestão certificada
 - Meta 4 – Aumentar os produtos de florestais de gestão certificada.
- Ficha de projeto 2.1.1.1 – Áreas integradas de gestão da paisagem
 - Meta 1 – AIGP constituída
 - Meta 2 – AIGP com OIGP aprovada
- Ficha e projeto 2.1.1.2 – Gestão da paisagem e remuneração dos serviços de ecossistemas
 - Meta 2 – Apoiar a reconversão de povoamentos instalados com espécies autóctones mais bem-adaptadas
 - Meta 3 – Aumentar o rendimento dos proprietários que prestam serviços de ecossistemas
- Ficha de projeto 2.2.1.4 – Áreas estratégicas de mosaicos de gestão de combustíveis
 - Meta 1 – Gestão de combustíveis, gestão de densidades, ações de reconversão da ocupação e ações de redução da biomassa
- Ficha de projeto 2.2.1.5 – Proteção de áreas de elevado valor
 - Meta 2 – Gestão de combustíveis, gestão de densidades, ações de reconversão da ocupação e ações de redução da carga de combustível
- Ficha de projeto 2.2.1.7 – Promover o apoio ao pastoreio extensivo com rebanhos
 - Contribuir para que as metas definidas nesta ficha de projeto sejam alcançadas, através da instalação de pastagens permanentes de sequeiro.

a.2. Programa Municipal de Execução de gestão integrada de fogos rurais

De acordo com o Artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 82/2021 de 13 de outubro, na sua redação atual, o Programa Municipal de Execução (PME) de Gestão integrada de Fogos Rurais adapta à escala do Município de Figueiró dos Vinhos o PSA da Região de Coimbra, identificando os projetos nele inscritos que deverão ser prioritariamente implementados.

À data da elaboração da presente OIGP, o Plano Municipal de Execução (PME) de Gestão Integrada de Fogos Rurais do Município da Pampilhosa da Serra, não se encontra aprovado, pelo que a presente análise será enquadrada no âmbito do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios da Pampilhosa da Serra, instrumento legal em vigor até 31 de dezembro de 2024, como previsto no n.º 1 do Artigo 79.º - Norma Transitória, do Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro, na sua redação atual.

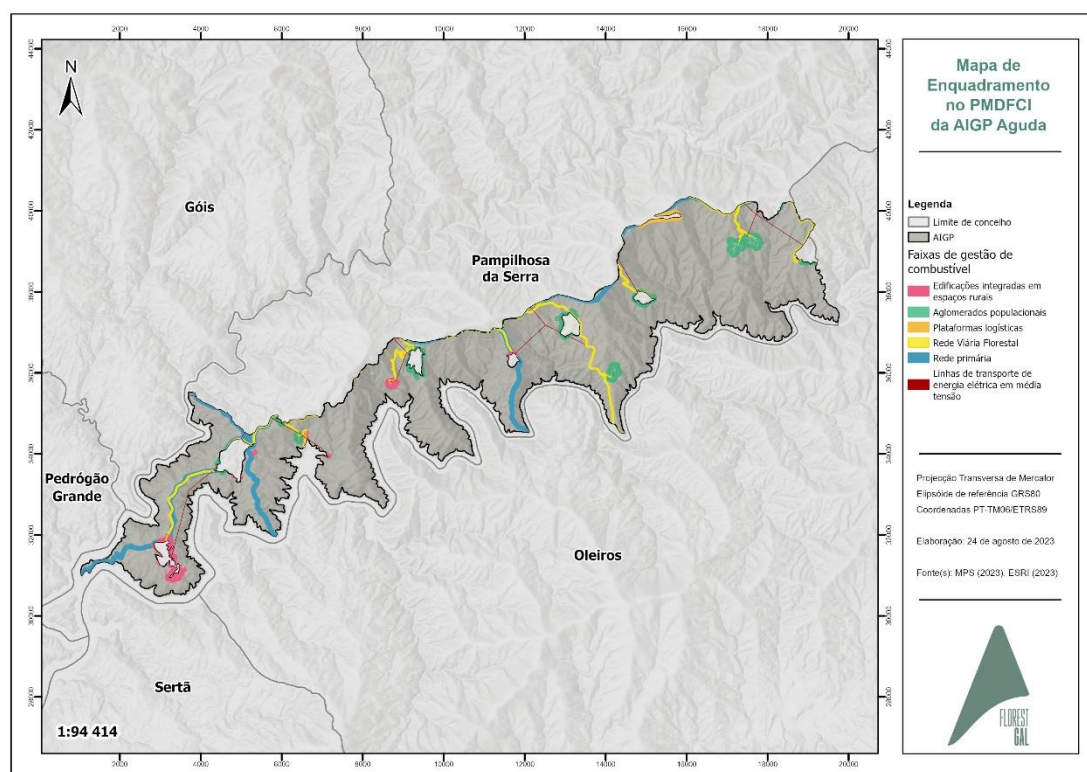
O PMDFCI contém as ações necessárias à defesa da floresta contra incêndios e, para além das ações de prevenção, inclui a previsão e a programação integrada das intervenções das diferentes entidades envolvidas perante a eventual ocorrência de incêndios.

As ações constantes no PMDFCI de Pampilhosa da Serra, no que se refere à rede de defesa da floresta contra incêndios na área da OIGP de Travessa, encontram-se sintetizados no quadro seguinte.

Tabela A.2.15 – Enquadramento da OIGP no PMDFCI de Pampilhosa da Serra (Rede de faixas de gestão de combustível)

Descrição da FGC	Área (ha)
Edificações integradas em espaços rurais	40,49
Aglomerados populacionais	95,27
Parques de campismo, infraestruturas e equipamentos florestais de recreio, parques e polígonos industriais, plataformas de logística e aterros sanitários	12,32
Rede Viária florestal	33,53
Redes primárias de faixas de gestão de combustível	165,18
Linhas de transporte de energia elétrica em média tensão	17,74
Total	364,52

Figura A.2.26 - Mapa de enquadramento no PMDFCI de Pampilhosa da Serra



Através da análise do PMDFCI de Pampilhosa da Serra foram identificados, na área da OIGP de Travessa, 364,52 ha que integram a rede de faixas de gestão de combustível. Nas áreas identificadas devem, de acordo com a legislação em vigor, ser implementadas medidas de gestão de combustível e de alteração da sua composição, com o objetivo de isolar potenciais focos de ignição, reduzir os efeitos da passagem dos incêndios protegendo as infraestruturas e facilitar a respetiva supressão dos incêndios. Com o objetivo de facilitar o cumprimento das funções das FGC foi preconizada, nestas áreas, a alteração da ocupação do solo para espécies mais resilientes ao fogo, possibilitando também a renumeração pelos serviços de ecossistema gerados, contribuindo para o aumento da sustentabilidade das operações.

a) Servidões e restrições de utilidade pública**a.1. Regime Florestal e Sistema Nacional de Áreas Classificadas**

Por Regime Florestal entende-se o conjunto de disposições destinadas não só à criação, exploração e conservação da riqueza silvícola, sob o ponto de vista da economia nacional, mas também o revestimento florestal dos terrenos cuja arborização seja de utilidade pública, e conveniente ou necessária para o bom regime das águas e defesa das várzeas, para a valorização das planícies áridas e benefício do clima, ou para a fixação e conservação do solo, nas montanhas, e das areias no litoral marítimo.

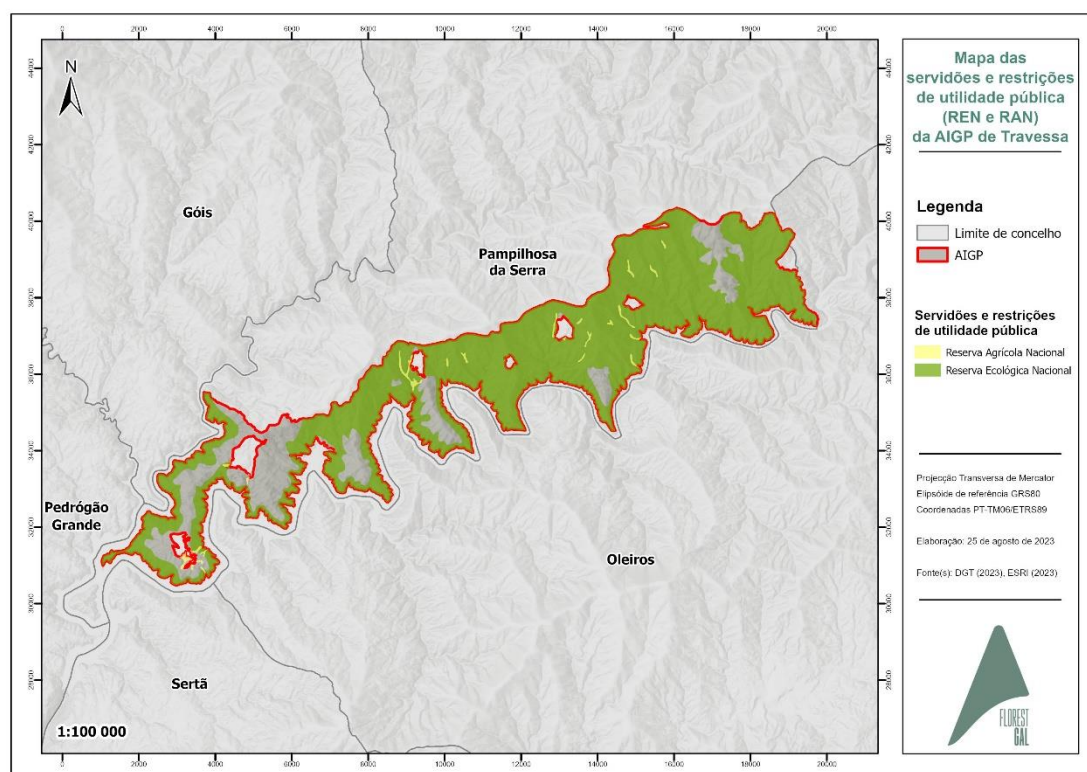
O Sistema Nacional de Áreas Classificadas (SNAC) foi estruturado pelo Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 242/2015, de 15 de outubro, sendo constituído pela Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP), pelas Áreas Classificadas que integram a Rede Natura 2000 e pelas demais Áreas classificadas ao abrigo de compromissos internacionais assumidos pelo Estado Português.

Na área da AIGP de Travessa não foram identificadas áreas submetidas a regime florestal nem áreas classificadas no âmbito do SNAC.

a.2. Reserva Ecológica Nacional e Reserva Agrícola Nacional

Na área de intervenção não existem áreas protegidas, nem submetidas ao Regime Florestal. Destacam-se aqui como restrições de utilidade pública, as áreas afetas à Reserva Ecológica Nacional (REN) e à Reserva Agrícola Nacional (RAN). A área abrangida pela REN ocupa cerca de 79,57% do território e caracteriza-se por uma estrutura biofísica que integra as áreas que são objeto de proteção especial por causa do seu valor e sensibilidade ecológicos ou pela sua suscetibilidade a riscos naturais. A ocupação florestal revela aqui um papel fundamental para a preservação e proteção das zonas de relevo e declives acentuados, face à ação dos agentes erosivos, constituindo também uma estrutura fundamental à conservação e qualificação dos valores paisagísticos e ambientais. A RAN ocupa cerca de 1,14% da área de intervenção e caracteriza-se pelo conjunto das áreas que em termos agroclimáticos, geomorfológicos e pedológicos apresentam maior aptidão para a atividade agrícola.

Figura A.2.27 - Mapa de Servidões e Restrições de Utilidade Pública



Na área da REN, foi promovido um melhor desenho funcional do território, com o objetivo de adequar os povoamentos florestais às condições biofísicas e edafoclimáticas. Esta opção irá possibilitar, em determinadas áreas, a alteração da paisagem para uma ocupação do solo, composta por áreas ocupadas por floresta de outras folhosas, que melhor garantam as funções ecológicas.

Será também efetuada a promoção e implementação de práticas de gestão florestal sustentável, com vista à proteção do solo e dos recursos hídricos, assim como a manutenção da biodiversidade.

Na área da RAN, foram mantidas as áreas ocupadas com a atividade agrícola, assim como foram alteradas algumas áreas com a introdução /expansão de culturas de olival e frutos secos. Na área da RAN ocupada por floresta, em determinadas áreas, foi promovida a alteração da espécie existente para espécies de floresta folhosas (Medronheiro, outras folhosas e outros carvalhos).

a.3. Linhas de alta tensão e antenas, Marcos Geodésicos, Sítios arqueológicos

A Rede Geodésica Nacional (RGN) é uma das infraestruturas base de apoio a toda a cartografia do país, composta por um conjunto de marcos geodésicos. A RGN encontra-se protegida pelo Decreto-Lei n.º 143/82 de 26 de abril, no qual deverá ser respeitada a zona de proteção dos marcos, que é constituída por uma área circunjacente ao sinal, nunca inferior a 15 metros de raio e assegurado que as infraestruturas a implantar não obstruem as visibilidades das direções constantes das respetivas minutas de triangulação. Estas restrições devem estar presentes nas ações de planeamento e gestão florestal.

Na área da AIGP de Travessa verifica-se a existência de três marcos geodésicos.

A presente OIGP preconiza, na zona de proteção, a reconversão de floresta para pastagens melhoradas, pomares e floresta de outras folhosas.

Na área da AIGP destaca-se ao nível do património histórico um conjunto de achados arqueológicos associados à exploração de metais como o chumbo, o estanho, o ferro e o ouro. As opções de gestão devem atender a sua existência, pelo que as práticas silvícolas devem dedicar uma atenção especial de forma a evitar a sua degradação ou desaparecimento

No que se refere à constituição de servidões administrativas referentes a infraestruturas de produção, transporte e distribuição de energia elétrica estas regem-se pelo previsto no Decreto de Lei n.º 29/2006 de 15 de fevereiro. Nestas áreas não podem existir ocupações, que possam pôr em causa a segurança e a exploração das infraestruturas.

Nestas infraestruturas, de acordo com o Decreto de Lei n.º 82/2021 de 13 de outubro, na sua redação atual, a entidade responsável é obrigada a executar a gestão do combustível numa faixa correspondente à projeção vertical dos cabos condutores exteriores, acrescidos de uma faixa de largura não inferior a 10 m para cada um dos lados. Através da análise do PMDFCI de Pampilhosa da Serra, foram identificados 17,74 ha de faixas de gestão de combustível, associadas às linhas de média tensão.

Na presente OIGP foi proposta a alteração da ocupação destas áreas para espécies mais resilientes ao comportamento do fogo. Contudo a instalação e manutenção destas

áreas devem seguir os critérios de gestão de combustível estipulados no Decreto de Lei n.º 82/2021 de 15 de outubro, na sua redação atual.

Tabela A.2.16 – Matriz de transformação - FGC rede elétrica média tensão

Ocupação do solo (COS)	Atual (POSA)		Proposta (POSP)		Variação
	ha	%	ha	%	ha
Agricultura com espaços naturais e seminaturais	0,10	0,54	0,10	0,54	0,00
Florestas de eucalipto	4,30	24,25	0,00	0,00	-4,30
Florestas de outras folhosas	0,00	0,00	2,62	14,77	2,62
Florestas de outros carvalhos	0,00	0,00	12,84	72,40	12,84
Florestas de pinheiro bravo	8,77	49,42	0,00	0,00	-8,77
Florestas de pinheiro manso	0,00	0,00	0,18	1,03	0,18
Florestas de sobreiro	0,26	1,48	0,26	1,48	0,00
Matos	3,31	18,64	0,00	0,00	-3,31
Mosaicos culturais e parcelares complexos	0,29	1,63	0,29	1,63	0,00
Olivais	0,58	3,25	0,70	3,94	0,12
Pastagens melhoradas	0,00	0,00	0,12	0,70	0,12
Pomares	0,05	0,30	0,54	3,03	0,49
Tecido edificado descontínuo	0,09	0,49	0,09	0,49	0,00
Total	17,74	100	17,74	100	

a.4. Domínio hídrico

O Domínio Público Hídrico é constituído pelo conjunto de bens que pela sua natureza são considerados de uso público e de interesse geral, que justificam o estabelecimento de um regime de carácter especial aplicável a qualquer utilização ou intervenção nas parcelas de terreno localizadas nos leitos das águas do mar, correntes de água, lagos e lagoas, bem como as respetivas margens e zonas adjacentes a fim de os proteger.

A constituição de servidões administrativas e restrições de utilidade pública relativas ao Domínio Público Hídrico segue o regime previsto na legislação aplicável, nomeadamente a Lei n.º 54/2005 de 15 de novembro e a Lei n.º 58/2005 de 29 de dezembro, na sua redação atual.

Consideram-se recursos hídricos todas as águas subterrâneas ou superficiais, os respetivos leitos e margens e ainda, as zonas de infiltração máxima, as zonas adjacentes e as zonas protegidas.

Através da consulta da informação disponível no Sistema Nacional de Informação Territorial (SNIT), podemos verificar que na área da AIGP de Travessa não se encontram delimitadas áreas sujeitas à servidão do Domínio Público Hídrico.

a.5. Outros regimes relevantes para a gestão

A área da AIGP de Travessa encontra-se inserida na zona de caça municipal das freguesias de Machio e Portela do Fojo, da Pampilhosa da Serra e de Cambas.

Segundo o Decreto-Lei n.º 202/2004 de 18 de agosto, na sua redação atual, as Zonas de Caça Municipais (ZCM) são constituídas de forma a proporcionar o exercício organizado da caça a um número maximizado de caçadores em condições particularmente acessíveis.

Tabela A.2.17 – Zonas de caça existente na AIGP de Travessa

N.º zona de caça	Designação da zona de caça	Entidade gestora	Área (ha)
4796	ZCM das freguesias de Machio e Portela do Fojo	Associação de Caçadores das freguesias de Machio e Portela do Fojo	7 407
3893	ZCM Pampilhosa da Serra	Município de Pampilhosa da Serra	12 721
5374	ZCM de Cambas	Clube de Caça e Pesca de Cambas	3 710

A gestão da atividade cinegética é regulamentada pelos Planos de ordenamento e Gestão Cinegética, pelos Planos de Gestão e pelos Planos anuais de Exploração.

A gestão sustentável dos recursos cinegéticos, contribui para uma gestão efetiva dos habitats, para a conservação da natureza e a manutenção da biodiversidade, assim como favorecem a proteção contra incêndios rurais, com a criação de áreas de descontinuidade, importantes nas ações de prevenção e combate a incêndios rurais.

Com o objetivo de potenciar a recuperação e dinamização de ecossistemas cinegéticos, a presente OIGP preconiza as seguintes ações:

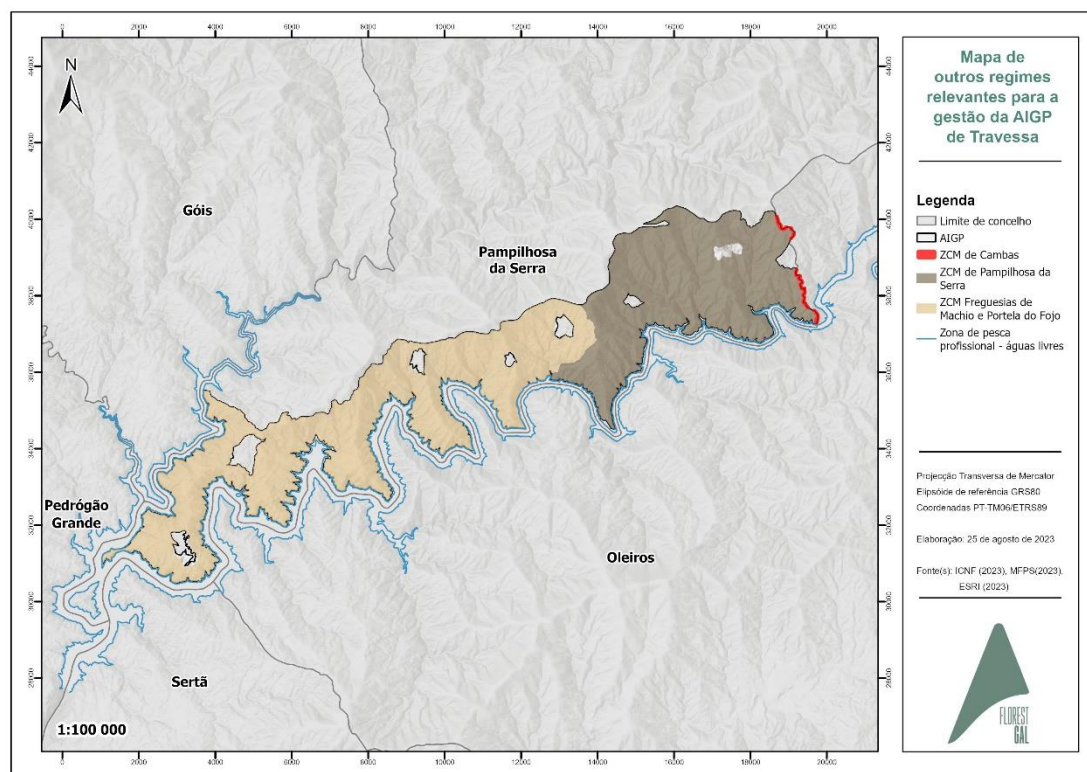
- Aproveitamento da regeneração natural;
- Manutenção e valorização de áreas com espécies de grande valor ambiental;
- Diversificação dos povoamentos florestais com espécies autóctones, promovendo desta forma uma gestão dos habitats de fauna;
- Recuperação das linhas de água com espécies ripícolas, fomentadoras da presença de avifauna;
- Intervenção no subcoberto, com a finalidade de disponibilização de alimento, refúgio e locais para reprodução;
- Minimização dos impactes provocados pelas ações de mobilização do solo decorrentes das ações mecânicas, estando estas preconizadas apenas em áreas com um declive inferior a 25%, pelo que nas áreas mais sensíveis o planeamento das operações definiu como alternativa, intervenções moto-manuais;
- Criação de zonas de atração (pastagens melhoradas), com o objetivo de reduzir o impacto negativo que algumas espécies, nomeadamente o veado e o javali, podem gerar nos povoamentos florestais em fase inicial de desenvolvimento.

Para além das ações acima mencionadas, o planeamento das operações florestais, deve assegurar a proteção e conservação dos ecossistemas existentes, assim como deve ter presente as épocas de acasalamento, reprodução e nidificação das espécies.

Deverão também, as entidades gestoras das ZCM ser integradas no processo de planificação das intervenções para mitigar os efeitos negativos da redução das áreas de refúgio da fauna cinegética provocada pela eliminação das áreas de matos e para

maximizar as vantagens decorrentes do aumento e dispersão das áreas cultivadas, assim como da instalação de pastagens de sequeiro nas linhas de festo.

Figura A.2.28 - Mapa de outros regimes relevantes para a gestão



Relativamente às zonas de pesca, destaca-se a o rio Zêzere e o rio Unhais, os quais foram autorizados como zona de pesca profissional em águas livres.

Com o objetivo de potenciar a recuperação e dinamização de ecossistemas aquícolas, a presente OIGP visa a recuperação e preservação das galerias ripícolas com espécies autóctones, com o objetivo de favorecer os ecossistemas aquáticos, potenciando um aumento da sua produtividade através da disponibilização de alimentos e diversificação da estrutura física do habitat. As operações florestais devem minimizar o impacto negativo, assegurando a permanência de um correto nível de coberto vegetal.

a) Planos de Gestão Florestal

Através da consulta do site do ICNF, podemos verificar que na área da AIGP de Travessa, não existem planos de gestão florestal em vigor.

A.2.4. Ações de divulgação e de acompanhamento junto dos atores locais e proprietários

Desde a constituição da AIGP o município tem vindo a promover a realização de várias sessões públicas com os proprietários e demais interessados, fundamentalmente para que estes tenham conhecimento da existência do projeto e que se mobilizem e efetuem o registo das suas propriedades junto do BUpi, quer no balcão existente nas instalações do Município, quer através do site na internet.

A publicitação destas sessões e informação da AIGP, foram efetuadas através de painéis publicitários, dos meios de comunicação locais, publicação de Editais e envio de cartas.

O registo das propriedades no BUpi e a transmissão dos dados à Entidade Gestora será fundamental para permitir à Entidade Gestora o conhecimento detalhado das diversas propriedades e dos respetivos proprietários, possibilitando o estabelecimento de contactos com vista à obtenção de Declarações de Adesão e posteriormente a contratualização da gestão, nos termos em que se vier a definir.

Posteriormente, já com a participação da Entidade Gestora, foram efetuadas novas rondas de sessões públicas para divulgação e apresentação da AIGP e do projeto preliminar da OIGP e o esclarecimento de dúvidas e questões, através da abertura aos participantes de perguntas e respostas.

Foi ainda elaborado pela Entidade Gestora e distribuído pelo Município junto dos munícipes e outras entidades, com quem tem havido uma estreita articulação e colaboração, o seguinte folheto com indicação da zona abrangida pela OIGP e com o apelo para que os proprietários efetuem a Representação Gráfica Georreferenciada (RGG) das suas propriedades, junto do BUpi, evitando assim que no futuro venham a ser consideradas Terras Sem Dono Conhecido.

Figura A.2.29 - Folheto Travessa

A FlorestGal é a entidade gestora da Área Integrada de Gestão da Paisagem da TRAVESSA

O projeto (OIGP) tem como objetivos:

- Redução do risco de incêndio
- Combate ao abandono agrícola e florestal
- Proteção e segurança da comunidade
- Desenvolvimento da economia da floresta
- Valorizar a aptidão dos solos

Adira à OIGP da Travessa. Beneficie de financiamento do PRR a 100% para as ações de reconversão da paisagem (2 anos):

- Investimentos de silvicultura sustentável
- Investimentos na limpeza e prevenção de fogos rurais, controlo de pragas e de espécies invasoras lenhosas;
- Investimentos agrícolas

Apoios a 20 anos
Apoios para a manutenção e gestão de povoamentos florestais
Remuneração dos serviços de ecossistemas

A sua propriedade é um bem. Não deixe de a rentabilizar. Registe-o no BUPI.

Se tiver dúvidas contacte a FlorestGal
236 550 550 | geral@florestgal.pt
Av. Comendador Joaquim Araújo Lacerda
n.º 16-18, 32600-412 Figueiró dos Vinhos





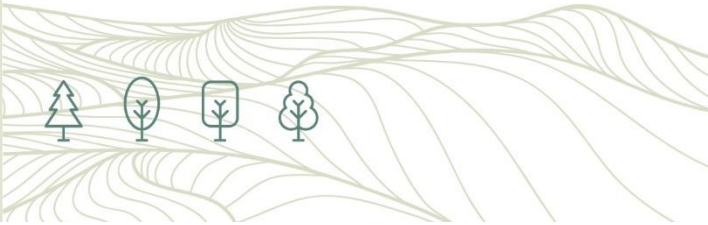






É PROPRIETÁRIO DE TERRENOS NA AIGP DA TRAVESSA

Defenda os seus interesses
Registe a sua propriedade
Conheça as vantagens
Não deixe que o seu terreno tenha dono desconhecido



Quer investir e melhorar a gestão da sua propriedade?

Aproveite a oportunidade, participe no processo das OIGP, sem custos para si.

Não tem possibilidade de o fazer?

A FlorestGal garante a execução das ações através de um contrato para a gestão da sua propriedade.

Quer fazer um registo simplificado?

Dirija-se à Conservatória do Registo Civil de Pampilhosa da Serra ou aos serviços de atendimento do Balção Único do Prédio (BUP) no Município.

O atendimento funciona das 9h00 às 12h30 e das 14h00 às 17h, de segunda a sexta.

Faça a sua marcação:
Conservatória do registo Civil de Pampilhosa da Serra:
235 590 130
Município de Pampilhosa da Serra:
235 590 320

Não perca tempo leve os documentos:

- Cartão de Cidadão (ou Bilhete de Identidade e NIF - número de identificação fiscal);
- Caderneta predial com o número das matrizes;
- Se o interessado se fizer representar - preencha previamente uma Procuração simplificada modelo BUP ou um documento formal, que comprove a legitimidade do promotor para dar início ao procedimento de RGG.

Documentos facultativos:

- Levantamento topográfico, caso o promotor tenha feito previamente o levantamento das coordenadas;
- Documento que comprove a titularidade direito de propriedade, se existir, ou formulário modelo IRN para justificação do pedido de registo.



Freguesias abrangidas:
- Pampilhosa da Serra
- Portela do Fojo - Machio

Área total de intervenção:
4.005ha



Para além dos contactos e reuniões com as entidades e alguns proprietários que se têm dirigido à sede da Florestgal, S.A., a Entidade Gestora, até à presente data participou nas seguintes sessões públicas:

- 29 de julho de 2022: sede da Florestgal, S.A., em Figueiró dos Vinhos;
- 16 julho de 2023: Sede da Liga de Melhoramentos da Amoreira;
- 17 julho de 2023: Junta da Freguesia da Pampilhosa da Serra;
- 17 julho de 2023: Casa do Concelho da Pampilhosa da Serra em Lisboa.

Figura A.2.30 - Sessões Públicas





EDITAL N.º 3473

JORGE ALVES CUSTÓDIO, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PAMPILHOSA DA SERRA **TORNA PÚBLICO QUE:**

A **Área Integrada de Gestão da Paisagem (AIGP) da Travessa** foi constituída a 16 de julho de 2021 e abrange as freguesias de Portela do Fojo-Machio e Pampilhosa da Serra, com uma área total de 4.005ha, conforme o **mapa anexo** e tem como Entidade Gestora a Florestgal – Empresa de Gestão e Desenvolvimento Florestal, S.A..

A constituição da AIGP visa a concretização de um modelo de gestão agrupada do território, através de uma entidade gestora designada para o efeito e envolvendo os diferentes proprietários, com o objetivo de operar uma transformação e gestão da paisagem, destinadas a reduzir a vulnerabilidade e aumentar a resiliência aos incêndios rurais.

À Entidade Gestora Florestgal – Empresa de Gestão e Desenvolvimento Florestal, S.A., compete a elaboração do projeto de transformação da paisagem, designado por **Operação Integrada de Gestão da Paisagem (OIGP)**, que inclui o desenho da paisagem futura e a programação física e financeira de um conjunto de intervenções de reconversão e de valorização de usos e ocupações do solo, a executar nos 2 anos iniciais, financiadas pelo Programa de Recuperação e Resiliência (PRR), bem como, a programação das ações que asseguram a gestão ativa e a promoção dos serviços dos ecossistemas, a desenvolver ao longo de 20 anos, financiadas pelo Fundo Ambiental (FA).

Para a elaboração, aprovação e execução da OIGP é fundamental que a Entidade Gestora envolva os proprietários na decisão sobre as melhores soluções para a transformação da paisagem e conte com a sua participação e colaboração na preparação do projeto e na sua concretização, o que exige o conhecimento e a delimitação dos respetivos prédios.

Assim, considerando que:

- A informação cadastral é um requisito essencial para o prosseguimento do processo de elaboração da OIGP;
- Os trabalhos de elaboração da OIGP terão de ser concluídos no curto prazo para que a sua aprovação e as intervenções no terreno possam ocorrer nos prazos impostos pelo financiamento do PRR;
- Os trabalhos de mobilização dos proprietários e de promoção da Representação Geográfica Georreferenciada (RGG) dos respetivos prédios, no Balcão Único do Prédio (BUPI), ainda decorre e assume especial relevância e urgência;
- Os prédios rústicos ou mistos sem descrição no registo predial e omissos na matriz podem, em determinadas circunstâncias, presumir-se sem dono conhecido.

Informa-se os proprietários de prédios localizados na AIGP da Travessa, que deverão dirigir-se no prazo de 30 dias ao balcão de atendimento BUPI, abaixo identificado para, caso ainda não o tenham feito, procederem à identificação das suas propriedades.

Para as áreas incluídas na AIGP que não tenham associado uma RGG ou a identificação do prédio rústico com o seu titular, será desencadeado o procedimento de identificação da situação de prédio sem dono conhecido, de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 23.º, do Decreto-Lei n.º 28-A/2020, de 26 de

B. Programação da execução

B.1. Unidades de intervenção

As Unidades de Intervenção (UI), foram definidas de acordo com o preconizado no “Quadro de referência de apoio à elaboração das propostas” e correspondem a áreas com as mesmas condições edafoclimáticas e de ocupação de solo, nas quais se pretende realizar um conjunto de operações com as mesmas características tendo em vista a sua reconversão para outro uso ou a manutenção e/ou valorização do uso existente.

Para a definição das Unidades de Intervenção, foi tida em consideração a verificação cumulativa dos seguintes critérios:

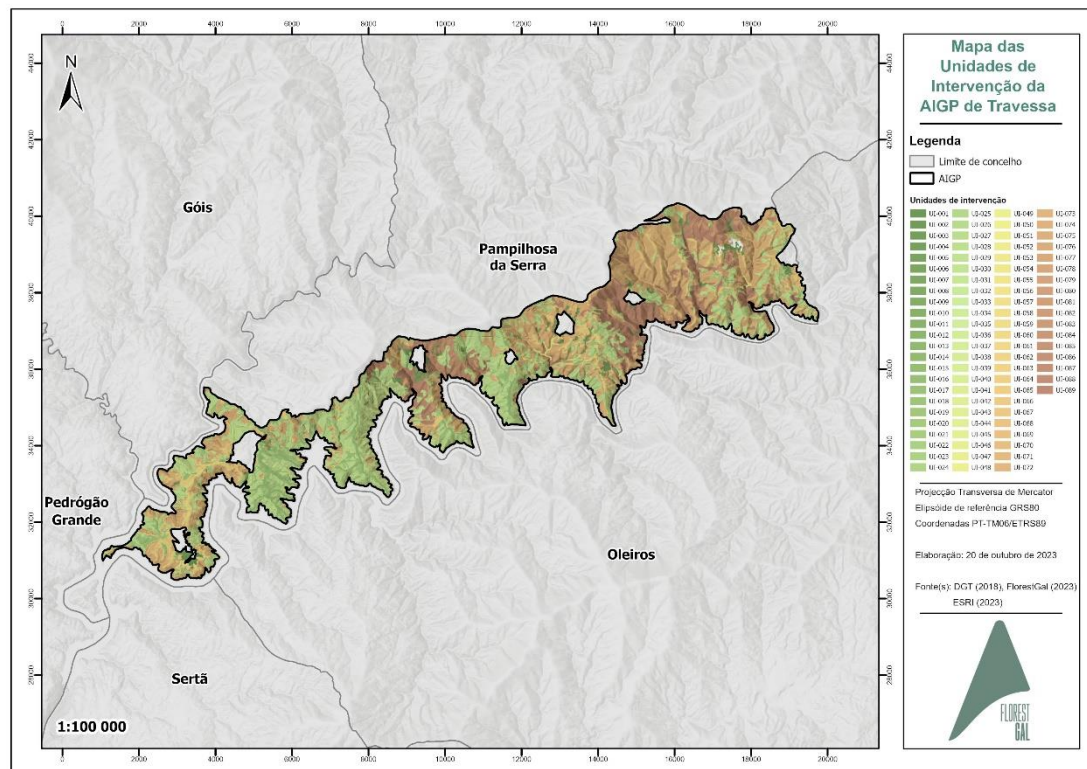
- Ocupação atual do solo – agrupando todas as áreas em que se verifica a mesma ocupação atual (POSA);
- Ocupação proposta do solo – agrupando todas as áreas para as quais se propõe a mesma ocupação (POSP)
- Classe de declive – agrupando as áreas em duas classes de declive (<25% - classe em que se considerou que é possível a realização de operações mecânicas e =>25% - classe em que se considerou que as operações a realizar seriam obrigatoriamente moto-manuais);
- Função – agrupando áreas de acordo com a sua função principal.

As Unidades de Intervenção foram então definidas, como áreas em que todos os critérios são coincidentes.

A combinação deste conjunto de critérios deu origem às Unidades de Intervenção constantes na figura da alínea seguinte e cuja listagem se apresenta no Anexo 01 – Quadro das Unidades de Intervenção.

a) Mapeamento das Unidades de Intervenção

Figura B.1.1 - Mapa das unidades de intervenção



b) Quadro das unidades de intervenção

Devido à sua dimensão, o quadro contendo as Unidades de Intervenção consta do Anexo 01 – Quadro das Unidades de Intervenção.

B.2. Modelo de exploração florestal

Para as áreas que tem como função principal a produção, os modelos de silvicultura utilizados foram adaptados dos preconizados no PROF Centro Litoral de forma a ser possível conciliar as operações necessárias à instalação/valorização dos povoamentos florestais com os montantes máximos elegíveis, tendo em consideração a totalidade da área proposta.

Relativamente à instalação de novos povoamentos em áreas com funções principais de proteção e conservação, como a instalação de povoamentos está condicionada a um período temporal curto, na instalação, serão constituídos povoamentos equiênicos. A tipologia das intervenções deve tendencialmente modificar a composição da estrutura horizontal e vertical dos povoamentos.

Esta forma de intervenção pretende influenciar, positivamente, e no médio-longo prazo, a criação de condições para a coexistência de árvores diferentes espécies e idades, estados de desenvolvimento, constituindo assim, um mosaico onde estejam presentes árvores jovens provenientes de regeneração natural e árvores de idade avançada ou mesmo decrépitas.

Sempre que se proceder à valorização de povoamentos já existentes, o modelo de silvicultura deve ser ajustado para promover uma diferenciação equilibrada em termos de distribuição das diversas classes etárias e/ou de dimensão. Deverão ser executados cortes salteados e seletivos, criando desta forma uma estrutura jardinada.

Por essas razões devem ser implementados modelos de silvicultura “mais próximos da natureza”, promovendo a diversidade de espécies florestais com melhor aptidão para as condições edafoclimáticas. Deve ser preservada e potenciada a regeneração natural, respeitando desta forma os processos naturais.

Estas áreas contribuem positivamente para a conservação do solo e da água, melhoram a estabilidade e resiliência, incrementando a biodiversidade e a conservação dos recursos naturais.

Estes modelos de silvicultura permitem uma oferta flexível e continua de produtos e serviços diversificados, melhorando a conservação da natureza, o valor recreativo e cultural dos espaços florestais.

As tipologias florestais da COS preconizadas nesta proposta, preveem a instalação de novos povoamentos de florestas de outras folhosas, de outros carvalhos, de pinheiro-bravo, de pinheiro manso e de sobreiro, para além da manutenção de florestas de eucalipto, de outras folhosas, de outras resinosas, de pinheiro-bravo e de sobreiro.

As Florestas de Outras Folhosas (nomenclatura COS2018) incluem povoamentos de espécies como o medronheiro. A vegetação ripícola é incluída também nesta classificação COS2018 e é constituída por espécies como amieiros, bétulas, ulmeiros, salgueiros, freixos, choupos, etc. Deve ser promovida a sua valorização e a sua densidade ajustada por forma a cumprir mais eficazmente a sua função principal de proteção das linhas de água.

As Florestas de Outros Carvalhos (nomenclatura COS2018) incluem os novos povoamentos a instalar assim como os povoamentos existentes a valorizar de carvalho português, carvalho alvarinho e carvalho negral, espécies florestais a privilegiar do Grupo I e II na Sub-região Homogénea das Florestas da Beira Serra, no Plano Regional de Ordenamento Florestal do Centro Interior.

Na execução de todas as operações de reconversão ou de valorização dos Povoamentos Florestais (nomenclatura COS2018) deve ter-se em atenção a necessidade de preservação de todos os exemplares de espécies protegidas, assim como todos os exemplares ou conjunto de exemplares com interesse de conservação, que permitam o estrito cumprimento das normas legais em vigor e a implementação das boas práticas.

a) Instalação de novos povoamentos de florestas de outras folhosas (538,2 ha)

UI-021, UI-022, UI-033, UI-034, UI-040, UI-059, UI-060, UI-068, UI-069, UI-079, UI-080, UI-087 e UI-088

Nestas áreas pretende-se instalar árvores características da vegetação ripícola, como a cerejeira brava, o freixo e o choupo (nas áreas envolventes às linhas de água) e medronheiro.

Os modelos de silvicultura utilizados são adaptados com base nos modelos de produção do PROF por forma a permitir que os novos povoamentos a instalar cumpram a sua função:

- CB (Povoamento puro de cerejeira brava, em alto-fuste, com objetivo principal produção de lenho);

- CH (Povoamento puro de choupo, com objetivo principal produção de lenho);
- Fr (Povoamento puro de freixo, em alto-fuste, com objetivo principal produção de lenho).
- MD (Povoamento puro de medronheiro para produção de fruto).

Estes novos povoamentos têm como principais funções a conservação dos habitats e dos recursos genéticos, proteção às linhas de água.

No caso da cerejeira, do choupo e do freixo, a densidade inicial da plantação deverá ser de 950 árvores/ha, pretendendo-se que no termo de exploração existam cerca de 400 árvores/ha. No caso do medronheiro, a densidade inicial deverá ser de 600 árvores/ha, pretendendo-se que no povoamento adulto existam 100 árvore/ha. Sempre que possível, as plantas devem ter proveniências locais ou de proximidade, para que estejam mais bem adaptadas às condições edafoclimáticas.

Para CB, CH e Fr:

Ano 0 – Instalação dos povoamentos por plantação.

Os povoamentos deverão ser instalados por plantação. Sempre que existir regeneração natural, deve ser aproveitada.

Ano 3 e 5 – Limpeza da vegetação espontânea herbácea e arbustiva

Esta limpeza deve ser realizada para impedir a concorrência direta da vegetação espontânea com as plantas jovens.

Ano 7 – Rolagem e limpeza da vegetação espontânea herbácea e arbustiva

A rolagem deverá incidir sobre as árvores malconformadas ou danificadas. A operação de limpeza da vegetação espontânea herbácea e arbustiva deve também incluir a destruição dos materiais resultantes da rolagem.

Ano 15 – Poda de formação, desramação e limpeza da vegetação espontânea herbácea e arbustiva

Devem ser podadas e desramadas todas as árvores que se pretendem que mantenham no povoamento. Os resíduos produzidos nesta operação devem ser destruídos na operação de limpeza da vegetação herbácea e arbustiva.

Ano 20 – Desbaste e limpeza da vegetação espontânea herbácea e arbustiva

Deve ser realizado um desbaste de grau leve, deixando as árvores que se pretende manter no povoamento, por forma a que não exista continuidade de copas. A limpeza da vegetação espontânea herbácea e arbustiva deve também incluir a destruição dos restos provenientes desta operação, que não tenham aproveitamento económico.

Para MD:

Ano 0 – Instalação dos povoamentos por plantação.

Os povoamentos deverão ser instalados por plantação. Sempre que existir regeneração natural, deve ser aproveitada.

Ano 3 - Poda de formação e limpeza da vegetação espontânea herbácea e arbustiva

A poda de formação tem por objetivo iniciar o processo de condução das árvores para que possuam, no futuro, uma copa arredondada, deve ser realizadas nas plantas mais possantes e bem conformadas. A limpeza deve ser realizada para impedir a concorrência direta da vegetação espontânea com as plantas jovens e, simultaneamente para destruir os restos da poda.

Ano 5 – Limpeza da vegetação espontânea herbácea e arbustiva

A limpeza deve ser realizada para impedir a concorrência direta da vegetação espontânea com as plantas.

Ano 7, 12 e 17 – Poda de manutenção, poda de conformação e limpeza de mato

Com a poda de manutenção pretende-se eliminar todos os ramos secos e débeis, incluindo os da base da copa.

A poda de conformação (atarraque moderado dos ramos verticais) pretende dar continuidade ao processo arredondamento da copa das plantas, iniciado com a poda de formação.

A limpeza da vegetação espontânea deve ser realizada para impedir a concorrência direta da vegetação espontânea com as plantas jovens e para destruir os restos da poda.

b) Instalação de novos povoamentos de florestas de outros carvalhos (821,5 ha)

UI-018, UI-019, UI-030, UI-031, UI-039, UI-048, UI-049, UI-057, UI-058, UI-066, UI-067, UI-077, UI-078, UI-085 e UI-086

Nestas áreas pretende-se instalar outros carvalhos, como por exemplo o carvalho alvarinho, o carvalho cerquinho ou o carvalho negral. Pretende-se tirar partido de zonas em que há maior acumulação de humidade e terrenos que permitam a boa vegetação destas espécies arbóreas.

Os modelos de silvicultura utilizados são adaptados com base nos modelos de produção do PROF por forma a permitir que os novos povoamentos a instalar cumpram a sua função:

- CA (Povoamento puro de carvalho alvarinho ou carvalho negral, em alto-fuste, com objetivo principal produção de lenho);
- CC (Povoamento puro de carvalho cerquinho, em alto fuste, com objetivo principal produção de lenho);

Estes novos povoamentos têm como principais funções a conservação dos habitats e dos recursos genéticos e a proteção às linhas de água.

A densidade inicial da plantação deverá ser de 950 árvores/ha, pretendendo-se que no termo de exploração existam cerca de 100 árvores/ha. Sempre que possível, as plantas devem ter proveniências locais ou de proximidade, para que estejam mais bem adaptadas às condições edafoclimáticas.

Ano 0 – Instalação dos povoamentos por plantação.

Os povoamentos deverão ser instalados por plantação. Sempre que existir regeneração natural, deve ser aproveitada.

Ano 3 e 5 – Limpeza da vegetação espontânea herbácea e arbustiva

Esta limpeza deve ser realizada para impedir a concorrência direta da vegetação espontânea com as plantas jovens.

Ano 7 – Rolagem e limpeza da vegetação espontânea herbácea e arbustiva

A rolagem deverá incidir sobre as árvores mal conformadas ou danificadas. A operação de limpeza da vegetação espontânea herbácea e arbustiva deve também incluir a destruição dos materiais resultantes da rolagem.

Ano 15 – Poda de formação, desramação e limpeza da vegetação espontânea herbácea e arbustiva

Devem ser podadas e desramadas todas as árvores que se pretendem que cheguem ao corte final. Os resíduos produzidos nesta operação devem ser destruídos na operação de limpeza da vegetação herbácea e arbustiva.

Ano 20 – Desbaste e limpeza da vegetação espontânea herbácea e arbustiva

Operação a ser realizada quando existir contacto entre as copas das árvores. Esta operação deve seleccionar as árvores que vão atingir o corte final. Deve ser retirado todo o material que pode ser valorizado comercialmente e destruído todo o restante material, em conjunto com a operação de limpeza da vegetação espontânea herbácea e arbustiva.

O desbaste deve ser seletivo. Não devem ser retiradas mais do que 20% do total das árvores existentes.

c) Instalação de novos povoamentos de pinheiro-bravo (184,0 ha)

UI-023, UI-035, UI-041, UI-052 e UI-089

Nestas áreas pretende-se instalar povoamentos de pinheiro-bravo. São áreas com solos mais empobrecidos e com exposição sul/poente em que a disponibilidade hídrica é menor. Pretende-se utilizar esta espécie como espécie pioneira.

Os modelos de silvicultura utilizados são adaptados com base nos modelos de produção do PROF por forma a permitir que os novos povoamentos a instalar cumpram a sua função:

- PB (Povoamento puro de pinheiro-bravo, com objetivo de produção de lenho

Estes novos povoamentos têm como principal função a produção.

A densidade inicial da plantação deverá ser de 1300 árvores/ha, pretendendo-se que no termo de exploração existam cerca de 100 árvores/ha. Sempre que possível, as plantas devem ter proveniências locais ou de proximidade, para que estejam mais bem adaptadas às condições edafoclimáticas.

Ano 0 – Instalação dos povoamentos por plantação.

Os povoamentos deverão ser instalados por plantação. Sempre que existir regeneração natural, deve ser aproveitada.

Ano 3 e 5 – Limpeza da vegetação espontânea herbácea e arbustiva

Esta limpeza deve ser realizada para impedir a concorrência direta da vegetação espontânea com as plantas jovens.

Ano 8 – Limpeza do povoamento e limpeza da vegetação espontânea herbácea e arbustiva

A limpeza do povoamento tem como objetivo reduzir a densidade do povoamento, assegurando a distribuição mais equilibrada das árvores do povoamento. Devem ser retiradas todas as árvores mortas, malconformadas e danificadas. Todo o material resultante desta operação deve ser destruído conjuntamente com a operação de limpeza da vegetação espontânea.

Ano 15 – Desramação, desbaste e limpeza da vegetação espontânea herbácea e arbustiva

Devem ser desramadas todas as árvores que se pretendem que cheguem ao corte final. Esta operação tem como objetivo a melhoria da qualidade da madeira, pelo aumento da quantidade de lenho limpo sem nós.

O desbaste deve ser seletivo, pelo baixo e não deve exceder

Os resíduos produzidos nesta operação devem ser destruídos na operação de limpeza da vegetação herbácea e arbustiva.

Ano 20 – Desramação e limpeza da vegetação espontânea herbácea e arbustiva

A desramação deve incidir sobre as árvores a manter e não exceder metade da altura total da árvore. A limpeza da vegetação espontânea herbácea e arbustiva deve incluir a destruição da desramação que não tenha aproveitamento económico.

d) Instalação de novos povoamentos de pinheiro manso (33,8 ha)

UI-009, UI-024, UI-036, UI-053, UI-062 e UI-071

Nestas áreas pretende-se instalar povoamentos de pinheiro manso, que terão como principal função a produção. Pretende-se diversificar a ocupação dos espaços

florestais na proximidade dos aglomerados populacionais e proporcionar formas de rendimento alternativas às populações.

Os modelos de silvicultura utilizados são adaptados com base nos modelos de produção do PROF por forma a permitir que os novos povoamentos a instalar cumpram a sua função:

- PM1 (Povoamento puro de pinheiro manso, em alto fuste, com objetivo principal a produção de lenho e fruto).

A densidade inicial da plantação deverá ser de 1300 árvores/ha, pretendendo-se que no termo de exploração existam cerca de 450 árvores/ha. Sempre que possível, as plantas devem ter proveniências locais ou de proximidade, para que estejam melhor adaptadas às condições edafoclimáticas.

Ano 0 – Instalação dos povoamentos por plantação.

Os povoamentos deverão ser instalados por plantação. Sempre que existir regeneração natural, deve ser aproveitada.

Ano 3 e 5 – Limpeza da vegetação espontânea herbácea e arbustiva

Esta limpeza deve ser realizada para impedir a concorrência direta da vegetação espontânea com as plantas jovens.

Ano 8 – Limpeza do povoamento e limpeza da vegetação espontânea herbácea e arbustiva

A limpeza do povoamento tem como objetivo reduzir a densidade do povoamento, retirando seletivamente todas as árvores mortas, doentes ou de pior qualidade. Todo o material resultante desta operação deve ser destruído conjuntamente com a operação de limpeza da vegetação espontânea.

Ano 15 – Desramação, desbaste e limpeza da vegetação espontânea herbácea e arbustiva

Devem ser desramadas todas as árvores que se pretendem que cheguem ao corte final. Esta operação tem como objetivo a melhoria da qualidade da madeira, pelo aumento da quantidade de lenho limpo sem nós e a conformação do fuste.

O desbaste deve ser seletivo e tem o objetivo de retirar do povoamento todas as árvores mortas, doentes e de pior qualidade.

Os resíduos produzidos nesta operação devem ser destruídos na operação de limpeza da vegetação herbácea e arbustiva.

Ano 20 – Desramação, desbaste e limpeza da vegetação espontânea herbácea e arbustiva

A desramação deve incidir sobre as árvores a manter e não deve incidir sobre árvores com dap inferior a 15cm.

O desbaste deve ser seletivo pelo baixo e permite abrir o povoamento, criando melhores condições de vegetação para as árvores que ficam no terreno.

A limpeza da vegetação espontânea herbácea e arbustiva deve incluir a destruição dos restos das operações realizadas, que não tenham aproveitamento económico.

e) Instalação de novos povoamentos de sobreiro (0,2 ha)

UI-017, UI-028, e UI-029

Nestas áreas pretende-se instalar povoamentos de sobreiro.

Os modelos de silvicultura utilizados são adaptados com base nos modelos de produção do PROF por forma a permitir que os novos povoamentos a instalar cumpram a sua função:

- SB1 (Povoamento puro de sobreiro, com objetivo principal a produção de cortiça - lenho como produto secundário).

Estes novos povoamentos têm como principais funções a conservação dos habitats e dos recursos genéticos e a proteção às linhas de água.

A densidade inicial da plantação deverá ser de 450 árvores/ha, pretendendo-se que se mantenham no térreo 150 árvores/ha (povoamento adulto).

Sempre que possível, as plantas devem ter proveniências locais ou de proximidade, para que estejam mais bem adaptadas às condições edafoclimáticas.

Ano 0 – Instalação dos povoamentos por plantação.

Os povoamentos deverão ser instalados por plantação. Sempre que existir regeneração natural, deve ser aproveitada.

Ano 3 e 8 – Limpeza da vegetação espontânea herbácea e arbustiva

Tem como objetivo reduzir a concorrência pela luz, água e elementos minerais. Efetuar quando a vegetação espontânea entra em concorrência diretamente com as jovens plantas. Inicialmente controlar apenas em redor das mesmas, pelo efeito protetor da vegetação acompanhante.

Ano 5 – Desramação e limpeza da vegetação espontânea herbácea e arbustiva

Pretendem-se troncos altos (2-3 metros) e direitos de forma a obterem-se pranchas de cortiça com o melhor aproveitamento industrial. A realizar quando a árvore atinge 1 a 1,5 m de altura. Prioridade à eliminação de forquilhas (caso existam), ramos muito verticais ou com forte tendência para engrossar, com diâmetro igual ou inferior a 4 cm, seguida da eliminação dos ramos mais próximos do solo até 1/3 dos ramos vivos.

Todo o material resultante desta operação deve ser destruído conjuntamente com a operação de limpeza da vegetação espontânea.

Ano 10 e 20 - Desbaste dos sobreiros

Devemos, com esta operação selecionar as árvores de futuro de tendo em consideração a sua distribuição espacial, a qualidade da cortiça e a sua conformação.

Tabela B.2.01 – Modelos de Silvicultura

UNIDADES DE INTERVENÇÃO	MODELO DE SILVICULTURA	ANO																				
		0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
UI-018, UI-019, UI-030, UI-031, UI-039, UI-048, UI-049, UI-057, UI-058, UI-066, UI-067, UI-077, UI-078, UI-085, UI-086	CA e CC	P			Lm		Lm		Lm								Lm					Lm
																Pf						
									R							Dr						
UI-034, UI-060, UI-069, UI-088	CB, Ch e Fr	P			Lm		Lm		Lm								Lm					Lm
																Pf						
									R							Dr						
UI-021, UI-022, UI-033, UI-040, UI-059, UI-068, UI-079, UI-080, UI-087	MD	P			Lm		Lm		Lm					Pf			Lm			Pf		Lm
															Pf							
														Pc		Pc						Pc
UI-023, UI-035, UI-041, UI-052, UI-089	PB	P			Lm		Lm			Lm							Lm					Lm
																Db						
										Lp						Dr						
UI-009, UI-024, UI-036, UI-053, UI-062, UI-071	PM1	P			Lm		Lm			Lm							Lm					Lm
																Db						
										Lp						Dr						
UI-017, UI-028, UI-029	SB1	P			Lm		Lm			Lm												
														Db								Db

Plantação	P
Limpeza da vegetação espontânea	Lm
Rolagem	R
Poda de formação	Pf
Poda de conformação	Pc
Desramação	Dr
Desbaste	Db
Limpeza do povoamento	Lp

B.3. Modelo de exploração em áreas agrícolas

As áreas agrícolas inseridas na AIGP estão agrupadas em:

- Agricultura com espaços naturais e seminaturais;
- Culturas temporárias e/ou pastagens associadas ao olival;
- Mosaicos culturais e parcelares complexos;
- Olivais;
- Pastagens melhoradas;
- Pomares; e
- Vinha

A agricultura com espaços naturais e seminaturais e Mosaicos culturais e parcelares complexos ocupam 77,7ha.

Com esta proposta pretende-se estimular a manutenção de toda a atividade agrícola ainda existente e, sempre que viável, o seu incremento, permitindo e incentivando, desta forma, a gestão das áreas agrícolas e o aproveitamento dos solos com este potencial de utilização.

As áreas de agricultura em espaços naturais e seminaturais (UI-007 e UI-008) com 31,1 ha e mosaicos culturais e parcelares complexos (UI-005 e UI-006), com 46,6 ha, tem como função principal a produção. Pretende-se fazer a sua valorização, nomeadamente através da fertilização solo e correção de pH. Nestas áreas o regime é de pequena agricultura de subsistência, muito ligada à fertilidade associada aos solos circundantes às linhas de água. Cultivam-se hortas, milho, batatas, entre outros produtos para consumo humano e animal. O incremento do seu potencial produtivo e de rendimento pode permitir o desenvolvimento de cadeias curtas de distribuição de produtos que podem ser diferenciados qualitativamente.

Nos olivais existentes (UI-002 e UI-003), com 30,2 ha, cuja função principal é a produção, pretende-se fazer a sua valorização efetuando limpezas da vegetação espontânea e efetuando podas de formação, melhorando as condições de vegetação e formando oliveiras com melhor conformação, que permitirá aumentar o rendimento da cultura. A fertilização e correção do pH do solo também contribuirão para esse aumento.

Pretende-se também reconverter 18,1 ha da área, com a instalação de novos olivais (UI-015, UI-026, UI-043, UI-047, UI-055, UI-064, UI-075 e UI-083), também com função de produção, cujo incremento trará inúmeros benefícios para as populações.

A instalação dos novos olivais será efetuada por plantação, utilizando variedades adaptadas às condições locais. Após o primeiro ano será realizada a retanha em simultâneo com a sacha e amontoa, para permitir a melhor instalação das plantas. Na fase de formação do olival, a vegetação espontânea deve ser mantida na entrelinha durante o inverno e para o seu controlo devem ser utilizados meios mecânicos, sem remoção da manta morta, para proteção do solo do olival.

No período de formação do olival podem ser realizadas podas de formação que vão estruturar adequadamente as plantas e proporcionar entrada precoce em produção. Deve ter-se especial atenção para o estado fitossanitário do olival, efetuando, sempre que necessário, as intervenções adequadas.

A reconversão de 162,4 ha da área para pastagens melhoradas (UI-016, UI-027, UI-056, UI-065, UI-076 e UI-084) e a beneficiação de 1,0 ha de culturas temporárias e/ou pastagens melhoradas associadas a olival (UI-004). Nestas Unidades de Intervenção, as pastagens serão instaladas maioritariamente nas áreas confinantes às linhas de cumeada e desempenharão a função de suporte à silvopastorícia (a Silvopastorícia, Caça e Pesca está definida como uma das funções principais para a Sub-região Homógena da Floresta da Beira Serra, no Plano Regional de Ordenamento Florestal do Centro Litoral), oferecendo condições para a instalação de explorações pecuárias com a criação de áreas aptas para pastoreio e a disponibilidade de alimento para os seus rebanhos. Possibilitam também o fornecimento de alimento para os herbívoros selvagens, diminuindo a pressão exercida nas novas plantações florestais e sobre as áreas agrícolas. Em simultâneo estas áreas, além da compartimentação do território maioritariamente ocupado por floresta, criam descontinuidades nos combustíveis, criando oportunidades de intervenção.

No nível 4 da COS2018 as pastagens podem ser classificadas como pastagens melhoradas ou pastagens espontâneas. Optou-se por classificar estas áreas como pastagens melhoradas e as operações previstas para estas áreas enquadradas na tabela

de custos unitários como melhoria de pastagens permanentes de sequeiro por sementeira direta.

Na execução de todas as operações que conduzem à instalação de pastagens melhoradas (nomenclatura COS2018) ou melhoria de pastagens permanentes de sequeiro deve ter-se em atenção a necessidade de preservação de todos os exemplares de espécies protegidas, assim como toda a regeneração natural, que permitam o estrito cumprimento das normas legais em vigor e a implementação das boas práticas

Pretende-se instalar 74,4 ha de amendoal (UI-001, UI-014, UI-025, UI-042, UI-046, UI-054, UI-063, UI-074 e UI-082), maioritariamente ao longo da estrada nacional N344 que tem como principal função a produção de fruto seco, mas cuja função de compartimentação e as inerentes mais-valias em termos do enquadramento paisagístico, não podem deixar de ser evidenciadas.

Como elemento de grande destaque, fulcral a toda esta AIGP, a instalação de 60 ha de vinha na zona do Trinhão (UI-081), cuja função principal será a de produção de uva para vinificação e que potenciará o enquadramento paisagístico dos meandros do Zêzere.

C. Investimento e financiamento

Na determinação dos valores relativos ao financiamento necessário para implementar as operações previstas, quer na reconversão quer na valorização da paisagem, foram utilizados os valores constantes da Tabela de custos referida no “Quadro de referência de apoio à elaboração das propostas”, atualizado em agosto de 2023 (https://www.dgterritorio.gov.pt/download/OIGP/OIGP_TabelasCustos.xlsx).

O conjunto de operações a realizar foi selecionado de forma a atingir os objetivos propostos, dentro das tipologias das diferentes intervenções.

Na determinação dos valores relativos à remuneração dos Serviços de Ecossistemas, foram utilizados os valores constantes da Orientação Técnica - Apoios à Gestão, Manutenção e Remuneração dos Serviços dos Ecossistemas, do Fundo Ambiental.

C.1. Ações de Reconversão e Valorização da Paisagem

a) Investimento estimado em ações de reconversão e valorização da paisagem

A AIGP tem uma ocupação atual de 1637,1 ha de eucalipto (41% da área a intervencionar), dos quais, no âmbito da OIGP, está previsto efetuar a alteração da ocupação em 864,9 ha. Desta área inicial de eucalipto, 1356,0 ha (34% da área a intervencionar) estão situados em encostas com declive superior a 25%, dos quais se pretende alterar a ocupação em 646,3 ha.

Em média, o valor necessário estimado para proceder à reconversão de eucalipto é superior a 4.500€/ha, valor esse que, no caso dessa reconversão ocorrer nas áreas com declives superiores a 25% é superior a 5.300€/ha.

Também a instalação da vinha, de acordo com as características pretendidas (17 209,00€/ha), aporta um acréscimo significativo aos investimentos necessários.

Tendo em conta as características orográficas e da paisagem nesta AIGP, verifica-se que o limite preconizado na 2ª republicação da OT n.º 03/C08-IO1.01/2022, versão 3.0 de agosto de 2023, que refere no seu ponto 4.2.3 que o financiamento público global

não deverá ultrapassar o custo médio de 2 500,00€/ha da área da OIGP a intervencionar, condiciona a tipologia e o enquadramento financeiro das operações a realizar.

Para enquadrar os valores de financiamento necessário para proceder à implementação da OIGP nos valores máximos previstos nessa Orientação Técnica, foram suprimidas algumas operações, nas áreas florestais, que não colocam em risco a operação, mas que dificultam a instalação dos povoamentos.

Dessa forma, não se contabilizaram as seguintes operações:

- Povoamentos de outras folhosas – Fertilização, correção do pH, as proteções individuais e a sacha a amontoa;
- Povoamentos de outros carvalhos – Fertilização, correção do Ph, proteções individuais e a sacha e amontoa;
- Povoamentos de pinheiro-bravo – Fertilização e correção do pH;
- Povoamentos de pinheiro manso – Fertilização e correção do pH;
- Povoamentos de sobreiro - Fertilização, correção do pH, as proteções individuais e a sacha a amontoa

Também não foi considerado, no quadro dos financiamentos da OIGP da Travessa, o investimento necessário para instalação de 10 ha de vinha, uma vez que o Município de Pampilhosa da Serra tem já aprovado um projeto para financiamento desta parte da vinha integrada na OIGP, retirando-se assim 172 090,00€ (17 209€/ha para instalação de 10 ha de vinha, de acordo a tabela de custos unitários, para as características pretendidas).

O valor de investimento para as diferentes ocupações propostas – agrícola e florestal- agrupam-se nos quadros seguintes de acordo com a sua tipologia:

Tabela C.1.01 – Financiamento da Ocupação Agrícola

Ocupação Agrícola Proposta	Tipo	Área (ha)	Valor (€)
Agricultura com espaços naturais e seminaturais	Valorização	31,116	7 032,24 €
Culturas temporárias e/ou pastagens melhoradas associadas a olival	Valorização	1,000	2 074,52 €
Mosaicos culturais e parcelares complexos	Valorização	46,569	10 524,53 €
Olivais	Reconversão	18,051	117 973,88 €
	Valorização	30,173	53 400,06 €
Pastagens	Reconversão	162,397	324 383,43 €
Pomares	Reconversão	74,430	521 857,42 €
	Valorização	1,146	2 459,48 €
Vinhas	Reconversão	66,382	1 142 359,65 €

Nota: os valores constantes da tabela C.1.01 inclui o montante de 172 090,00 €, suportados pelo PDR2020 relativamente aos 10 ha de vinha a instalar e 109 827,84 € relativa a áreas da vinha que serão destinadas a infraestruturas de apoio, conforme identificado no ponto b) e na tabela C.1.03.

Tabela C.1.02 – Financiamento da Ocupação Florestal

Ocupação Florestal Proposta	Tipo	Área (ha)	Valor (€)
Florestas de eucalipto	Valorização	378,990	664 623,79 €
Florestas de outras folhosas	Reconversão	538,228	1 705 652,79 €
	Valorização	21,749	41 356,65 €
Florestas de outras resinosas	Valorização	1,960	1 799,48 €
Florestas de outros carvalhos	Reconversão	821,544	2 603 427,50 €
Florestas de pinheiro bravo	Reconversão	183,956	628 724,70 €
	Valorização	1184,352	2 117 039,38 €
Florestas de pinheiro manso	Reconversão	33,831	66 009,93 €
Florestas de sobreiro	Reconversão	0,248	575,17 €
	Valorização	6,163	11 360,55 €

b) Investimento global estimado para a reconversão e valorização da paisagem

ID da Unidade de intervenção (UI)	Ocupação do solo (COS) proposta	ÁREA (ha)	Custo	Custo médio (€/ha)
UI-007, UI-008	Agricultura com espaços naturais e seminaturais	31,116	7 032,24 €	226,00 €
UI-004	Culturas temporárias e/ou pastagens melhoradas associadas a olival	1,000	2 074,52 €	2 074,95 €
UI-020, UI-032, UI-037, UI-038	Florestas de eucalipto	772,129	664 623,79 €	860,77 €
UI-021, UI-022, UI-033, UI-034, UI-040, UI-044, UI-045, UI-050, UI-051, UI-059, UI-060, UI-068, UI-069, UI-079, UI-080, UI-088	Florestas de outras folhosas	559,978	1 747 009,43 €	3 119,78 €
UI-072, UI-073	Florestas de outras resinosas	1,960	1 799,48 €	918,00 €
UI-018, UI-019, UI-030, UI-031, UI-039, UI-048, UI-049, UI-057, UI-058, UI-066, UI-067, UI-077, UI-078, UI-085, UI-086	Florestas de outros carvalhos	821,544	2 603 427,50 €	3 168,95 €
UI-023, UI-035, UI-041, UI-052, UI-061, UI-070, UI-089	Florestas de pinheiro bravo	1368,309	2 745 764,07 €	2 006,68 €
UI-009, UI-024, UI-036, UI-053, UI-062, UI-071	Florestas de pinheiro manso	33,831	66 009,93 €	1 951,15 €
UI-010, UI-011, UI-012, UI-013, UI-017, UI-028, UI-029	Florestas de sobreiro	6,412	11 935,72 €	1 861,50 €
UI-005, UI-006	Mosaicos culturais e parcelares complexos	46,569	10 524,53 €	226,00 €
UI-002, UI-003, UI-015, UI-026, UI-043, UI-047, UI-055, UI-064, UI-075, UI-083	Olivais	48,224	171 373,93 €	3 553,70 €
UI-016, UI-027, UI-056, UI-065, UI-076, UI-084	Pastagens melhoradas	162,397	324 383,43 €	1 997,47 €
UI-001, UI-014, UI-025, UI-042, UI-046, UI-054, UI-063, UI-074, UI-082	Pomares	75,577	524 316,89 €	6 937,55 €
UI-081	Vinhas	66,382	1 142 359,65 €	17 209,00 €
(1) SUB-TOTAL		3995,426	10 022 635,12 €	2 508,53 €
(2) Valor não suportado pela OIGP (financiamento através do PDR2020 para 10ha de vinha) (*)			172 090,00 €	
(3) Valor não suportado pela OIGP (área de infraestruturas de apoio à vinha – 6,382ha), inserido na UI-081			109 827,84 €	
(4)=(1)-(2)-(3) Valor das intervenções a financiar pela OIGP			9 740 717,28 €	
(5) Investimentos imateriais			247 848,06 €	
(6)=(4)+(5) TOTAL			9 988 565,34 €	2 500,00 €

(*) Dentro da área desta AIGP existe um projeto de instalação de vinha na zona do Trinhão. A vinha, as infraestruturas de apoio e toda a área envolvente, ocupam uma

área de 98,854ha. A plantação da vinha ocupará uma parte desta área com 60ha, de acordo com os direitos de plantação detidos pelo Município. A restante área será dedicada a instalação de infraestruturas de apoio e à instalação de outras folhosas que promovem compartimentação e a valorização paisagística do território.

Devido à sua dimensão, o quadro contendo o financiamento previsto, com base na OT n.º 03/C08-I01.01/2022, versão 3.0 de agosto de 2023, para as diversas Unidades de Intervenção consta do Anexo 02 – Quadro de Financiamento em ações de Reconversão e Valorização da Paisagem.

C.2. Sistemas culturais elegíveis para a remuneração dos Serviços de ecossistemas

Na determinação dos valores relativos à remuneração dos Serviços de Ecossistemas, foram utilizados os valores constantes da Orientação Técnica - Apoios à Gestão, Manutenção e Remuneração dos Serviços dos Ecossistemas, do Fundo Ambiental.

a) Sistemas culturais elegíveis para a remuneração dos Serviços de ecossistemas

O valor da remuneração dos serviços de ecossistemas para os diferentes sistemas culturais definidos nos termos do Anexo 1 da Orientação Técnica “Apoios à gestão, manutenção e remuneração dos serviços dos ecossistemas”, apresentam-se, de forma resumida na tabela seguinte.

Tabela C.2.01 – Montantes globais estimados para remuneração dos serviços de ecossistemas

ID da unidade de intervenção (UI)	Sistema Cultural	Área (hectares)	Valor (€) anual	Valor (€) em 20 anos
UI-007, UI-008	Habitats naturais ou semi-naturais	31,116	3 571,26 €	71 425,26 €
UI-017, UI-018, UI-019, UI-028, UI-029, UI-030, UI-031, UI-039, UI-048, UI-049, UI-057, UI-058, UI-066, UI-067, UI-077, UI-078, UI-085, UI-086	Novos Povoamentos - Folhosas a privilegiar nos PROF	821,792	172 951,61 €	3 459 032,24 €
UI-009, UI-021, UI-022, UI-023, UI-024, UI-033, UI-034, UI-035, UI-036, UI-040, UI-041, UI-052, UI-053, UI-059, UI-060, UI-062, UI-068, UI-069, UI-071, UI-079, UI-080, UI-087, UI-088, UI-089	Novos Povoamentos - Restantes espécies	756,016	134 452,67 €	2 689 053,41 €
UI-010, UI-011, UI-012, UI-013	Povoamentos Florestais existentes - Folhosas a privilegiar nos PROF	6,163	1 300,72 €	26 014,46 €
UI-044, UI-045, UI-050, UI-051, UI-061, UI-070 UI-072, UI-073	Povoamentos Florestais existentes - Restantes espécies	1 208,062	163 208,43 €	3 264 168,53 €
UI-004, UI-016, UI-027, UI-056, UI-065, UI-076, UI-084	Prados e pastagens permanentes	163,397	18 810,47 €	376 209,36 €
UI-005, UI-006	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Misto de culturas permanentes	46,569	5 442,07 €	108 841,42 €
UI-002, UI-003, UI-015, UI-026, UI-043, UI-047, UI-055, UI-064, UI-075, UI-083	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Olival	48,224	5 385,13 €	107 702,68 €
UI-001, UI-014, UI-025, UI-042, UI-046, UI-054, UI-063, UI-074, UI-082	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Outras culturas frutícolas	75,577	8 041,96 €	160 838,90 €
UI-081	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Vinha	66,382	7 277,27 €	145 545,46 €
	TOTAL	3 223,297	520 348,43 €	10 406 968,51 €

Devido à sua dimensão, o quadro contendo o financiamento previsto, com base na OT “Apoios à gestão, manutenção e remuneração dos serviços dos ecossistemas”,

para as diversas Unidades de Intervenção consta do Anexo 03 – Montantes Globais estimados para a Remuneração de Serviços de Ecossistemas.

C.3. Demonstração da sustentabilidade económica e financeira da proposta

A ocupação do solo proposta (POSP), preconiza uma paisagem mais resiliente aos fogos rurais, multifuncional e bio diversa, com o incremento de valor para os territórios rurais e para as populações que neles habitam. Esta transformação será operacionalizada através de um correto ordenamento dos espaços florestais, da introdução de novas economias associadas aos territórios rurais e através da renumeração dos serviços de ecossistemas. Neste contexto, apresenta-se de seguida um conjunto de aspetos que se consideram fundamentais para a sustentabilidade económica e financeira da OIGP de Travessa.

a) Redução da vulnerabilidade aos fogos rurais

Conforme detalhadamente analisado no capítulo A.2.1 Situação atual do território, alínea f), Fogos Rurais, a área de intervenção da Travessa encontra-se quase na sua totalidade classificada nas classes mais elevadas de perigosidade de incêndio rural (Alta e Muito alta), sendo que 90,87% da área ardida localiza-se nas classes mais elevadas (muito elevada e extrema).

No período compreendido entre 1990-2021, a área da serra da AIGP de Travessa, que tem uma 4 005,37 hectares, registou uma área ardida de 8 344 ha, mais do dobro da sua área. Na maior parte dos casos estas arderam várias vezes, e algumas manchas arderam 4 ou mais vezes.

Como se pode compreender, esse é um fator de risco crítico, altamente inibidor do investimento florestal, agrícola e de outras atividades económicas, na medida em que compromete a viabilidade económica e financeira dos investimentos, desincentivando a população e as empresas a fixarem-se neste território e áreas envolventes e criando uma espiral negativa de despovoamento e abandono destes territórios.

Acresce o impacto negativo dos incêndios rurais em termos de conservação da natureza e da biodiversidade e clima, com o aumento de emissões de CO₂ e redução da mitigação de emissões.

A transformação da paisagem que se propõe implementar tem como um dos principais objetivos a **redução da vulnerabilidade aos fogos rurais**. Das simulações efetuadas, para a ocupação proposta, podemos verificar uma redução de 42,03% nas classes mais elevadas e um aumento de 42,00% na classe reduzida, traduzindo-se numa paisagem mais resiliente ao comportamento dos fogos rurais.

A redução da vulnerabilidade aos fogos rurais é tanto mais importante atendendo ao contexto de alterações climáticas, que exigem uma adaptação estrutural do território. A estratégia de redução do risco de incêndio que se preconiza por via da transformação da paisagem, deve complementada com a vertente de combate aos incêndios rurais, no quadro do Sistema de Gestão Integrado de Fogos Rurais, sem prejuízo de medidas específicas que possam ser adotadas no âmbito da OIGP.

Figura C.3-01 – Comparação da Intensidade da Frente de Fogo (POSA/POSP)

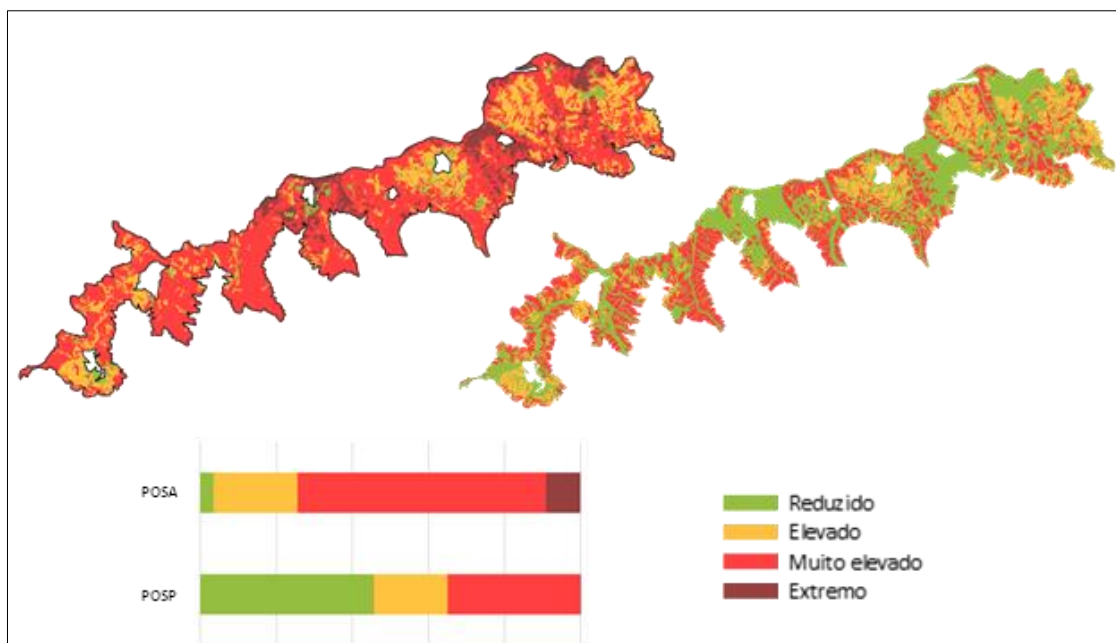


Tabela C.3.01 – Grau de Intensidade da Frente de Fogo

Grau de Intensidade da Frente de Fogo		Reduzido	Moderado	Elevado	Muito elevado	Extremo
% da área ocupada	POSP	45,55	0,07	19,45	34,87	0,06
	POSA	3,55	0,03	21,94	65,33	9,15
	Variação	42,00	0,04	-2,49	-30,45	-9,09

A redução da vulnerabilidade aos fogos rurais traduz-se na redução do risco associado ao investimento neste território, proporcionando condições para a viabilidade económica e financeira das atividades aí desenvolvidas, com remuneração pelo mercado, designadamente:

- atividades de exploração de ativos biológicos

Na ocupação do solo proposta a atividade florestal continua a figurar como principal fonte de receita, através da exploração de bens de uso direto, como é o caso dos produtos lenhosos e do medronho, complementada com a exploração de subprodutos, como é o caso da resina, frutos secos e cortiça.

As tipologias florestais preconizadas nesta proposta, preveem a instalação de novos povoamentos de florestas de carvalhos, de outras folhosas, de pinheiro bravo, de pinheiro manso e de sobreiro, a par da manutenção das áreas florestais bem instaladas e geridas de eucalipto, de outras folhosas, de pinheiro-bravo e sobreiro.

Não obstante todas as espécies florestais terem como objetivo a produção de lenho, preconiza-se a existência de espécies florestais mais vocacionadas para a produção lenhosa de curto/médio prazo, como o pinheiro-bravo ou o eucalipto, para a produção de fruto como o medronheiro, a par de áreas com sobreiro, outros carvalhos, com vocação essencialmente de conservação, de proteção ou de exploração de longo prazo.

Ao nível agrícola, a proposta incrementa os sistemas agrícolas e agroflorestais em cerca de 8%. Prevê-se a instalação de vinha, olival, espécies para a produção de frutos secos, pomares de amendoeira e de medronheiro e pastagens de suporte à

silvopastorícia e cinegética. Destaca-se a instalação da área de vinha, enquanto projeto âncora da OIGP de Travessa.

De salientar ainda que a alteração da paisagem preconizada no sentido da sua adequação às características biofísicas e edafoclimáticas e à aptidão do solo, a promoção de povoamentos florestais ordenados, biodiversos, multifuncionais e resilientes, ou a redução do risco de erosão hídrica do solo, são fatores de promoção do investimento, na medida em que promovem a sustentabilidade e viabilidade de longo prazo do ecossistema físico de suporte às atividades florestais e agrícolas.

- desenvolvimento do turismo e outras atividades conexas

A área da AIGP da Travessa possui um conjunto de valores patrimoniais, culturais e paisagísticos que consubstanciam condições favoráveis para o exercício de outras atividades económicas, designadamente associadas ao turismo, potenciando importantes investimentos já efetuados na área da AIGP, de que são exemplo as praias fluviais, os miradouros das vistas panorâmicas, a reserva turística de caça da freguesia de Fajão, os percursos pedestres pelas serras e vales, aldeias do Xisto, barragens, cristas quartzíticas e nas margens de rios e ribeiros, tudo integrado nas Rota das aldeias do Xisto, para além da atribuição pela Fundação Starlight ao “Dark Sky Aldeias do Xisto” a certificação internacional “*Destino Turístico Starlight*”, pelas excelentes condições de visibilidade, transparência e escuridão do céu.

b) Melhoria dos serviços de ecossistema

A ocupação do solo proposta apresenta também uma variação positiva na maioria dos serviços de ecossistema analisados, designadamente os serviços de aprovisionamento, serviços de regulação e manutenção e serviços culturais, traduzindo-se numa melhor capacidade do território em fornecer serviços de ecossistema, cumprindo com um dos objetivos principais da presente OIGP. De acordo com os critérios estabelecidos, verificou-se um aumento de 21,62% da área elegível para remuneração de serviços de ecossistema.

A capacidade de fornecimento de serviços de ecossistema traduz-se numa melhoria potencial das condições económicas e financeiras para os proprietários e gestores da OIGP, quer por via da remuneração pelo mercado (atividade económica

“tradicional” e novos negócios, de que é exemplo o mercado do carbono), quer por via do apoio público ao fornecimento de bens públicos proporcionados por estes serviços de ecossistemas, associados designadamente ao sequestro de carbono, à proteção do solo, proteção e conservação dos recursos hídricos, manutenção de habitats e conservação da paisagem e da biodiversidade.

c) Gestão agrupada

A estrutura da propriedade na área da OIGP caracteriza-se por um elevado número de parcelas de pequena dimensão, fragmentadas e dispersas no território, com uma média de 0,46 ha por prédio, de acordo com os resultados preliminares do BUPi. Neste contexto, a gestão agrupada das áreas cuja gestão seja entregue à entidade gestora irá promover uma gestão ativa de muitas áreas atualmente sem gestão, e permitir ganhos de escala nas atividades a desenvolver, com economia de recursos e profissionalização da gestão.

d) Cadastro da propriedade rústica

No território da OIGP da Aguda não existe cadastro. O trabalho de identificação dos proprietários e respetivas propriedades no âmbito do cadastro simplificado (BUPi), e subsequente atualização para efeitos cadastrais, reveste-se de importância fundamental.

Com efeito, este é um processo que vem assegurar aos proprietários o exercício de todos os seus direitos, facilitando processos de arrendamento, de compra e venda de ativos, dinamizando assim o mercado da terra, e oportunidades de negócio, criando valor para os proprietários e gestores da terra, que de outra forma não se concretizariam.

O trabalho relativo à identificação das propriedades no BUPi é uma tarefa que tem de prosseguir de forma intensa, com o empenho e a dinamização do Município da Pampilhosa da Serra e Autarquias locais, da Estrutura de Missão do BUPi (eBUPi), da FlorestGal, das associações de proprietários, com vista à plena identificação dos prédios na área da AIGP.

e) Investimento e financiamento

Os investimentos preconizados na presente OIGP, de transformação e valorização da paisagem, no montante total global de 9 988 565,34 €, têm cobertura financeira nos apoios do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), com uma taxa de apoio de 100% da despesa elegível.

A este apoio ao investimento inicial, acrescem os apoios do Fundo Ambiental para a manutenção e gestão e remuneração dos serviços de ecossistemas das áreas intervencionadas e dos ecossistemas considerados prioritários, por um período de 20 anos, num montante estimado de 520 348,43 €/ano, correspondente a 10 406 968,51 € na totalidade dos 20 anos.

O quadro de financiamento das atividades a desenvolver poderá ser complementado com recursos do Portugal 2030, do PEPAC ou de outros programas nacionais, comunitários ou internacionais, em matéria agrícola, florestal ou relativamente a outros setores económicos e áreas de inovação, ambientais e de cooperação.

Acrescem aos valores anteriores, os apoios do Fundo Ambiental previstos na alínea a) do Ponto IV da Orientação Técnica de *“Apoios à Gestão, Manutenção e Remuneração dos Serviços dos Ecossistemas”* para a gestão da OIGP, aspeto fundamental para a viabilização de condições para que as entidades gestoras de OIGP possam exercer o exigente trabalho de coordenação, execução e gestão da OIGP e de prestação de contas, que para a OIGP da Travessa se estimam em 40 000 €/ano, que face à dimensão da OIGP estão limitados às condições dessa mesma alínea a).

Face à redução do risco, à criação de economias de escala, à dinamização do mercado da terra, quer por via do arrendamento quer da compra e venda, com tradução numa gestão ativa do território, estão reunidas as condições para a viabilização económica e financeira da OIGP, contribuindo também para tal a receita proveniente dos apoios previstos para os investimentos a efetuar e a remuneração dos serviços de ecossistemas. Para além disso, os modelos de silvicultura e exploração preconizam obtenção de receitas que permitem encurtar os períodos de carência, e complementar as receitas obtidas com outras atividades, tais como, a agricultura ou a silvopastorícia, entre outras. Entendemos que a dinâmica a criar atrairá novas atividades económicas e

novas oportunidades de negócio e espera-se que tenha um efeito indutor positivo nos territórios adjacentes à AIGP da Travessa.

D. Gestão e contratualização

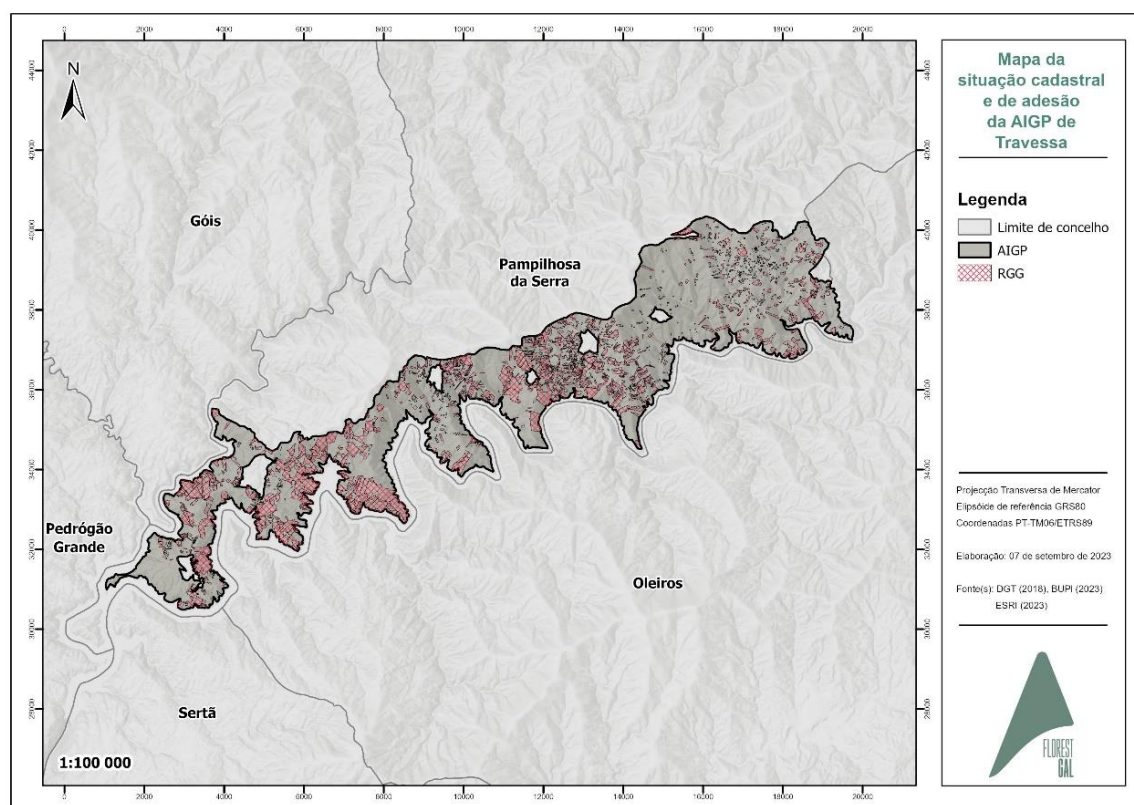
D.1. Levantamento cadastral e da situação de adesão

Os processos de registo pelos proprietários através da Representação Gráfica Georreferenciada (RGG) dos seus prédios junto do balcão do BUPi, no município de Pampilhosa da Serra, ainda decorrem e o prazo para a gratuidade desse registo foi recentemente prorrogado.

A situação de adesão dos proprietários ainda não está formalizada, essencialmente devido à dificuldade com o acesso aos seus dados, mas verifica-se nas sessões de divulgação e de esclarecimentos, com a participação da Entidade Gestora, um interesse por parte da grande maioria dos proprietários, com pequenas exceções de alguns que desenvolvem ainda atividade económica com base na floresta e que eventualmente irão aderir optando pela gestão própria das suas propriedades.

De acordo com a informação recentemente disponibilizada pelo BUPi (agosto de 2023) a situação das RGG na área da OIGP, é a representada na imagem seguinte:

Figura D.1.1 - Mapa da situação cadastral e de adesão



Na realidade, neste momento ainda não é possível ter uma quantificação exata de quais os proprietários que irão aderir, tal como não será possível identificar as terras sem dono conhecido enquanto o registo das RGG estiver em curso.

Atualmente, será somente possível avaliar quais as áreas com RGG já efetuadas considerando-se que estes proprietários devido ao seu interesse, venham a ser aderentes em algum tipo de modalidade.

Tabela D.1.01 – Quadro de RGG

Área com RGG (ha)	Área ainda sem RGG (ha)	Provável Adesão	
		Área (ha)	RGG (n.º)
1 314,10	2 692,30	1 314,10	2 867

D.2. Modelo de Gestão e Contratualização

a) Modelo de organização e funcionamento da entidade gestora

A Florestgal, S.A. é a primeira empresa pública de gestão e desenvolvimento florestal criada em Portugal, assumindo-se como um instrumento de execução de uma estratégia de valorização da floresta, necessária à preservação da biodiversidade, à conservação do solo e da água e à proteção das populações, fomentando, simultaneamente o desenvolvimento económico e social da fileira florestal, bem como da gestão participativa e o envolvimento das comunidades, essenciais para o desenvolvimento de um território equilibrado, inclusivo e resiliente.

No âmbito da sua atividade a Florestgal, S.A. tem como objetivos, entre outros, contribuir para a implementação da Estratégia Nacional para as Florestas, impulsionar e introduzir novas práticas de gestão florestal, ser um veículo público para a correta aplicação dos fundos comunitários e promover o emparcelamento dos territórios florestais em áreas de minifúndio.

No quadro da gestão direta das suas propriedades valoriza os fatores de sustentabilidade, promovendo a proteção dos valores naturais, resiliência às situações climáticas extremas e a melhoria da qualidade do solo, enquanto componente essencial da produção florestal e sequestro de carbono.

A Florestgal foi reconhecida como Entidade de Gestão Florestal (EGF), com efeitos a 25-09-2019 e aprovado o seu registo com o n.º 2/EGF/2019, no Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, ao abrigo do disposto no Decreto-Lei n.º 66/2017 de 12 de junho, na sua redação atual, bem como das normas estabelecidas na Portaria n.º 63/2018 de 2 de março.

Assim, a Florestgal, S.A., na sequência do convite formulado pelo Município de Pampilhosa da Serra, é a Entidade Gestora da Operação Integrada de Gestão da Paisagem (OIGP) da Área Integrada de Gestão da Paisagem (AIGP) da Travessa (Pampilhosa da Serra).

Esta intervenção faz parte do Plano de Transformação da Paisagem, aprovado pelo Governo em 2020 (RCM nº49/2020, 24 junho), com o objetivo de dotar os territórios vulneráveis de floresta de maior resiliência aos fogos e ao fenómeno de desertificação dos solos, através de soluções que contribuem para o desenvolvimento económico e social das populações, e promover a valorização dos valores ecológicos associados à fileira da floresta. Com a publicação do Despacho nº 7109-A/2021 foram constituídas 47 Áreas Integradas de Gestão da Paisagem, entre as quais a da Travessa.

Deste modo, a Florestgal, S.A., enquanto Entidade Gestora, assumirá a gestão, competências e responsabilidades na execução desta OIGP.

A Florestgal é uma Sociedade Anónima, com capital social integralmente subscrito pela Parpública – Participações Públicas (SGPS), S.A., estando subordinada à Tutela financeira do Ministério das Finanças e à Tutela setorial do Ministério do Ambiente e Ação Climática.

Os órgãos sociais da empresa são a Assembleia Geral, o Conselho de Administração e o Fiscal Único. De acordo com os seus Estatutos, a Sociedade é composta por um Conselho de Administração, composto por um presidente e dois vogais executivos e conta com uma equipa técnica, composta por vários técnicos de diversas especialidades, que efetuarão a gestão de toda a Operação. Sempre que se revele necessário, a empresa poderá recorrer à contratação de serviços técnicos especializados para o apoio à implementação da OIGP

b) Modelo de acesso e execução dos financiamentos

Embora possa haver outras fontes de financiamento, será de ter em conta as fontes de financiamento atualmente disponíveis para a implementação e gestão das OIGP, nomeadamente:

1. Apoios ao investimento:
 - Através do PRR, até 30 de novembro de 2025;
 - Taxa de Financiamento de 100%, dos valores elegíveis;
 - Definidos de acordo com Orientação Técnica OT n.º 03/C08-I01.01/2022 (2ª Republicação – Versão 3.0), de 09 de agosto de 2023.
2. Apoios para a gestão, manutenção e remuneração dos serviços de ecossistemas (20 anos):
 - Através do Fundo Ambiental;
 - Taxa de Financiamento de 100%, dos valores elegíveis;
 - Elegibilidades definidas de acordo com Orientação Técnica “Apoios à Gestão, Manutenção e Remuneração dos Serviços dos Ecossistemas”.

Verifica-se que de acordo com estas orientações, para:

1. Apoios ao investimento:
 - O Beneficiário Final (BF) é a Entidade Gestora da OIGP.
2. Apoios para a gestão, manutenção e remuneração dos serviços de ecossistemas (20 anos):
 - A Entidade Gestora da OIGP é responsável pela submissão das respetivas candidaturas;
 - Têm direito aos apoios, a Entidade Gestora e os proprietários e demais titulares de direitos reais, que adiram à OIGP.

Em qualquer dos casos, haverá sempre a formalização de contratos entre a Entidade Gestora e os diversos proprietários que adiram à OIGP, quer este cedam a gestão ou a efetuem por iniciativa própria, pois conforme previsto nos Artigos 23º, 24º e 24º-A do DL 16/2022, de 14 de janeiro, após a aprovação da OIGP a Entidade Gestora notificará os diversos proprietários, que terão as seguintes opções:

- Execução da gestão pelo proprietário;
- Execução da gestão pela Entidade Gestora;

- Na ausência de resposta, a gestão será assegurada pela Entidade Gestora.

Pese embora seja a Florestgal, S.A. a responsável pelas candidaturas às diversas fontes de financiamento, a utilização destes financiamentos pelos proprietários privados que entendam efetuar a gestão, será acompanhada pela Florestgal, S.A., no âmbito dos respetivos contratos com os diversos proprietários, de forma a garantir a correta aplicação dos fundos e evitar situações de incumprimento.

De acordo com as Orientações Técnicas existentes, qualquer irregularidade detetada, quer pela Entidade Gestora, quer pelas verificações administrativas e no local efetuadas pela Entidade Financiadora, e que não seja passível de regularização conduzirá à suspensão dos apoios e poderá culminar com a rescisão do contrato de financiamento e a respetiva restituição de apoios já pagos.

c) Modelo de contratualização de compromissos

Na elaboração desta OIGP, a Florestgal, S.A. procurou compatibilizar o seu modelo de Gestão Agroflorestal com os interesses dos diversos proprietários, não ignorando as premissas orientadores para a sua elaboração, nomeadamente:

- Reduzir a vulnerabilidade dos territórios aos fogos rurais;
- Valorizar a aptidão dos solos e melhorar os serviços prestados pelos ecossistemas;
- Aumentar o valor do território e dinamizar a economia.

A contratualização da operação com os diversos proprietários, pressupõe o estabelecimento de um compromisso de adesão dos proprietários ao modelo de OIGP proposto, tendo sido definidas as seguintes modalidades:

- Proprietários aderentes, com transmissão de direitos de gestão à Entidade Gestora;
- Proprietários aderentes, com gestão própria;

Nos casos em que existem contratos de arrendamento celebrados entre os proprietários e arrendatários, deverá ser assegurado o compromisso de todas as partes.

Em qualquer das situações a Florestgal, S.A., enquanto Entidade Gestora da OIGP, prestará o apoio necessário à boa execução do modelo, bem como assegura a obtenção dos apoios e verifica a sua correta utilização.

d) Modelo de intervenção para áreas sem dono conhecido e para áreas de arrendamento forçado

i. Modelo de intervenção para áreas sem dono conhecido (falta de paradeiro)

Nos casos em que não seja possível a identificação do proprietário, desenvolver-se-á o processo de Terras Sem Dono Conhecido, nos termos previstos no Decreto-Lei nº 15/2019 de 21 de janeiro, que cria o procedimento de identificação e reconhecimento de prédio rústico ou misto sem dono conhecido.

A identificação das Terras sem dono conhecido compete ao Instituto dos Registos e do Notariado, I. P. (IRN, I. P.), seguindo-se a tramitação processual prevista no referido diploma, finda a qual, é efetuado o registo provisório por natureza de aquisição a favor do Estado durante 15 anos e, em caso de omissão do prédio na matriz, promove-se a respetiva inscrição.

De acordo com esse Decreto-Lei, a Florestgal, S.A. é a entidade gestora dos prédios sem dono conhecido registados a favor do Estado (artigo 4º), incumbindo-lhe a sua administração. Para efeitos da administração do prédio, a entidade gestora do prédio pode disponibilizá-lo para arrendamento, bem como ceder a gestão da propriedade (artigo 12º).

Nos termos da legislação vigente, há sempre a possibilidade, de no prazo de 15 anos, ser apresentada a documentação que habilite o eventual proprietário a reclamar a sua propriedade, efetuando-se nesse caso a identificação de todos os custos e benefícios já incorridos com a propriedade em causa.

ii. Modelo de intervenções para áreas com dono conhecido que não adira voluntariamente à OIGP (falta de adesão)

Em situações extremas, em que não haja a adesão por parte dos proprietários à OIGP, será desencadeado o formato de Arrendamento Forçado, com gestão pela Entidade Gestora, nos termos do Decreto-Lei n.º 52/2021, de 15 de junho, que estabelece o regime jurídico do arrendamento forçado de prédios rústicos. Nos termos do referido diploma, o arrendamento forçado é aplicável se decorrido o prazo fixado nos termos do artigo 24.º do Regime Jurídico da Reconversão da Paisagem, o proprietário,

ou os demais titulares de direitos reais sobre o prédio em causa, ou quem exerça poderes legais de representação:

- a. Declarar que não pretende executar por si as ações previstas na OIGP para o prédio;
- b. Declarar que não pretende aderir ao modelo de gestão da OIGP aprovado através de delegação dos poderes de gestão do seu prédio;
- c. Não manifestar adesão à OIGP; ou
- d. Não assinar o contrato com a entidade gestora de concretização da adesão à OIGP;

e) Modalidades de adesão

Conforme referido nos pontos anteriores e de acordo com o preconizado nas Orientações Técnicas produzidas pela DGT para este Programa e na diversa legislação existente, as modalidades de adesão contratual dos proprietários, ao modelo de gestão agroflorestal proposto para a OIGP, são os seguintes:

- Proprietários aderentes, com transmissão de direitos de gestão à Entidade Gestora;
- Proprietários aderentes, com gestão própria.

As restantes situações, não pressupõem a adesão dos proprietários e serão as seguintes:

- Proprietários não aderentes, com Arrendamento Forçado e gestão pela Entidade Gestora;
- Propriedades sem dono conhecido, com gestão pela Entidade Gestora.

E. Monitorização e avaliação

Com esta proposta de OIGP da Travessa, procura-se efetuar a transformação da paisagem com vista à promoção de uma gestão ativa e racional, criando melhores condições de resiliência e contribuindo para a redução da vulnerabilidade do território aos fogos rurais, com vista à diminuição da sua magnitude, do número de ocorrências e da dimensão da área ardida.

A monitorização e a avaliação da OIGP são atividades essenciais para garantir a eficácia e a sustentabilidade das intervenções a realizar na transformação da paisagem, consistindo na recolha e análise de dados sobre o seu estado, as ações executadas, os recursos utilizados e os impactos gerados, possibilitando assim a apreciação crítica dos dados recolhidos, tendo em conta os objetivos, as metas, os critérios e os padrões definidos para a OIGP.

A monitorização e a avaliação permitem verificar se as ações estão a ser realizadas conforme o planeado, se estão a produzir os resultados esperados, se estão a contribuir para os objetivos da OIGP e se estão a respeitar os princípios da boa gestão da paisagem. A monitorização e a avaliação também permitem identificar problemas, riscos, oportunidades, boas práticas e lições aprendidas, que podem servir de base para ajustar, melhorar ou reformular as intervenções.

Assim, para a realização da monitorização da OIGP, é necessário definir um programa com diversos momentos de avaliação, designadamente após os dois anos iniciais com a implementação das ações de transformação da paisagem a executar no terreno com os diversos projetos de reconversão nas Unidades de intervenção e um período posterior de 20 anos para a monitorização e gestão da paisagem.

Será também dar continuidade ao trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pelo BUPi e pelo Município e com a aprovação da OIGP também com o contributo da Entidade Gestora, para aumentar as áreas abrangidas pelas RGG e a sua monitorização.

Medida	Ação	Metas 2 anos	Metas 5 anos
Cadastro	RGG validas	+35% das atuais	As remanescentes
	% área com RGG	+35% da atual	As remanescentes
Adesão à OIGP	N.º aderentes	+35% dos atuais	Os remanescentes
	% aderentes OIGP	+35 % dos atuais	Os remanescentes

Por fim e no âmbito de uma fiscalização e acompanhamento, serão implementados um conjunto de metas e indicadores para parametrização e avaliação da execução física e financeira quer das ações de transformação quer das ações de manutenção e gestão a 20 anos.

a) Transformação da paisagem, no âmbito do financiamento do PRR

Metas para os dois anos iniciais

UI	Meta aprovada (ha)	Meta executada (ha)	Desvio	Taxa de Realização
01				
02				
...				

Execução material e financeira para os dois anos iniciais

UI	Operações Previstas	Área aprovada (ha)	Área executada (ha)	Desvio
01	Op. 1			
	Op. 2			

01	Op. 1			
	Op. 2			

...				

Execução Financeira para os dois anos iniciais

UI	Operações Previstas	Investimento aprovado	Investimento Realizado	Desvio
01	Op. 1			
	Op. 2			

01	Op. 1			
	Op. 2			

...				

b) Gestão e manutenção a 20 anos, no âmbito do financiamento do Fundo Ambiental

Indicadores e metas a até 20 anos

Metas	Ano 5	Ano 10	Ano 15	Ano 20
N.º ignições	Redução do valor em 10% face ao período anterior	Redução do valor em 10% face ao período anterior	Redução do valor em 10% face ao período anterior	Redução do valor em 10% face ao período anterior
Área ardida (ha)	< 200 ha	<100 ha	<50 ha	< 20 ha

Indicadores	Ano 5		Ano 10		Ano 15		Ano 20	
N.º ignições	Nº de ignições no período	Desvio	Nº de ignições no período	Desvio	Nº de ignições no período	Desvio	Nº de ignições no período	Desvio
Área ardida (ha)	Área ardida no período	Desvio	Área ardida no período	Desvio	Área ardida no período	Desvio	Área ardida no período	Desvio

Execução Financeira a 20 anos

UI	Operações Previstas Anualmente	Investimento Aprovado Anualmente	Investimento Realizado Anualmente	Desvio
01	Op. 1			
	Op. 2			

01	Op. 1			
	Op. 2			

...				

Bibliografia

- Alves, Pedro (2012) Probabilidade de Ignição e Suscetibilidade de Incêndios Florestais. Dissertação de Mestrado, Universidade do Porto
- Assembleia da República - 1993. Fogos Florestais, Defesa e Ordenamento da Floresta Portuguesa e do Espaço Rural. Lisboa.
- Autoridade Florestal Nacional (2010). Metodologia de Tipificação dos Municípios. Metodologia a ser aplicada em Planos Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios. Lisboa, 1p.
- Bento, J., Ferreira, P., Magalhães, M. (2011) Gestão Florestal no Norte de Portugal: Perspetivas e Desafios Futuros. In: Tereso J, Honrado J, Pinto AT, Castro Rego F (Eds.) "Florestas do Norte de Portugal. História, ecologia e perspectivas de futuro". InBio (e-book).
- Botelho, Hermínio (2003). Portugal 2003, Os Incêndios Florestais ou o Desastre Anunciado. In Forestis. Incêndios 2003. Boletim Forestis. Associação Florestal de Portugal. Porto
- Burkhard, B., Kroll, F., Nedkov, S., & Müller, F. (2012). Mapping ecosystem service supply, demand and budgets. *Ecological indicators*, 21, 2012, pp.17-29
- Coelho, Inocêncio Seita (2003). Propriedades da Terra e Política Florestal em Portugal. Silva Lusitana. 185-199 pp.
- Conselho Nacional de Reflorestação (2005). Orientações estratégicas para a recuperação das áreas ardidas em 2003 e 2004. Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e das Florestas. Lisboa.

- Correia, A.V. & Oliveira, A.C. (1999). Principais espécies florestais com interesse para Portugal. Zonas de influência mediterrânica. Estudos e Informação n.º 318. Direção-Geral das Florestas, MADRP. Lisboa, 119 p.
- Correia, A.V. & Oliveira, A.C. (2003). Principais espécies florestais com interesse para Portugal. Zonas de influência atlântica. Estudos e Informação n.º 322. Direção-Geral das Florestas, MADRP. Lisboa, 187 p.
- DGRF (2006). Estratégia Nacional para as Florestas. Direcção Geral dos Recursos Florestais. Lisboa
- DGT (2018). Carta de Uso e Ocupação do Solo de Portugal Continental para 2018 (COS 2018), Memória Descritiva. Lisboa
- Direção-Geral dos Recursos Florestais (2002). Manual de Silvicultura para a Prevenção de Incêndios. APIF; ISA; ADISA – 2005. Plano Nacional de Defesa Contra Incêndios. Lisboa: Instituto Superior de Agronomia.
- Direção-Geral dos Recursos Florestais (2005). Gestão Pós-Fogo. Extração da madeira queimada e proteção da floresta contra a erosão do solo. Consulta em outubro de 2012: www.icnf.pt/florestas
- Gonçalves, A. B. (2007); Geografia dos Incêndios em Espaços Silvestres de Montanha – o caso da Serra da Cabreira; Tese de Doutoramento, Universidade do Minho
- ICONA (1990). Clave fotográfica para la identificación de modelos de combustible. Defensa contra incendios forestales. MAPA. Madrid.
- IPPAR (2007). Recuperação e valorização do património. Consulta em novembro de 2012: www.ippar.pt/atividades/activ_edificado.html
- J.C. Gallant & T.I. Dowling (2003). A multiresolution index of valley bottom flatness for mapping depositional areas. Water Resources Research, Vol. 39, No. 12, 1347.
- Lourenço, L. (1992). Avaliação de Risco de Incêndio nas Matas e Florestas de Portugal Continental. Finisterra. XXVII, 53-54: pp. 115-140.

- Lourenço, L. (1996) Risco de Incêndio Florestal. Encontro Pedagógico sobre Fogos Florestais. ASEPIF. Pp 56-61
- Martínez Jesús, Vega-Garcia Cristina, Chuvieco Emilio (2009), Human-caused wildfire risk rating for prevention planning in Spain, *Journal of Environmental Management* 90, p. 1241–1252
- Mendes, A.S.C., 2002. Financial instruments of forest policy in Portugal in the 80s and 90s. EFI Forest Policy Research Forum: Cross-Sectoral Policy Impacts on Forests, 4-6 April, Sanvonlinna.
- Silva Joaquim Sande, Rego Francisco, Fernandes Paulo, Rigolot Eric (2010). Towards Integrated Fire Management – Outcomes of the European Project Fire Paradox, European Forest Institute Research Report 23
- Verde, J. (2008). Avaliação da Perigosidade de Incêndio Florestal, Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa
- Viegas, D. X., Gomes, F., Páscoa, F., Lima, I., Lopes, J. Silva, J. S., Vasco, P., Vasconcelos, T. (2002) Manual de Silvicultura para a Prevenção de Incêndios. Direcção-Geral das Florestas. Lisboa

ANEXOS

Anexo – 1

ID da unidade de intervenção (UI)	Tipo de intervenção*	Grupo da operação (nos termos do anexo I da OT)						Operações ou conjunto de operações (nos termos do anexo I)							Ocupação atual do solo (COS)	Ocupação do solo (COS) proposta	Função Principal proposta	Área (hectares)
UI-001	Valorização	CAOF	L2	K4	K5	-	-	Controlo de vegetação espontânes total - mão-de-obra especializada, incluindo equipamento (CAOF- Matriz de beneficiação)	Poda de formação DensP_ha=450	Tratamento do solo – fertilização/adubação	Tratamento do solo – correção de pH	-	-	Pomares	Pomares	Produção	1,146	
UI-002	Valorização	P1	L2	K4	K5	-	-	Desmatção + Máquina pesada (190 cv)	Poda de formação DensP_ha=450	Tratamento do solo – fertilização/adubação	Tratamento do solo – correção de pH	-	-	Olivais	Olivais	Produção	12,000	
UI-003	Valorização	CAOF	L2	K4	K5	-	-	Controlo de vegetação espontânes total - mão-de-obra especializada, incluindo equipamento (CAOF- Matriz de beneficiação)	Poda de formação DensP_ha=450	Tratamento do solo – fertilização/adubação	Tratamento do solo – correção de pH	-	-	Olivais	Olivais	Produção	18,173	
UI-004	Valorização	CAOF	N1g	-	-	-	-	Controlo de vegetação espontânes total - mão-de-obra especializada, incluindo equipamento (CAOF- Matriz de beneficiação)	Melhoria de pastagens permanentes de sequeiro: Sementeira direta + Aplicação calcário + Aplicação de fertilização	-	-	-	-	Culturas temporárias e/ou pastagens melhoradas associadas a olival	Culturas temporárias e/ou pastagens melhoradas associadas a olival	Produção	1,000	
UI-005	Valorização	K4	K5	-	-	-	-	Tratamento do solo – fertilização/adubação	Tratamento do solo – correção de pH	-	-	-	-	Mosaicos culturais e parcelares complexos	Mosaicos culturais e parcelares complexos	Produção	10,767	
UI-006	Valorização	K4	K5	-	-	-	-	Tratamento do solo – fertilização/adubação	Tratamento do solo – correção de pH	-	-	-	-	Mosaicos culturais e parcelares complexos	Mosaicos culturais e parcelares complexos	Produção	35,802	
UI-007	Valorização	K4	K5	-	-	-	-	Tratamento do solo – fertilização/adubação	Tratamento do solo – correção de pH	-	-	-	-	Agricultura com espaços naturais e seminaturais	Agricultura com espaços naturais e seminaturais	Produção	3,594	
UI-008	Valorização	K4	K5	-	-	-	-	Tratamento do solo – fertilização/adubação	Tratamento do solo – correção de pH	-	-	-	-	Agricultura com espaços naturais e seminaturais	Agricultura com espaços naturais e seminaturais	Produção	27,523	
UI-009	Reconversão	G1	I3	-	-	-	-	Limpeza de matos com motorroçadora e abertura de covas manuais DensP_ha=1300	Plantação/Sementeira Resinosas: Pinheiro manso (Pinus pinea) DensP_ha=850	-	-	-	-	Agricultura com espaços naturais e seminaturais	Florestas de pinheiro manso	Produção	0,002	
UI-010	Valorização	P1	L2	-	-	-	-	Desmatção + Máquina pesada (190 cv)	Poda de formação DensP_ha=450	-	-	-	-	Florestas de sobreiro	Florestas de sobreiro	Conservação	0,314	
UI-011	Valorização	P1	L2	-	-	-	-	Desmatção + Máquina pesada (190 cv)	Poda de formação DensP_ha=450	-	-	-	-	Florestas de sobreiro	Florestas de sobreiro	Proteção	0,183	
UI-012	Valorização	CAOF	L2	-	-	-	-	Controlo de vegetação espontânes total - mão-de-obra especializada, incluindo equipamento (CAOF- Matriz de beneficiação)	Poda de formação DensP_ha=450	-	-	-	-	Florestas de sobreiro	Florestas de sobreiro	Conservação	2,873	
UI-013	Valorização	CAOF	L2	-	-	-	-	Controlo de vegetação espontânes total - mão-de-obra especializada, incluindo equipamento (CAOF- Matriz de beneficiação)	Poda de formação DensP_ha=450	-	-	-	-	Florestas de sobreiro	Florestas de sobreiro	Proteção	2,794	
UI-014	Reconversão	C2a	Q12b	K5	K6	K1	-	Limpeza de matos com: Destruição de cepos de eucalipto Vala e Cômoro, ou Rego de plantação (declive < 25%) DensP_ha=750	Plantação, fertilização de fundo e rega na parcela + Amendoeira - Densidade: >417	Tratamento do solo – correção de pH	Proteções individuais de plantas (plantação/sementeira) (Apenas são elegíveis para folhosas) DensP_ha=950	Sacha e amontoa (apenas elegíveis para folhosas) DensP_ha=950	-	Florestas de eucalipto	Pomares	Produção	4,995	
UI-015	Reconversão	C2a	Q1b	K5	K6	K1	-	Limpeza de matos com: Destruição de cepos de eucalipto Vala e Cômoro, ou Rego de plantação (declive < 25%) DensP_ha=750	Plantação, fertilização de fundo e rega na parcela + Oliveira - Densidade: 400	Tratamento do solo – correção de pH	Proteções individuais de plantas (plantação/sementeira) (Apenas são elegíveis para folhosas) DensP_ha=950	Sacha e amontoa (apenas elegíveis para folhosas) DensP_ha=950	-	Florestas de eucalipto	Olivais	Produção	0,001	
UI-016	Reconversão	C2a	N2g	-	-	-	-	Limpeza de matos com: Destruição de cepos de eucalipto Vala e Cômoro, ou Rego de plantação (declive < 25%) DensP_ha=750	Melhoria de pastagens permanentes de sequeiro: Sementeira convencional + Aplicação de calcário + Aplicação de fertilização	-	-	-	-	Florestas de eucalipto	Pastagens melhoradas	Suporte à silvopastorícia	78,960	
UI-017	Reconversão	C2a	H4	-	-	-	-	Limpeza de matos com: Destruição de cepos de eucalipto Vala e Cômoro, ou Rego de plantação (declive < 25%) DensP_ha=750	Plantação/Sementeira Folhosas: Plantação Sobreiro/Azinheira Acer DensP_ha=450	-	-	-	-	Florestas de eucalipto	Florestas de sobreiro	Conservação	0,104	
UI-018	Reconversão	C2a	H6	-	-	-	-	Limpeza de matos com: Destruição de cepos de eucalipto Vala e Cômoro, ou Rego de plantação (declive < 25%) DensP_ha=750	Plantação/Sementeira Folhosas: Outras folhosas DensP_ha=950	-	-	-	-	Florestas de eucalipto	Florestas de outros carvalhos	Conservação	27,829	
UI-019	Reconversão	C2a	H6	-	-	-	-	Limpeza de matos com: Destruição de cepos de eucalipto Vala e Cômoro, ou Rego de plantação (declive < 25%) DensP_ha=750	Plantação/Sementeira Folhosas: Outras folhosas DensP_ha=950	-	-	-	-	Florestas de eucalipto	Florestas de outros carvalhos	Proteção	23,862	
UI-020	Valorização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Florestas de eucalipto	Florestas de eucalipto	Produção	62,455	
UI-021	Reconversão	C2a	H6	-	-	-	-	Limpeza de matos com: Destruição de cepos de eucalipto Vala e Cômoro, ou Rego de plantação (declive < 25%) DensP_ha=750	Plantação/Sementeira Folhosas: Outras folhosas DensP_ha=950	-	-	-	-	Florestas de eucalipto	Florestas de outras folhosas	Conservação	0,922	
UI-022	Reconversão	C2a	H6	-	-	-	-	Limpeza de matos com: Destruição de cepos de eucalipto Vala e Cômoro, ou Rego de plantação (declive < 25%) DensP_ha=750	Plantação/Sementeira Folhosas: Outras folhosas DensP_ha=950	-	-	-	-	Florestas de eucalipto	Florestas de outras folhosas	Proteção	54,867	
UI-023	Reconversão	C2a	I2	-	-	-	-	Limpeza de matos com: Destruição de cepos de eucalipto Vala e Cômoro, ou Rego de plantação (declive < 25%) DensP_ha=750	Plantação/Sementeira Resinosas: Pinheiro bravo (Pinus pinaster) DensP_ha=1300	-	-	-	-	Florestas de eucalipto	Florestas de pinheiro bravo	Produção	27,070	
UI-024	Reconversão	C2a	I3	-	-	-	-	Limpeza de matos com: Destruição de cepos de eucalipto Vala e Cômoro, ou Rego de plantação (declive < 25%) DensP_ha=750	Plantação/Sementeira Resinosas: Pinheiro manso (Pinus pinea) DensP_ha=850	-	-	-	-	Florestas de eucalipto	Florestas de pinheiro manso	Produção	0,041	
UI-025	Reconversão	L8b	G1	Q12b	K5	K6	K1	Controlo de invasoras lenhosas — corte e pincelagem (inclui produto) (declive ≥25%)	Limpeza de matos com motorroçadora e abertura de covas manuais DensP_ha=1300	Plantação, fertilização de fundo e rega na parcela + Amendoeira - Densidade: >417	Tratamento do solo – correção de pH	Proteções individuais de plantas (plantação/sementeira) (Apenas são elegíveis para folhosas) DensP_ha=950	Sacha e amontoa (apenas elegíveis para folhosas) DensP_ha=950	Florestas de eucalipto	Pomares	Produção	14,766	
UI-026	Reconversão	L8b	G1	Q1b	K5	K6	K1	Controlo de invasoras lenhosas — corte e pincelagem (inclui produto) (declive ≥25%)	Limpeza de matos com motorroçadora e abertura de covas manuais DensP_ha=1300	Plantação, fertilização de fundo e rega na parcela + Oliveira - Densidade: 400	Tratamento do solo – correção de pH	Proteções individuais de plantas (plantação/sementeira) (Apenas são elegíveis para folhosas) DensP_ha=950	Sacha e amontoa (apenas elegíveis para folhosas) DensP_ha=950	Florestas de eucalipto	Olivais	Produção	1,925	
UI-027	Reconversão	L8b	CAOF	N2g	-	-	-	Controlo de invasoras lenhosas — corte e pincelagem (inclui produto) (declive ≥25%)	Controlo de vegetação espontânes total - mão-de-obra especializada, incluindo equipamento (CAOF- Matriz de beneficiação)	Melhoria de pastagens permanentes de sequeiro: Sementeira convencional + Aplicação de calcário + Aplicação de fertilização	-	-	-	Florestas de eucalipto	Pastagens melhoradas	Suporte à silvopastorícia	32,479	
UI-028	Reconversão	L8b	G1	H4	-	-	-	Controlo de invasoras lenhosas — corte e pincelagem (inclui produto) (declive ≥25%)	Limpeza de matos com motorroçadora e abertura de covas manuais DensP_ha=1300	Plantação/Sementeira Folhosas: Plantação Sobreiro/Azinheira Acer DensP_ha=450	-	-	-	Florestas de eucalipto	Florestas de sobreiro	Conservação	0,136	
UI-029	Reconversão	L8b	G1	H4	-	-	-	Controlo de invasoras lenhosas — corte e pincelagem (inclui produto) (declive ≥25%)	Limpeza de matos com motorroçadora e abertura de covas manuais DensP_ha=1300	Plantação/Sementeira Folhosas: Plantação Sobreiro/Azinheira Acer DensP_ha=450	-	-	-	Florestas de eucalipto	Florestas de sobreiro	Proteção	0,009	

ID da unidade de intervenção (UI)	Tipo de intervenção*	Grupo da operação (nos termos do anexo I da OT)						Operações ou conjunto de operações (nos termos do anexo I)						Ocupação atual do solo (COS)	Ocupação do solo (COS) proposta	Função Principal proposta	Área (hectares)
UI-030	Reconversão	L8b	G1	H6	-	-	-	Controlo de invasoras lenhosas — corte e pincelagem (inclui produto) (declive ≥25%)	Limpeza de matos com motorroçadora e abertura de covas manuais DensP_ha=1300	Plantação/Sementeira Folhosas: Outras folhosas DensP_ha=950	-	-	-	Florestas de eucalipto	Florestas de outros carvalhos	Conservação	216,300
UI-031	Reconversão	L8b	G1	H6	-	-	-	Controlo de invasoras lenhosas — corte e pincelagem (inclui produto) (declive ≥25%)	Limpeza de matos com motorroçadora e abertura de covas manuais DensP_ha=1300	Plantação/Sementeira Folhosas: Outras folhosas DensP_ha=950	-	-	-	Florestas de eucalipto	Florestas de outros carvalhos	Proteção	37,989
UI-032	Valorização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Florestas de eucalipto	Florestas de eucalipto	Produção	330,684
UI-033	Reconversão	L8b	G1	H6	-	-	-	Controlo de invasoras lenhosas — corte e pincelagem (inclui produto) (declive ≥25%)	Limpeza de matos com motorroçadora e abertura de covas manuais DensP_ha=1300	Plantação/Sementeira Folhosas: Outras folhosas DensP_ha=950	-	-	-	Florestas de eucalipto	Florestas de outras folhosas	Conservação	13,935
UI-034	Reconversão	L8b	G1	H6	-	-	-	Controlo de invasoras lenhosas — corte e pincelagem (inclui produto) (declive ≥25%)	Limpeza de matos com motorroçadora e abertura de covas manuais DensP_ha=1300	Plantação/Sementeira Folhosas: Outras folhosas DensP_ha=950	-	-	-	Florestas de eucalipto	Florestas de outras folhosas	Proteção	174,228
UI-035	Reconversão	L8b	G1	I2	-	-	-	Controlo de invasoras lenhosas — corte e pincelagem (inclui produto) (declive ≥25%)	Limpeza de matos com motorroçadora e abertura de covas manuais DensP_ha=1300	Plantação/Sementeira Resinosas: Pinheiro bravo (Pinus pinaster) DensP_ha=1300	-	-	-	Florestas de eucalipto	Florestas de pinheiro bravo	Produção	154,413
UI-036	Reconversão	L8b	G1	I3	-	-	-	Controlo de invasoras lenhosas — corte e pincelagem (inclui produto) (declive ≥25%)	Limpeza de matos com motorroçadora e abertura de covas manuais DensP_ha=1300	Plantação/Sementeira Resinosas: Pinheiro manso (Pinus pinea) DensP_ha=850	-	-	-	Florestas de eucalipto	Florestas de pinheiro manso	Produção	0,112
UI-037	Valorização	P1	L6a	-	-	-	-	Desmatização + Máquina pesada (190 cv)	Seleção de varas (declive < 25%) DensP_ha=1400	-	-	-	-	Florestas de eucalipto (S/ gestão e percorrida por incêndios nos últimos 10 anos)	Florestas de eucalipto	Produção	39,218
UI-038	Valorização	CAOF	L6b	-	-	-	-	Controlo de vegetação espontânes total - mão-de-obra especializada, incluindo equipamento (CAOF- Matriz de beneficiação)	Seleção de varas (declive ≥25%) DensP_ha=1400	-	-	-	-	Florestas de eucalipto (S/ gestão e percorrida por incêndios nos últimos 10 anos)	Florestas de eucalipto	Produção	339,772
UI-039	Reconversão	L8b	G1	H6	-	-	-	Controlo de invasoras lenhosas — corte e pincelagem (inclui produto) (declive ≥25%)	Limpeza de matos com motorroçadora e abertura de covas manuais DensP_ha=1300	Plantação/Sementeira Folhosas: Outras folhosas DensP_ha=950	-	-	-	Florestas de espécies invasoras	Florestas de outros carvalhos	Conservação	0,338
UI-040	Reconversão	L8b	G1	H6	-	-	-	Controlo de invasoras lenhosas — corte e pincelagem (inclui produto) (declive ≥25%)	Limpeza de matos com motorroçadora e abertura de covas manuais DensP_ha=1300	Plantação/Sementeira Folhosas: Outras folhosas DensP_ha=950	-	-	-	Florestas de espécies invasoras	Florestas de outras folhosas	Proteção	0,170
UI-041	Reconversão	L8b	G1	I2	-	-	-	Controlo de invasoras lenhosas — corte e pincelagem (inclui produto) (declive ≥25%)	Limpeza de matos com motorroçadora e abertura de covas manuais DensP_ha=1300	Plantação/Sementeira Resinosas: Pinheiro bravo (Pinus pinaster) DensP_ha=1300	-	-	-	Florestas de espécies invasoras	Florestas de pinheiro bravo	Produção	0,531
UI-042	Reconversão	Aa	Q12b	K5	K6	K1	-	Gradagem de vegetação espontânea pouco desenvolvida com: Lavoura contínua, ou Vala e Cômoro, ou Rego de plantação (declive < 25%) DensP_ha=750	Plantação, fertilização de fundo e rega na parcela + Amendoeira - Densidade: >417	Tratamento do solo – correção de pH	Proteções individuais de plantas (plantação/sementeira) (Apenas são elegíveis para folhosas) DensP_ha=950	Sacha e amontoa (apenas elegíveis para folhosas) DensP_ha=950	-	Florestas de outras folhosas	Pomares	Produção	0,470
UI-043	Reconversão	G1	Q1b	K5	K6	K1	-	Limpeza de matos com motorroçadora e abertura de covas manuais DensP_ha=1300	Plantação, fertilização de fundo e rega na parcela + Oliveira - Densidade: 400	Tratamento do solo – correção de pH	Proteções individuais de plantas (plantação/sementeira) (Apenas são elegíveis para folhosas) DensP_ha=950	Sacha e amontoa (apenas elegíveis para folhosas) DensP_ha=950	-	Florestas de outras folhosas	Olivais	Produção	0,022
UI-044	Valorização	P1	L2	-	-	-	-	Desmatização + Máquina pesada (190 cv)	Poda de formação DensP_ha=450	-	-	-	-	Florestas de outras folhosas	Florestas de outras folhosas	Conservação	0,332
UI-045	Valorização	P1	L2	-	-	-	-	Desmatização + Máquina pesada (190 cv)	Poda de formação DensP_ha=450	-	-	-	-	Florestas de outras folhosas	Florestas de outras folhosas	Proteção	0,305
UI-046	Reconversão	G1	Q12b	K5	K6	K1	-	Limpeza de matos com motorroçadora e abertura de covas manuais DensP_ha=1300	Plantação, fertilização de fundo e rega na parcela + Amendoeira - Densidade: >417	Tratamento do solo – correção de pH	Proteções individuais de plantas (plantação/sementeira) (Apenas são elegíveis para folhosas) DensP_ha=950	Sacha e amontoa (apenas elegíveis para folhosas) DensP_ha=950	-	Florestas de outras folhosas	Pomares	Produção	0,003
UI-047	Reconversão	Aa	Q1b	K5	K6	K1	-	Gradagem de vegetação espontânea pouco desenvolvida com: Lavoura contínua, ou Vala e Cômoro, ou Rego de plantação (declive < 25%) DensP_ha=750	Plantação, fertilização de fundo e rega na parcela + Oliveira - Densidade: 400	Tratamento do solo – correção de pH	Proteções individuais de plantas (plantação/sementeira) (Apenas são elegíveis para folhosas) DensP_ha=950	Sacha e amontoa (apenas elegíveis para folhosas) DensP_ha=950	-	Florestas de outras folhosas	Olivais	Produção	0,009
UI-048	Reconversão	G1	H6	-	-	-	-	Limpeza de matos com motorroçadora e abertura de covas manuais DensP_ha=1300	Plantação/Sementeira Folhosas: Outras folhosas DensP_ha=950	-	-	-	-	Florestas de outras folhosas	Florestas de outros carvalhos	Conservação	0,148
UI-049	Reconversão	G1	H6	-	-	-	-	Limpeza de matos com motorroçadora e abertura de covas manuais DensP_ha=1300	Plantação/Sementeira Folhosas: Outras folhosas DensP_ha=950	-	-	-	-	Florestas de outras folhosas	Florestas de outros carvalhos	Proteção	0,146
UI-050	Valorização	CAOF	L2	-	-	-	-	Controlo de vegetação espontânes total - mão-de-obra especializada, incluindo equipamento (CAOF- Matriz de beneficiação)	Poda de formação DensP_ha=450	-	-	-	-	Florestas de outras folhosas	Florestas de outras folhosas	Conservação	11,871
UI-051	Valorização	CAOF	L2	-	-	-	-	Controlo de vegetação espontânes total - mão-de-obra especializada, incluindo equipamento (CAOF- Matriz de beneficiação)	Poda de formação DensP_ha=450	-	-	-	-	Florestas de outras folhosas	Florestas de outras folhosas	Proteção	9,240
UI-052	Reconversão	G1	I2	-	-	-	-	Limpeza de matos com motorroçadora e abertura de covas manuais DensP_ha=1300	Plantação/Sementeira Resinosas: Pinheiro bravo (Pinus pinaster) DensP_ha=1300	-	-	-	-	Florestas de outras folhosas	Florestas de pinheiro bravo	Produção	0,118
UI-053	Reconversão	G1	I3	-	-	-	-	Limpeza de matos com motorroçadora e abertura de covas manuais DensP_ha=1300	Plantação/Sementeira Resinosas: Pinheiro manso (Pinus pinea) DensP_ha=850	-	-	-	-	Florestas de outras folhosas	Florestas de pinheiro manso	Produção	0,000
UI-054	Reconversão	Aa	Q12b	K5	K6	K1	-	Gradagem de vegetação espontânea pouco desenvolvida com: Lavoura contínua, ou Vala e Cômoro, ou Rego de plantação (declive < 25%) DensP_ha=750	Plantação, fertilização de fundo e rega na parcela + Amendoeira - Densidade: >417	Tratamento do solo – correção de pH	Proteções individuais de plantas (plantação/sementeira) (Apenas são elegíveis para folhosas) DensP_ha=950	Sacha e amontoa (apenas elegíveis para folhosas) DensP_ha=950	-	Florestas de pinheiro bravo	Pomares	Produção	18,210
UI-055	Reconversão	Aa	Q1b	K5	K6	K1	-	Gradagem de vegetação espontânea pouco desenvolvida com: Lavoura contínua, ou Vala e Cômoro, ou Rego de plantação (declive < 25%) DensP_ha=750	Plantação, fertilização de fundo e rega na parcela + Oliveira - Densidade: 400	Tratamento do solo – correção de pH	Proteções individuais de plantas (plantação/sementeira) (Apenas são elegíveis para folhosas) DensP_ha=950	Sacha e amontoa (apenas elegíveis para folhosas) DensP_ha=950	-	Florestas de pinheiro bravo	Olivais	Produção	5,439
UI-056	Reconversão	P1	N2g	-	-	-	-	Desmatização + Máquina pesada (190 cv)	Melhoria de pastagens permanentes de sequeiro: Sementeira convencional + Aplicação de calcário + Aplicação de fertilização	-	-	-	-	Florestas de pinheiro bravo	Pastagens melhoradas	Suporte à silvopastorícia	21,745

ID da unidade de intervenção (UI)	Tipo de intervenção*	Grupo da operação (nos termos do anexo I da OT)						Operações ou conjunto de operações (nos termos do anexo I)							Ocupação atual do solo (COS)	Ocupação do solo (COS) proposta	Função Principal proposta	Área (hectares)
UI-057	Reconversão	Aa	H6	-	-	-	-	Gradagem de vegetação espontânea pouco desenvolvida com: Lavoura contínua, ou Vala e Cômoro, ou Rego de plantação (declive < 25%) DensP_ha=750	Plantação/Sementeira Folhosas: Outras folhosas DensP_ha=950	-	-	-	-	-	Florestas de pinheiro bravo	Florestas de outros carvalhos	Conservação	0,584
UI-058	Reconversão	Aa	H6	-	-	-	-	Gradagem de vegetação espontânea pouco desenvolvida com: Lavoura contínua, ou Vala e Cômoro, ou Rego de plantação (declive < 25%) DensP_ha=750	Plantação/Sementeira Folhosas: Outras folhosas DensP_ha=950	-	-	-	-	-	Florestas de pinheiro bravo	Florestas de outros carvalhos	Proteção	18,002
UI-059	Reconversão	Aa	H6	-	-	-	-	Gradagem de vegetação espontânea pouco desenvolvida com: Lavoura contínua, ou Vala e Cômoro, ou Rego de plantação (declive < 25%) DensP_ha=750	Plantação/Sementeira Folhosas: Outras folhosas DensP_ha=950	-	-	-	-	-	Florestas de pinheiro bravo	Florestas de outras folhosas	Conservação	0,082
UI-060	Reconversão	Aa	H6	-	-	-	-	Gradagem de vegetação espontânea pouco desenvolvida com: Lavoura contínua, ou Vala e Cômoro, ou Rego de plantação (declive < 25%) DensP_ha=750	Plantação/Sementeira Folhosas: Outras folhosas DensP_ha=950	-	-	-	-	-	Florestas de pinheiro bravo	Florestas de outras folhosas	Proteção	36,524
UI-061	Valorização	P1	L1	-	-	-	-	Desmatização + Máquina pesada (190 cv)	Desramação DensP_ha=450	-	-	-	-	-	Florestas de pinheiro bravo	Florestas de pinheiro bravo	Produção	147,658
UI-062	Reconversão	Aa	I3	-	-	-	-	Gradagem de vegetação espontânea pouco desenvolvida com: Lavoura contínua, ou Vala e Cômoro, ou Rego de plantação (declive < 25%) DensP_ha=750	Plantação/Sementeira Resinosas: Pinheiro manso (Pinus pinea) DensP_ha=850	-	-	-	-	-	Florestas de pinheiro bravo	Florestas de pinheiro manso	Produção	8,558
UI-063	Reconversão	G1	Q12b	K5	K6	K1	-	Limpeza de matos com motorroçadora e abertura de covas manuais DensP_ha=1300	Plantação, fertilização de fundo e rega na parcela + Amendoeira - Densidade: >417	Tratamento do solo – correção de pH	Proteções individuais de plantas (plantação/sementeira) (Apenas são elegíveis para folhosas) DensP_ha=950	Sacha e amontoa (apenas elegíveis para folhosas) DensP_ha=950	-	-	Florestas de pinheiro bravo	Pomares	Produção	22,645
UI-064	Reconversão	G1	Q1b	K5	K6	K1	-	Limpeza de matos com motorroçadora e abertura de covas manuais DensP_ha=1300	Plantação, fertilização de fundo e rega na parcela + Oliveira - Densidade: 400	Tratamento do solo – correção de pH	Proteções individuais de plantas (plantação/sementeira) (Apenas são elegíveis para folhosas) DensP_ha=950	Sacha e amontoa (apenas elegíveis para folhosas) DensP_ha=950	-	-	Florestas de pinheiro bravo	Olivais	Produção	3,529
UI-065	Reconversão	CAOF	N2g	-	-	-	-	Controlo de vegetação espontânes total - mão-de-obra especializada, incluindo equipamento (CAOF- Matriz de beneficiação)	Melhoria de pastagens permanentes de sequeiro: Sementeira convencional + Aplicação de calcário + Aplicação de fertilização	-	-	-	-	-	Florestas de pinheiro bravo	Pastagens melhoradas	Suporte à silvopastorícia	20,312
UI-066	Reconversão	G1	H6	-	-	-	-	Limpeza de matos com motorroçadora e abertura de covas manuais DensP_ha=1300	Plantação/Sementeira Folhosas: Outras folhosas DensP_ha=950	-	-	-	-	-	Florestas de pinheiro bravo	Florestas de outros carvalhos	Conservação	6,888
UI-067	Reconversão	G1	H6	-	-	-	-	Limpeza de matos com motorroçadora e abertura de covas manuais DensP_ha=1300	Plantação/Sementeira Folhosas: Outras folhosas DensP_ha=950	-	-	-	-	-	Florestas de pinheiro bravo	Florestas de outros carvalhos	Proteção	36,252
UI-068	Reconversão	G1	H6	-	-	-	-	Limpeza de matos com motorroçadora e abertura de covas manuais DensP_ha=1300	Plantação/Sementeira Folhosas: Outras folhosas DensP_ha=950	-	-	-	-	-	Florestas de pinheiro bravo	Florestas de outras folhosas	Conservação	0,558
UI-069	Reconversão	G1	H6	-	-	-	-	Limpeza de matos com motorroçadora e abertura de covas manuais DensP_ha=1300	Plantação/Sementeira Folhosas: Outras folhosas DensP_ha=950	-	-	-	-	-	Florestas de pinheiro bravo	Florestas de outras folhosas	Proteção	156,595
UI-070	Valorização	CAOF	L1	-	-	-	-	Controlo de vegetação espontânes total - mão-de-obra especializada, incluindo equipamento (CAOF- Matriz de beneficiação)	Desramação DensP_ha=450	-	-	-	-	-	Florestas de pinheiro bravo	Florestas de pinheiro bravo	Produção	1036,695
UI-071	Reconversão	G1	I3	-	-	-	-	Limpeza de matos com motorroçadora e abertura de covas manuais DensP_ha=1300	Plantação/Sementeira Resinosas: Pinheiro manso (Pinus pinea) DensP_ha=850	-	-	-	-	-	Florestas de pinheiro bravo	Florestas de pinheiro manso	Produção	25,119
UI-072	Valorização	P1	L1	-	-	-	-	Desmatização + Máquina pesada (190 cv)	Desramação DensP_ha=450	-	-	-	-	-	Florestas de outras resinosas	Florestas de outras resinosas	Conservação	1,127
UI-073	Valorização	P1	L1	-	-	-	-	Desmatização + Máquina pesada (190 cv)	Desramação DensP_ha=450	-	-	-	-	-	Florestas de outras resinosas	Florestas de outras resinosas	Proteção	0,833
UI-074	Reconversão	Aa	Q12b	K5	K6	K1	-	Gradagem de vegetação espontânea pouco desenvolvida com: Lavoura contínua, ou Vala e Cômoro, ou Rego de plantação (declive < 25%) DensP_ha=750	Plantação, fertilização de fundo e rega na parcela + Amendoeira - Densidade: >417	Tratamento do solo – correção de pH	Proteções individuais de plantas (plantação/sementeira) (Apenas são elegíveis para folhosas) DensP_ha=950	Sacha e amontoa (apenas elegíveis para folhosas) DensP_ha=950	-	-	Matos	Pomares	Produção	2,911
UI-075	Reconversão	Aa	Q1b	K5	K6	K1	-	Gradagem de vegetação espontânea pouco desenvolvida com: Lavoura contínua, ou Vala e Cômoro, ou Rego de plantação (declive < 25%) DensP_ha=750	Plantação, fertilização de fundo e rega na parcela + Oliveira - Densidade: 400	Tratamento do solo – correção de pH	Proteções individuais de plantas (plantação/sementeira) (Apenas são elegíveis para folhosas) DensP_ha=950	Sacha e amontoa (apenas elegíveis para folhosas) DensP_ha=950	-	-	Matos	Olivais	Produção	0,334
UI-076	Reconversão	P1	N2g	-	-	-	-	Desmatização + Máquina pesada (190 cv)	Melhoria de pastagens permanentes de sequeiro: Sementeira convencional + Aplicação de calcário + Aplicação de fertilização	-	-	-	-	-	Matos	Pastagens melhoradas	Suporte à silvopastorícia	3,863
UI-077	Reconversão	Aa	H6	-	-	-	-	Gradagem de vegetação espontânea pouco desenvolvida com: Lavoura contínua, ou Vala e Cômoro, ou Rego de plantação (declive < 25%) DensP_ha=750	Plantação/Sementeira Folhosas: Outras folhosas DensP_ha=950	-	-	-	-	-	Matos	Florestas de outros carvalhos	Conservação	23,181
UI-078	Reconversão	Aa	H6	-	-	-	-	Gradagem de vegetação espontânea pouco desenvolvida com: Lavoura contínua, ou Vala e Cômoro, ou Rego de plantação (declive < 25%) DensP_ha=750	Plantação/Sementeira Folhosas: Outras folhosas DensP_ha=950	-	-	-	-	-	Matos	Florestas de outros carvalhos	Proteção	4,465
UI-079	Reconversão	Aa	H6	-	-	-	-	Gradagem de vegetação espontânea pouco desenvolvida com: Lavoura contínua, ou Vala e Cômoro, ou Rego de plantação (declive < 25%) DensP_ha=750	Plantação/Sementeira Folhosas: Outras folhosas DensP_ha=950	-	-	-	-	-	Matos	Florestas de outras folhosas	Conservação	0,759

ID da unidade de intervenção (UI)	Tipo de intervenção*	Grupo da operação (nos termos do anexo I da OT)						Operações ou conjunto de operações (nos termos do anexo I)						Ocupação atual do solo (COS)	Ocupação do solo (COS) proposta	Função Principal proposta	Área (hectares)
UI-080	Reconversão	Aa	H6	-	-	-	-	Gradagem de vegetação espontânea pouco desenvolvida com: Lavoura contínua, ou Vala e Cômoro, ou Rego de plantação (declive < 25%) DensP_ha=750	Plantação/Sementeira Folhosas: Outras folhosas DensP_ha=950	-	-	-	-	Matos	Florestas de outras folhosas	Proteção	15,167
UI-081	Reconversão	S3b	K4	K5	K6	K1	-	Instalação da vinha + Alteração de perfil com terraceamento + Densidade (planta/ha): >4000	Tratamento do solo – fertilização/adubação	Tratamento do solo – correção de pH	Proteções individuais de plantas (plantação/sementeira) (Apenas são elegíveis para folhosas) DensP_ha=950	Sacha e amontoa (apenas elegíveis para folhosas) DensP_ha=950	-	Matos	Vinhas	Produção	66,382
UI-082	Reconversão	G1	Q12b	K5	K6	K1	-	Limpeza de matos com motorroçadora e abertura de covas manuais DensP_ha=1300	Plantação, fertilização de fundo e rega na parcela + Amendoeira - Densidade: >417	Tratamento do solo – correção de pH	Proteções individuais de plantas (plantação/sementeira) (Apenas são elegíveis para folhosas) DensP_ha=950	Sacha e amontoa (apenas elegíveis para folhosas) DensP_ha=950	-	Matos	Pomares	Produção	10,429
UI-083	Reconversão	G1	Q1b	K5	K6	K1	-	Limpeza de matos com motorroçadora e abertura de covas manuais DensP_ha=1300	Plantação, fertilização de fundo e rega na parcela + Oliveira - Densidade: 400	Tratamento do solo – correção de pH	Proteções individuais de plantas (plantação/sementeira) (Apenas são elegíveis para folhosas) DensP_ha=950	Sacha e amontoa (apenas elegíveis para folhosas) DensP_ha=950	-	Matos	Olivais	Produção	6,792
UI-084	Reconversão	CAOF	N2g	-	-	-	-	Controlo de vegetação espontânes total - mão-de-obra especializada, incluindo equipamento (CAOF- Matriz de beneficiação)	Melhoria de pastagens permanentes de sequeiro: Sementeira convencional + Aplicação de calcário + Aplicação de fertilização	-	-	-	-	Matos	Pastagens melhoradas	Suporte à silvopastorícia	5,037
UI-085	Reconversão	G1	H6	-	-	-	-	Limpeza de matos com motorroçadora e abertura de covas manuais DensP_ha=1300	Plantação/Sementeira Folhosas: Outras folhosas DensP_ha=950	-	-	-	-	Matos	Florestas de outros carvalhos	Conservação	413,404
UI-086	Reconversão	G1	H6	-	-	-	-	Limpeza de matos com motorroçadora e abertura de covas manuais DensP_ha=1300	Plantação/Sementeira Folhosas: Outras folhosas DensP_ha=950	-	-	-	-	Matos	Florestas de outros carvalhos	Proteção	12,154
UI-087	Reconversão	G1	H6	-	-	-	-	Limpeza de matos com motorroçadora e abertura de covas manuais DensP_ha=1300	Plantação/Sementeira Folhosas: Outras folhosas DensP_ha=950	-	-	-	-	Matos	Florestas de outras folhosas	Conservação	1,904
UI-088	Reconversão	G1	H6	-	-	-	-	Limpeza de matos com motorroçadora e abertura de covas manuais DensP_ha=1300	Plantação/Sementeira Folhosas: Outras folhosas DensP_ha=950	-	-	-	-	Matos	Florestas de outras folhosas	Proteção	82,517
UI-089	Reconversão	G1	I2	-	-	-	-	Limpeza de matos com motorroçadora e abertura de covas manuais DensP_ha=1300	Plantação/Sementeira Resinosas: Pinheiro bravo (Pinus pinaster) DensP_ha=1300	-	-	-	-	Matos	Florestas de pinheiro bravo	Produção	1,825
																	3995,426

Anexo - 2

da unidade de intervenção (UI)	de intervenção*	Grupo da operação (nos termos do anexo I da OT)						Operações ou conjunto de operações (nos termos do anexo I)							Área (hectares)	Custo unitário de referência						Estimativa do custo total	Área de vinha	Valor a financiar PDR2020
UI-001	Valorização	CAOF	L2	K4	K5	-	-	Controlo de vegetação espontânes total - mão-de-obra especializada, incluindo equipamento (CAOF- Matriz de beneficiação)	Poda de formação DensP_ha=450	Tratamento do solo – fertilização/adubação	Tratamento do solo – correção de pH	-	-	1,146	1 334,40 €	585,00 €	122,00 €	104,00 €	- €	- €	2 459,48 €	-	- €	
UI-002	Valorização	P1	L2	K4	K5	-	-	Desmatção + Máquina pesada (190 cv)	Poda de formação DensP_ha=450	Tratamento do solo – fertilização/adubação	Tratamento do solo – correção de pH	-	-	12,000	390,00 €	585,00 €	122,00 €	104,00 €	- €	- €	14 412,59 €	-	- €	
UI-003	Valorização	CAOF	L2	K4	K5	-	-	Controlo de vegetação espontânes total - mão-de-obra especializada, incluindo equipamento (CAOF- Matriz de beneficiação)	Poda de formação DensP_ha=450	Tratamento do solo – fertilização/adubação	Tratamento do solo – correção de pH	-	-	18,173	1 334,40 €	585,00 €	122,00 €	104,00 €	- €	- €	38 987,47 €	-	- €	
UI-004	Valorização	CAOF	N1g	-	-	-	-	Controlo de vegetação espontânes total - mão-de-obra especializada, incluindo equipamento (CAOF- Matriz de beneficiação)	Melhoria de pastagens permanentes de sequeiro: Sementeira direta + Aplicação calcario + Aplicação de fertilização	-	-	-	-	1,000	1 334,40 €	740,55 €	- €	- €	- €	- €	2 074,52 €	-	- €	
UI-005	Valorização	K4	K5	-	-	-	-	Tratamento do solo – fertilização/adubação	Tratamento do solo – correção de pH	-	-	-	-	10,767	122,00 €	104,00 €	- €	- €	- €	- €	2 433,30 €	-	- €	
UI-006	Valorização	K4	K5	-	-	-	-	Tratamento do solo – fertilização/adubação	Tratamento do solo – correção de pH	-	-	-	-	35,802	122,00 €	104,00 €	- €	- €	- €	- €	8 091,24 €	-	- €	
UI-007	Valorização	K4	K5	-	-	-	-	Tratamento do solo – fertilização/adubação	Tratamento do solo – correção de pH	-	-	-	-	3,594	122,00 €	104,00 €	- €	- €	- €	- €	812,14 €	-	- €	
UI-008	Valorização	K4	K5	-	-	-	-	Tratamento do solo – fertilização/adubação	Tratamento do solo – correção de pH	-	-	-	-	27,523	122,00 €	104,00 €	- €	- €	- €	- €	6 220,10 €	-	- €	
UI-009	Reconversão	G1	I3	-	-	-	-	Limpeza de matos com motorroçadora e abertura de covas manuais DensP_ha=1300	Plantação/Sementeira Resinosas: Pinheiro manso (Pinus pinea) DensP_ha=850	-	-	-	-	0,002	1 735,00 €	678,00 €	- €	- €	- €	- €	3,88 €	-	- €	
UI-010	Valorização	P1	L2	-	-	-	-	Desmatção + Máquina pesada (190 cv)	Poda de formação DensP_ha=450	-	-	-	-	0,314	390,00 €	585,00 €	- €	- €	- €	- €	305,94 €	-	- €	
UI-011	Valorização	P1	L2	-	-	-	-	Desmatção + Máquina pesada (190 cv)	Poda de formação DensP_ha=450	-	-	-	-	0,183	390,00 €	585,00 €	- €	- €	- €	- €	178,73 €	-	- €	
UI-012	Valorização	CAOF	L2	-	-	-	-	Controlo de vegetação espontânes total - mão-de-obra especializada, incluindo equipamento (CAOF- Matriz de beneficiação)	Poda de formação DensP_ha=450	-	-	-	-	2,873	1 334,40 €	585,00 €	- €	- €	- €	- €	5 513,52 €	-	- €	
UI-013	Valorização	CAOF	L2	-	-	-	-	Controlo de vegetação espontânes total - mão-de-obra especializada, incluindo equipamento (CAOF- Matriz de beneficiação)	Poda de formação DensP_ha=450	-	-	-	-	2,794	1 334,40 €	585,00 €	- €	- €	- €	- €	5 362,36 €	-	- €	
UI-014	Reconversão	C2a	Q12b	K5	K6	K1	-	Limpeza de matos com: Destruição de cepos de eucalipto Vala e Cômoro, ou Rego de plantação (declive < 25%) DensP_ha=750	Plantação, fertilização de fundo e rega na parcela + Amendoeira - Densidade: >417	Tratamento do solo – correção de pH	Proteções individuais de plantas (plantação/sementeira) (Apenas são elegíveis para folhosas) DensP_ha=950	Sacha e amontoa (apenas elegíveis para folhosas) DensP_ha=950	4,995	841,00 €	5 425,00 €	104,00 €	225,18 €	118,52 €	- €	33 536,86 €	-	- €		
UI-015	Reconversão	C2a	Q1b	K5	K6	K1	-	Limpeza de matos com: Destruição de cepos de eucalipto Vala e Cômoro, ou Rego de plantação (declive < 25%) DensP_ha=750	Plantação, fertilização de fundo e rega na parcela + Oliveira - Densidade: 400	Tratamento do solo – correção de pH	Proteções individuais de plantas (plantação/sementeira) (Apenas são elegíveis para folhosas) DensP_ha=950	Sacha e amontoa (apenas elegíveis para folhosas) DensP_ha=950	0,001	841,00 €	5 071,00 €	104,00 €	216,00 €	113,68 €	- €	5,33 €	-	- €		
UI-016	Reconversão	C2a	N2g	-	-	-	-	Limpeza de matos com: Destruição de cepos de eucalipto Vala e Cômoro, ou Rego de plantação (declive < 25%) DensP_ha=750	Melhoria de pastagens permanentes de sequeiro: Sementeira convencional + Aplicação de calcário + Aplicação de fertilização	-	-	-	-	78,960	841,00 €	781,30 €	- €	- €	- €	- €	128 096,45 €	-	- €	
UI-017	Reconversão	C2a	H4	-	-	-	-	Limpeza de matos com: Destruição de cepos de eucalipto Vala e Cômoro, ou Rego de plantação (declive < 25%) DensP_ha=750	Plantação/Sementeira Folhosas: Plantação Sobreiro/Azinheira Acer DensP_ha=450	-	-	-	-	0,104	841,00 €	647,00 €	- €	- €	- €	- €	155,01 €	-	- €	
UI-018	Reconversão	C2a	H6	-	-	-	-	Limpeza de matos com: Destruição de cepos de eucalipto Vala e Cômoro, ou Rego de plantação (declive < 25%) DensP_ha=750	Plantação/Sementeira Folhosas: Outras folhosas DensP_ha=950	-	-	-	-	27,829	841,00 €	1 410,00 €	- €	- €	- €	- €	62 643,61 €	-	- €	
UI-019	Reconversão	C2a	H6	-	-	-	-	Limpeza de matos com: Destruição de cepos de eucalipto Vala e Cômoro, ou Rego de plantação (declive < 25%) DensP_ha=750	Plantação/Sementeira Folhosas: Outras folhosas DensP_ha=950	-	-	-	-	23,862	841,00 €	1 410,00 €	- €	- €	- €	- €	53 714,32 €	-	- €	
UI-020	Valorização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	62,455	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	-	- €	
UI-021	Reconversão	C2a	H6	-	-	-	-	Limpeza de matos com: Destruição de cepos de eucalipto Vala e Cômoro, ou Rego de plantação (declive < 25%) DensP_ha=750	Plantação/Sementeira Folhosas: Outras folhosas DensP_ha=950	-	-	-	-	0,922	841,00 €	1 410,00 €	- €	- €	- €	- €	2 076,16 €	-	- €	
UI-022	Reconversão	C2a	H6	-	-	-	-	Limpeza de matos com: Destruição de cepos de eucalipto Vala e Cômoro, ou Rego de plantação (declive < 25%) DensP_ha=750	Plantação/Sementeira Folhosas: Outras folhosas DensP_ha=950	-	-	-	-	54,867	841,00 €	1 410,00 €	- €	- €	- €	- €	123 506,69 €	-	- €	
UI-023	Reconversão	C2a	I2	-	-	-	-	Limpeza de matos com: Destruição de cepos de eucalipto Vala e Cômoro, ou Rego de plantação (declive < 25%) DensP_ha=750	Plantação/Sementeira Resinosas: Pinheiro bravo (Pinus pinaster) DensP_ha=1300	-	-	-	-	27,070	841,00 €	903,00 €	- €	- €	- €	- €	47 210,12 €	-	- €	
UI-024	Reconversão	C2a	I3	-	-	-	-	Limpeza de matos com: Destruição de cepos de eucalipto Vala e Cômoro, ou Rego de plantação (declive < 25%) DensP_ha=750	Plantação/Sementeira Resinosas: Pinheiro manso (Pinus pinea) DensP_ha=850	-	-	-	-	0,041	841,00 €	678,00 €	- €	- €	- €	- €	61,58 €	-	- €	
UI-025	Reconversão	L8b	G1	Q12b	K5	K6	K1	Controlo de invasoras lenhosas — corte e pincelagem (inclui produto) (declive ≥25%)	Limpeza de matos com motorroçadora e abertura de covas manuais DensP_ha=1300	Plantação, fertilização de fundo e rega na parcela + Amendoeira - Densidade: >417	Tratamento do solo – correção de pH	Proteções individuais de plantas (plantação/sementeira) (Apenas são elegíveis para folhosas) DensP_ha=950	Sacha e amontoa (apenas elegíveis para folhosas) DensP_ha=950	14,766	1 082,00 €	1 161,05 €	5 425,00 €	104,00 €	225,18 €	118,52 €	119 834,59 €	-	- €	
UI-026	Reconversão	L8b	G1	Q1b	K5	K6	K1	Controlo de invasoras lenhosas — corte e pincelagem (inclui produto) (declive ≥25%)	Limpeza de matos com motorroçadora e abertura de covas manuais DensP_ha=1300	Plantação, fertilização de fundo e rega na parcela + Oliveira - Densidade: 400	Tratamento do solo – correção de pH	Proteções individuais de plantas (plantação/sementeira) (Apenas são elegíveis para folhosas) DensP_ha=950	Sacha e amontoa (apenas elegíveis para folhosas) DensP_ha=950	1,925	1 082,00 €	1 150,00 €	5 071,00 €	104,00 €	216,00 €	113,68 €	14 890,56 €	-	- €	
UI-027	Reconversão	L8b	CAOF	N2g	-	-	-	Controlo de invasoras lenhosas — corte e pincelagem (inclui produto) (declive ≥25%)	Controlo de vegetação espontânes total - mão-de-obra especializada, incluindo equipamento (CAOF- Matriz de beneficiação)	-	-	-	-	32,479	1 082,00 €	1 334,40 €	781,30 €	- €	- €	- €	103 858,18 €	-	- €	
UI-028	Reconversão	L8b	G1	H4	-	-	-	Controlo de invasoras lenhosas — corte e pincelagem (inclui produto) (declive ≥25%)	Limpeza de matos com motorroçadora e abertura de covas manuais DensP_ha=1300	Plantação/Sementeira Folhosas: Plantação Sobreiro/Azinheira Acer DensP_ha=450	-	-	0,136	1 082,00 €	1 182,50 €	647,00 €	- €	- €	- €	- €	394,72 €	-	- €	
UI-029	Reconversão	L8b	G1	H4	-	-	-	Controlo de invasoras lenhosas — corte e pincelagem (inclui produto) (declive ≥25%)	Limpeza de matos com motorroçadora e abertura de covas manuais DensP_ha=1300	Plantação/Sementeira Folhosas: Plantação Sobreiro/Azinheira Acer DensP_ha=450	-	-	0,009	1 082,00 €	1 182,50 €	647,00 €	- €	- €	- €	- €	25,45 €	-	- €	
UI-030	Reconversão	L8b	G1	H6	-	-	-	Controlo de invasoras lenhosas — corte e pincelagem (inclui produto) (declive ≥25%)	Limpeza de matos com motorroçadora e abertura de covas manuais DensP_ha=1300	Plantação/Sementeira Folhosas: Outras folhosas DensP_ha=950	-	-	216,300	1 082,00 €	1 507,50 €	1 410,00 €	- €	- €	- €	- €	865 093,75 €	-	- €	
UI-031	Reconversão	L8b	G1	H6	-	-	-	Controlo de invasoras lenhosas — corte e pincelagem (inclui produto) (declive ≥25%)	Limpeza de matos com motorroçadora e abertura de covas manuais DensP_ha=1300	Plantação/Sementeira Folhosas: Outras folhosas DensP_ha=950	-	-	37,989	1 082,00 €	1 507,50 €	1 410,00 €	- €	- €	- €	- €	151 936,17 €	-	- €	
UI-032	Valorização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	330,684	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	-	- €	
UI-033	Reconversão	L8b	G1	H6	-	-	-	Controlo de invasoras lenhosas — corte e pincelagem (inclui produto) (declive ≥25%)	Limpeza de matos com motorroçadora e abertura de covas manuais DensP_ha=1300	Plantação/Sementeira Folhosas: Outras folhosas DensP_ha=950	-	-	13,935	1 082,00 €	1 507,50 €	1 410,00 €	- €	- €	- €	- €	55 733,70 €	-	- €	

Anexo - 3

ID da unidade de intervenção (UI)	Sistema cultural (incluindo a espécie, nos termos do anexo I da OT dos apoios a 20 anos)	Área (ha)	Área em declive 15 a 25%	Área em declive > 25%	Área inserida em EP (ha)	Área inserida nas tipologias da REN identificadas	VBG (€)/ha, nos termos do anexo I da OT dos apoios a 20 anos	Valor Total Anual	Valor Total a 20 Anos
UI-001	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Outras culturas frutícolas	1,146	0,000	1,146	0,241	1,146	80,00 €	137,81 €	2 756,14 €
UI-002	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Olival	12,000	6,423	0,000	4,705	0,000	80,00 €	1 131,20 €	22 624,05 €
UI-003	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Olival	18,173	0,000	18,173	10,975	5,171	80,00 €	2 171,51 €	43 430,20 €
UI-004	Prados e pastagens permanentes	1,000	0,000	1,000	0,400	0,433	80,00 €	117,17 €	2 343,49 €
UI-005	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Misto de culturas permanentes	10,767	5,721	0,000	6,462	1,341	80,00 €	1 075,34 €	21 506,71 €
UI-006	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Misto de culturas permanentes	35,802	0,000	35,802	20,973	10,892	80,00 €	4 273,58 €	85 471,50 €
UI-007	Habitats naturais ou semi-naturais	3,594	2,409	0,000	1,825	0,081	80,00 €	353,86 €	7 077,28 €
UI-008	Habitats naturais ou semi-naturais	27,523	0,000	27,523	10,667	11,809	80,00 €	3 217,40 €	64 347,98 €
UI-009	Novos Povoamentos - Restantes espécies	0,002	0,000	0,002	0,000	0,000	120,00 €	0,25 €	5,01 €
UI-010	Povoamentos Florestais existentes - Folhosas a privilegiar nos PROF	0,314	0,314	0,000	0,000	0,314	140,00 €	57,11 €	1 142,17 €
UI-011	Povoamentos Florestais existentes - Folhosas a privilegiar nos PROF	0,183	0,183	0,000	0,183	0,183	140,00 €	39,78 €	795,59 €
UI-012	Povoamentos Florestais existentes - Folhosas a privilegiar nos PROF	2,873	0,000	2,873	0,000	2,549	140,00 €	576,34 €	11 526,76 €
UI-013	Povoamentos Florestais existentes - Folhosas a privilegiar nos PROF	2,794	0,000	2,794	2,671	1,216	140,00 €	627,50 €	12 549,95 €
UI-014	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Outras culturas frutícolas	4,995	3,947	0,000	2,382	0,599	80,00 €	501,82 €	10 036,40 €
UI-015	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Olival	0,001	0,001	0,000	0,001	0,000	80,00 €	0,09 €	1,88 €
UI-016	Prados e pastagens permanentes	78,960	43,110	0,000	78,931	7,711	80,00 €	8 505,26 €	170 105,16 €
UI-017	Novos Povoamentos - Folhosas a privilegiar nos PROF	0,104	0,000	0,000	0,000	0,104	160,00 €	19,17 €	383,35 €
UI-018	Novos Povoamentos - Folhosas a privilegiar nos PROF	27,829	23,857	0,000	0,000	2,372	160,00 €	5 082,17 €	101 643,43 €
UI-019	Novos Povoamentos - Folhosas a privilegiar nos PROF	23,862	18,268	0,000	0,686	2,163	160,00 €	4 335,81 €	86 716,14 €
UI-021	Novos Povoamentos - Restantes espécies	0,922	0,863	0,000	0,655	0,000	120,00 €	145,87 €	2 917,31 €
UI-022	Novos Povoamentos - Restantes espécies	54,867	39,519	0,000	52,637	2,385	120,00 €	8 917,50 €	178 350,02 €
UI-023	Novos Povoamentos - Restantes espécies	27,070	23,657	0,000	0,001	4,290	120,00 €	3 751,49 €	75 029,83 €
UI-024	Novos Povoamentos - Restantes espécies	0,041	0,041	0,000	0,000	0,041	120,00 €	6,32 €	126,49 €
UI-025	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Outras culturas frutícolas	14,766	0,000	14,766	1,975	2,986	80,00 €	1 610,96 €	32 219,22 €
UI-026	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Olival	1,925	0,000	1,925	1,925	0,000	80,00 €	238,66 €	4 773,18 €
UI-027	Prados e pastagens permanentes	32,479	0,000	32,479	32,474	9,314	80,00 €	4 139,08 €	82 781,53 €
UI-028	Novos Povoamentos - Folhosas a privilegiar nos PROF	0,136	0,136	0,000	0,000	0,136	160,00 €	28,20 €	563,98 €
UI-029	Novos Povoamentos - Folhosas a privilegiar nos PROF	0,009	0,009	0,000	0,009	0,009	160,00 €	2,17 €	43,36 €
UI-030	Novos Povoamentos - Folhosas a privilegiar nos PROF	216,300	0,000	216,300	0,000	44,132	160,00 €	46 049,65 €	920 993,08 €
UI-031	Novos Povoamentos - Folhosas a privilegiar nos PROF	37,989	0,000	37,989	0,456	10,430	160,00 €	8 170,22 €	163 404,35 €
UI-033	Novos Povoamentos - Restantes espécies	13,935	0,000	13,935	2,558	0,166	120,00 €	2 253,61 €	45 072,18 €
UI-034	Novos Povoamentos - Restantes espécies	174,228	0,000	174,228	168,863	37,147	120,00 €	32 914,16 €	658 283,13 €
UI-035	Novos Povoamentos - Restantes espécies	154,413	0,000	154,413	0,121	51,797	120,00 €	25 024,32 €	500 486,48 €

ID da unidade de intervenção (UI)	Sistema cultural (incluindo a espécie, nos termos do anexo I da OT dos apoios a 20 anos)	Área (ha)	Área em declive 15 a 25%	Área em declive > 25%	Área inserida em EP (ha)	Área inserida nas tipologias da REN identificadas	VBG (€)/ha, nos termos do anexo I da OT dos apoios a 20 anos	Valor Total Anual	Valor Total a 20 Anos
UI-036	Novos Povoamentos - Restantes espécies	0,112	0,000	0,112	0,002	0,110	120,00 €	19,52 €	390,36 €
UI-039	Novos Povoamentos - Folhosas a privilegiar nos PROF	0,338	0,000	0,338	0,000	0,338	160,00 €	78,37 €	1 567,44 €
UI-040	Novos Povoamentos - Restantes espécies	0,170	0,000	0,170	0,170	0,170	120,00 €	34,60 €	692,09 €
UI-041	Novos Povoamentos - Restantes espécies	0,531	0,000	0,531	0,000	0,531	120,00 €	92,34 €	1 846,84 €
UI-042	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Outras culturas frutícolas	0,470	0,142	0,000	0,288	0,002	80,00 €	45,09 €	901,86 €
UI-043	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Olival	0,022	0,022	0,000	0,021	0,000	80,00 €	2,43 €	48,52 €
UI-044	Povoamentos Florestais existentes - Restantes espécies	0,332	0,332	0,000	0,000	0,001	100,00 €	38,22 €	764,34 €
UI-045	Povoamentos Florestais existentes - Restantes espécies	0,305	0,305	0,000	0,263	0,000	100,00 €	41,69 €	833,86 €
UI-046	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Outras culturas frutícolas	0,003	0,000	0,003	0,000	0,000	80,00 €	0,36 €	7,18 €
UI-047	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Olival	0,009	0,000	0,009	0,002	0,000	80,00 €	0,93 €	18,50 €
UI-048	Novos Povoamentos - Folhosas a privilegiar nos PROF	0,148	0,000	0,148	0,000	0,000	160,00 €	30,69 €	613,72 €
UI-049	Novos Povoamentos - Folhosas a privilegiar nos PROF	0,146	0,000	0,146	0,000	0,000	160,00 €	30,47 €	609,39 €
UI-050	Povoamentos Florestais existentes - Restantes espécies	11,871	0,000	11,871	0,377	5,521	100,00 €	1 635,51 €	32 710,26 €
UI-051	Povoamentos Florestais existentes - Restantes espécies	9,240	0,000	9,240	9,207	4,946	100,00 €	1 505,60 €	30 112,10 €
UI-052	Novos Povoamentos - Restantes espécies	0,118	0,000	0,118	0,000	0,118	120,00 €	20,52 €	410,42 €
UI-053	Novos Povoamentos - Restantes espécies	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	120,00 €	0,00 €	0,03 €
UI-054	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Outras culturas frutícolas	18,210	8,735	0,000	9,970	1,752	80,00 €	1 782,08 €	35 641,57 €
UI-055	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Olival	5,439	3,325	0,000	2,323	0,424	80,00 €	526,56 €	10 531,25 €
UI-056	Prados e pastagens permanentes	21,745	14,710	0,000	21,740	4,598	80,00 €	2 406,11 €	48 122,29 €
UI-057	Novos Povoamentos - Folhosas a privilegiar nos PROF	0,584	0,530	0,000	0,000	0,333	160,00 €	114,09 €	2 281,71 €
UI-058	Novos Povoamentos - Folhosas a privilegiar nos PROF	18,002	10,729	0,000	5,771	1,456	160,00 €	3 403,67 €	68 073,33 €
UI-059	Novos Povoamentos - Restantes espécies	0,082	0,080	0,000	0,052	0,000	120,00 €	12,80 €	256,09 €
UI-060	Novos Povoamentos - Restantes espécies	36,524	25,732	0,000	35,146	7,220	120,00 €	6 030,36 €	120 607,22 €
UI-061	Povoamentos Florestais existentes - Restantes espécies	147,658	121,282	0,000	0,157	49,732	100,00 €	17 334,91 €	346 698,18 €
UI-062	Novos Povoamentos - Restantes espécies	8,558	5,991	0,000	6,812	1,897	120,00 €	1 373,33 €	27 466,68 €
UI-063	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Outras culturas frutícolas	22,645	0,000	22,645	2,967	8,752	80,00 €	2 519,43 €	50 388,68 €
UI-064	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Olival	3,529	0,000	3,529	2,958	1,200	80,00 €	440,62 €	8 812,35 €
UI-065	Prados e pastagens permanentes	20,312	0,000	20,312	20,298	5,659	80,00 €	2 586,35 €	51 727,03 €
UI-066	Novos Povoamentos - Folhosas a privilegiar nos PROF	6,888	0,000	6,888	0,000	3,628	160,00 €	1 519,84 €	30 396,87 €
UI-067	Novos Povoamentos - Folhosas a privilegiar nos PROF	36,252	0,000	36,252	2,934	14,814	160,00 €	8 013,39 €	160 267,71 €
UI-068	Novos Povoamentos - Restantes espécies	0,558	0,000	0,558	0,114	0,031	120,00 €	90,99 €	1 819,71 €
UI-069	Novos Povoamentos - Restantes espécies	156,595	0,000	156,595	155,883	68,642	120,00 €	30 340,87 €	606 817,45 €
UI-070	Povoamentos Florestais existentes - Restantes espécies	1036,695	0,000	1036,695	1,072	509,096	100,00 €	142 433,53 €	2 848 670,58 €

ID da unidade de intervenção (UI)	Sistema cultural (incluindo a espécie, nos termos do anexo I da OT dos apoios a 20 anos)	Área (ha)	Área em declive 15 a 25%	Área em declive > 25%	Área inserida em EP (ha)	Área inserida nas tipologias da REN identificadas	VBG (€)/ha, nos termos do anexo I da OT dos apoios a 20 anos	Valor Total Anual	Valor Total a 20 Anos
UI-071	Novos Povoamentos - Restantes espécies	25,119	0,000	25,119	20,930	6,614	120,00 €	4 665,49 €	93 309,72 €
UI-072	Povoamentos Florestais existentes - Restantes espécies	1,127	0,628	0,000	0,000	0,000	100,00 €	122,14 €	2 442,85 €
UI-073	Povoamentos Florestais existentes - Restantes espécies	0,833	0,213	0,000	0,412	0,000	100,00 €	96,82 €	1 936,37 €
UI-074	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Outras culturas frutícolas	2,911	1,040	0,000	1,861	1,670	80,00 €	302,64 €	6 052,80 €
UI-075	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Olival	0,334	0,334	0,000	0,334	0,000	80,00 €	37,45 €	749,09 €
UI-076	Prados e pastagens permanentes	3,863	1,599	0,000	3,858	1,123	80,00 €	418,87 €	8 377,44 €
UI-077	Novos Povoamentos - Folhosas a privilegiar nos PROF	23,181	22,099	0,000	0,000	4,339	160,00 €	4 343,54 €	86 870,71 €
UI-078	Novos Povoamentos - Folhosas a privilegiar nos PROF	4,465	3,626	0,000	0,169	3,230	160,00 €	885,78 €	17 715,69 €
UI-079	Novos Povoamentos - Restantes espécies	0,759	0,746	0,000	0,569	0,000	120,00 €	121,65 €	2 432,91 €
UI-080	Novos Povoamentos - Restantes espécies	15,167	10,918	0,000	15,155	0,936	120,00 €	2 488,08 €	49 761,65 €
UI-081	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Vinha	66,382	0,000	66,382	13,191	9,148	80,00 €	7 277,27 €	145 545,46 €
UI-082	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Outras culturas frutícolas	10,429	0,000	10,429	1,367	2,480	80,00 €	1 141,75 €	22 835,06 €
UI-083	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Olival	6,792	0,000	6,792	6,465	0,000	80,00 €	835,68 €	16 713,66 €
UI-084	Prados e pastagens permanentes	5,037	0,000	5,037	4,838	1,417	80,00 €	637,62 €	12 752,43 €
UI-085	Novos Povoamentos - Folhosas a privilegiar nos PROF	413,404	0,000	413,404	0,000	89,617	160,00 €	88 138,84 €	1 762 776,78 €
UI-086	Novos Povoamentos - Folhosas a privilegiar nos PROF	12,154	0,000	12,154	0,502	6,563	160,00 €	2 705,56 €	54 111,21 €
UI-087	Novos Povoamentos - Restantes espécies	1,904	0,000	1,904	0,000	0,612	120,00 €	307,99 €	6 159,73 €
UI-088	Novos Povoamentos - Restantes espécies	82,517	0,000	82,517	81,077	12,139	120,00 €	15 523,47 €	310 469,39 €
UI-089	Novos Povoamentos - Restantes espécies	1,825	0,000	1,825	0,000	1,801	120,00 €	317,13 €	6 342,68 €
3223,297								520 348,43 €	10 406 968,51 €